



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Roberto Vieira de Assis Ferreira

**RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO NO CONTEXTO DA ASCENSÃO REGIONAL NORTE-AMERICANA (1889-1917):  
APROXIMAÇÕES, DIVERGÊNCIAS E RELAÇÕES INTERAMERICANAS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Política, Instituições e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Coordenador: Prof. Dr. Luiz Cesar de Sá

Brasília  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor

Roberto Vieira de Assis Ferreira

**RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO NO CONTEXTO DA ASCENSÃO REGIONAL NORTE-AMERICANA (1889-1917):  
APROXIMAÇÕES, DIVERGÊNCIAS E RELAÇÕES INTERAMERICANAS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de Brasília.

Brasília, 12 de maio de 2023

---

Prof. Dr. LUIZ CESAR DE SÁ  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. CARLOS EDUARDO VIDIGAL  
Orientador  
Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. LUIZ PAULO FERREIRA NOGUERÓL  
Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES  
SUPLENTE  
Universidade de Brasília

Este trabalho é dedicado a Maria Madalena, Silvana, Eric e Davi, bem como a todos aqueles que lutam por seus sonhos

## AGRADECIMENTOS

Apresento meus agradecimentos à Maria Madalena, minha mãe; à Silvana, minha esposa, por todo amor e paciência para comigo, principalmente em minhas ausências e momentos adversos; aos meus amados filhos Eric e Davi, por sempre acreditarem em mim e na importância que este trabalho tem em minha trajetória e na satisfação pessoal que nele encontro; ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal, meu orientador, que considero como estimado amigo e incentivador, por sua mentoria e comentários sempre pertinentes, que possibilitaram filtrar pensamentos, privilegiando sempre a coerência que um trabalho deste porte enseja. Sou imensamente grato por sua lucidez, principalmente nos momentos mais críticos. Receba minha admiração e reconhecimento por seus esforços em me fazer refletir sempre com maior qualidade; ao Prof. Dr. Luiz Cezar de Sá, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, que viabilizou a realização da banca e apresentação deste trabalho, em excelentes condições materiais e imateriais; ao Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes e ao Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, por suas contribuições durante minha qualificação, que permitiram enriquecer este trabalho em muitas camadas, à presente banca, por engrandecer com vossa presença esta pesquisa, aos Professores e Servidores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em especial aos Senhores Jorge e Rodolfo, que desde o primeiro momento se demonstraram cordiais e acolhedores; Ingrid e demais colegas dos cursos de mestrado e doutorado, que nos intervalos e conversas serviram como alento e força; à Graciene Lilian Lima Silva, da Embaixada do México, que me recebeu como um ilustre desconhecido e me apresentou gentilmente uma bibliografia fundamental para a execução de um sonho, quando este trabalho ainda parecia uma incipiente ideia, ao amigo Alvaro Magalhães, por sua paciência em nossas conversas sem fim sobre nossas pesquisas e à Universidade de Brasília, local de tamanhas experiências e aprendizados. Agradeço pela excelente viagem proporcionada a mim.

*“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente... Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador”*

*(Marc Bloch, Apologia da história ou o ofício do historiador)*

## RESUMO

O estudo que ora se apresenta tem como objetivo analisar as relações entre Brasil e México no contexto da ascensão regional dos Estados Unidos (1889-1917), observando a atuação de agentes diplomáticos e políticos no âmbito das relações bilaterais, refletindo sobre as aproximações, divergências e desenvolvimento das relações interamericanas. A partir desse esboço, a pesquisa se divide em três capítulos. No primeiro, apresenta-se o início das relações entre Brasil e México, as reservas que ambos países guardavam entre si, os esforços brasileiros no sentido de ser reconhecido como um país independente, a rivalidade entre projetos conservador e liberal de nação, comum aos dois países e as tratativas brasileiras no sentido de se projetar como parceiro comercial e diplomático. No segundo, descreve-se como os Estados Unidos conduziram sua política exterior em movimentos que evidenciaram a busca da hegemonia regional, em contraponto ao isolacionismo característico de sua política, a observação destes movimentos por parte do Brasil, o direcionamento da política exterior em função da mudança do eixo diplomático e a frustração brasileira diante da limitada inserção no contexto internacional. No terceiro, particulariza-se a atuação dos agentes diplomáticos no período da Revolução Mexicana, suas observações e ações, a reestruturação do México durante o processo revolucionário, a Constituição de 1917, a ascensão de uma nova classe dirigente e o estabelecimento de uma nova política exterior oportunizada pela aquietação da fase armada da Revolução.

Palavras-chave: Brasil; México; Relações Internacionais, Relações Bilaterais, Diplomacia; Revolução Mexicana

## **ABSTRACT**

The study here present examines the relations between Brazil and Mexico in the context of the regional rise of the United States (1889-1917), observing the performance of diplomatic and political agents in the context of bilateral relations, reflecting on the approximations, divergences and development of inter-American relations. Based on this outline, the research is divided into three chapters. In the first, the beginning of relations between Brazil and Mexico is presented, the reservations that both countries kept between themselves, the Brazilian efforts in the sense of being recognized as an independent country, the rivalry between conservative and liberal projects of nation, common to both countries and the Brazilian negotiations in the sense of projecting itself as a commercial and diplomatic partner. In the second, it is described how the United States conducted its foreign policy in movements that evidenced the search for regional hegemony, in contrast to the isolationism characteristic of its policy, the observation of these movements by Brazil, the direction of the foreign policy in function of the change of the diplomatic axis and the Brazilian frustration in face of the limited insertion in the international context. In the third, the performance of diplomatic agents in the period of the Mexican Revolution is particularised, their observations and actions, the restructuring of Mexico during the revolutionary process, the Constitution of 1917, the rise of a new ruling class and the establishment of a new policy abroad made possible by the calming down of the armed phase of the Revolution.

**Keywords:** Brazil; Mexico; International Relations, Bilateral Relations, Diplomacy; Mexican Revolution



## **LISTA DE TABELAS**

Periodização da História do México .....	18
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty

MRE – Ministério das Relações Exteriores

SRE – Secretaria de Relações Exteriores do México

**RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO NO CONTEXTO DA ASCENSÃO REGIONAL  
NORTE-AMERICANA (1889-1917):  
APROXIMAÇÕES, DIVERGÊNCIAS E RELAÇÕES INTERAMERICANAS**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. A DIPLOMACIA BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES COM O MÉXICO PRÉ-REVOLUCIONÁRIO .....</b>	<b>18</b>
1.1. Distanciamento político, aproximações tímidas e a busca por reconhecimento .....	23
1.2. Liberais ou Conservadores: Uma disputa de projeto de nação para os dois países .....	29
1.3. Novas abordagens brasileiras em relações internacionais: O Brasil como parceiro diplomático .....	42
<b>2. AS OBSERVAÇÕES DOS AGENTES DIPLOMÁTICOS BRASILEIROS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS .....</b>	<b>49</b>
2.1. A reorientação da política exterior e norte-americana: do isolacionismo à busca da hegemonia regional .....	50
2.2. O Brasil e a ascensão do Estados Unidos como novo eixo diplomático: aceitação tácita ou adequação estratégica? .....	61
2.3. Expectativas brasileiras frustradas de inserção política na cena internacional .....	67
<b>3. A DIPLOMACIA BRASILEIRA E A REVOLUÇÃO: NOVOS TEMPOS, NOVAS SOLUÇÕES? .....</b>	<b>70</b>
3.1. As observações dos atores diplomáticos brasileiros in loco: Soluções possíveis para problemas extremos .....	81
3.1.1. Domício da Gama e sua atuação em Washington .....	86
3.1.2. Cardoso de Oliveira e as “missões” Mexicanas .....	88
3.2. A revolução institucionalizada e a preparação de uma base legal para a atuação de uma nova classe dirigente .....	95
3.3. A consolidação da política exterior mexicana e a pacificação da Revolução .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>119</b>
ANEXO A- Extrato de Relatório do Ministério das Relações Exteriores do ano de 1912 .....	119
ANEXO B – Extrato de Relatório do Ministério das Relações Exteriores do ano de 1915 .....	120

## INTRODUÇÃO

Escrever um trabalho historiográfico é uma empresa desafiadora. A busca, seleção de fontes e de bibliografia adequada são esforços que logo de início, concedem subsídios para que o pesquisador tenha a real percepção sobre a viabilidade de seu intento. Diante da pluralidade de elementos de análise que as fontes permitem investigar, balancear as citações dentre os autores que iluminam o pensamento, sejam historiadores, diplomatas, filósofos, sociólogos, economistas e outros, sem perder a essência historiográfica que o rigor acadêmico exige, revela-se um segundo momento ainda mais complexo, algo que se tornará rotineiro ao longo da jornada de pesquisa.

Este trabalho resgata e examina fontes diplomáticas, a saber, ofícios, telegramas, comunicações, relatórios diplomáticos e documentos oficiais, entendido que estes retratam as observações dos agentes diplomáticos e suas conexões com os acontecimentos correlatos e contidos em bibliografia especializada sobre as relações diplomáticas e bilaterais entre o Brasil e o México entre os anos de 1989 e 1917<sup>1</sup>, período que caracteriza ações efetivas dos Estados Unidos no sentido da construção de uma hegemonia regional.

Não obstante haver trabalhos sobre essa temática, o exame das fontes diplomáticas e as observações dos agentes diplomáticos, e especificamente as eventuais reverberações na cena política brasileira estão contidas em uma parte diminuta desses esforços. Essa percepção de uma oportunidade de pesquisa, advinda das aulas de História da América, ainda na graduação, transformou-se em objeto de interesse particular. Perceber que durante o período houve uma Revolução no continente americano, que possibilitou ao México escrever uma nova Constituição, fundadora de um período de buscas por direitos sociais e que possibilitou inovações na ordem jurídica, refletindo seus efeitos para além dos domínios mexicanos<sup>2</sup>, pareceu ser um empreendimento possível.

---

<sup>1</sup> Há divergências quanto à extensão da Revolução Mexicana. Para este trabalho, adotar-se-á o recorte temporal de 1989-1917, porque compreende o período do início das tensões revolucionárias, decorrentes do esgotamento de um regime político, até a promulgação da Constituição de 1917. A eleição de uma Assembleia Constituinte, seguida de eleições para Presidente celebram um pacto constitucional e possibilitam um novo ciclo político, através da alternância de correntes políticas, conforme Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino conceituam. ASSEMBLEIA CONSTITUINTE. In: *Dicionário de Política*, 11ª edição. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 261.

<sup>2</sup> Em razão da discussão sobre a efetividade das reformas sociais propostas por governos pós-revolucionários do México, consideramos que a Revolução Mexicana, a despeito do argumento de possuir caráter essencialmente agrário, não deve ser compreendida como um evento isolado, pois suas consequências e alcances se demonstram importantes para o estudo de interações com outras áreas de estudos históricos não esgotados, tais como o Direito Constitucional e o Direito Público Internacional, intrinsecamente vinculados com o tema das Relações Internacionais, conforme buscaremos exemplificar ao longo do trabalho.

Selecionados período de pesquisa e especificidade das fontes, passou a ser objeto de atenção e preocupação a responsabilidade de se construir uma narrativa a partir daquilo que as fontes diplomáticas efetivamente permitissem inferir. O peso maior se situou em buscar inclusive e principalmente a compreensão dos silêncios e omissões que surgiram do choque natural entre a análise primordial do fato contido em material bibliográfico e do cotejamento das informações e fatos observados na documentação diplomática. Esses choques também se mantiveram quando o caminho foi inverso. Por vezes, a documentação diplomática se revelou esclarecedora de muitas questões, apresentando respostas para questões surgidas durante a pesquisa. Por outras vezes, se fez imperioso que se cruzassem informações presentes em outras fontes e documentações encontradas, notadamente em jornais da época, para que se pudesse ter uma compreensão mais aparente desses silêncios e omissões. No sentido de se conseguir a consistência que o objeto estudado requer, é contribuição importante para este trabalho considerar que, por meio das observações dos atores diplomáticos, as ações são executadas por agentes políticos<sup>3</sup>, considerando que os agentes políticos traduzem, no cotidiano das ações as forças estruturais e conjunturais que alimentam o processo, tema trabalhado por Gerson Moura (MOURA, 1980)<sup>4</sup>. O autor discorre que as condições estruturais são capazes de delimitar o campo de ação dos formuladores e executores da política externa, assim como as conjunturas políticas concretas nas quais atuam.

O amálgama dos fatos e conjunturas evidenciou as dificuldades nas quais se deram as oportunidades de aproximação entre México e Brasil ao longo do período estudado. Em parte, essas incompreensões se sustentaram por terem ambos os países entendimentos divergentes quanto a seus projetos de nação e intenções em matéria de política externa. Acrescentemos a este ponto, a observação de que ao longo do tempo, o México demonstrou desconfianças relacionadas com a intenção de o Brasil pretender alcançar alguma forma de hegemonia no continente.

Entendidas grandeza e complexidade do tema em si, tornou-se mister a eleição de um problema digno de um trabalho de pesquisa, considerando-se que um trabalho historiográfico suscita a resposta de questão ou problemática. Nesse sentido, observando a formação da identidade diplomática brasileira, percebeu-se que a passagem do Império para a República ensejou

---

<sup>3</sup> Para melhor compreensão, sugerimos a leitura do livro de Guillermo Palacios, *Intimidades, conflictos y reconciliaciones: México y Brasil 1822-1993*. México, D.F: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2001.

<sup>4</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980

que novos atores políticos e novas elites buscassem a representação de seus interesses para além do Poder Legislativo, conforme se observara até então, incluindo-se nesses interesses as relações com outros agentes e entes políticos dentro e fora do Brasil. Cita-se nominalmente essa representação de interesses a partir da ascensão de uma oligarquia cafeicultora, consagrada na figura do primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Moraes, em 1894. Inicialmente, a pesquisa se ocupava essencialmente com as questões mais ligadas à Revolução Mexicana e a atuação diplomática brasileira, no entanto, com o exame preliminar de fontes e bibliografia, demonstrou-se mais precisamente que existiram significativas interferências no curso das histórias de Brasil e México por parte dos Estados Unidos. Inexoravelmente, o trabalho de pesquisa necessitou ser expandido para contemplar a presença e a participação dos Estados Unidos no período, adaptando o escopo do planejamento inicial, observado que a visão estadunidense encontrada em vasta bibliografia necessitaria de filtros e ajustes bem direcionados. Nesse instante, revelou-se o problema de pesquisa pacificado: como a diplomacia brasileira orientou as ações de seus representantes no período e como as pressões e interesses de agentes externos ao processo em curso, a saber, a ascensão norte-americana no subcontinente e a Revolução Mexicana podem ter influenciado a atuação de seus atores políticos?

No caso de nosso objeto de estudo, a orientação de utilização das fontes nos suportes descritos nos permite cotejar visões e posicionamentos de diversos atores políticos, transitando entre o que selecionamos em leitura bibliográfica e o que consideramos da atuação dos agentes diplomáticos. Tal escolha nos parece justificada dentro da abundância de fontes do período em tela e dos muitos objetos considerados nesta pesquisa.

A partir do aprofundamento da leitura bibliográfica e do exame das fontes, demonstrou-se evidente que era necessário conhecer melhor o período imediatamente anterior ao estopim dos conflitos armados no México. Esse momento foi caracterizado por um longo período ditatorial, conhecido como Porfiriato. Porfírio Díaz foi um governante que controlou ações e interesses de grupos dentro e fora do México, sendo descrito como a própria personificação do poder mexicano<sup>5</sup>. No caso brasileiro, o período anterior oportunizou significativas transformações locais, com a

---

<sup>5</sup> O Porfiriato se estendeu de 1876 a 1910, com intervalo entre os anos de 1880 a 1884. O período de seu governo foi marcado por grande incremento em inversões econômicas norte-americanas em território mexicano, considerando neste trabalho que o desenvolvimento econômico experimentado pelo México não se consubstanciou em desenvolvimento social. PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo, Contexto, 2014.



proclamação da República e com a mudança da orientação do eixo diplomático, de Londres para Washington, em 1905, momento em que Relações Externas e Diplomacia atuaram em movimentos convergentes<sup>6</sup>.

Em território mexicano, o desgaste da ditadura de Porfírio Díaz promoveu a ascensão de uma nova classe dirigente, que viabilizou a eleição do Francisco Ignacio Madero para a presidência, em 1910. Entretanto, setores dessa nova classe dirigente, insatisfeitos com a administração de Madero, envidaram esforços para sua deposição. Esse movimento foi o estopim para a deflagração dos conflitos, a saber, o início da fase armada da revolução.

No plano específico da análise da política externa brasileira, podemos observar que Amado Cervo e Clodoaldo Bueno descrevem que no início do período republicano, o Brasil intencionou agir conforme um modelo idealista de pensamento, em contraponto ao um padrão tradicionalmente realista de atuação diplomática do período imperial, que fora retomado após os anos iniciais da república, retornando a forma pragmática de atuar dos agentes diplomáticos<sup>7</sup>.

Partindo das definições ora identificadas, na primeira parte deste trabalho apresentaremos um histórico das relações internacionais desenvolvidas entre Brasil e México, apontando momentos de instabilidades e desconfianças, com intensa participação dos agentes diplomáticos, bem como discorreremos sobre o distanciamento político e a negação de um projeto hegemônico por parte do Brasil, caracterizando um maior afastamento diplomático brasileiro no período imperial e a busca de aproximações mais consistentes no período republicano. Demarcaremos as disputas entre liberais e conservadores, dando maior ênfase ao caso mexicano, em atenção às maiores instabilidades observadas naquele país, detidamente na questão territorial e em contraponto à solução pacífica encontrada pelo Brasil. Buscaremos demonstrar a questão da posse da terra, apontando pontos divergentes na visão e atuação das diplomacias de ambos países. Essa parte se encerra com os novos arranjos comerciais que o Brasil buscou junto ao México e a

---

<sup>6</sup> As Relações Externas compreendem os interesses dos países em exercer suas políticas com outros estados nacionais conforme assim o queiram, respeitando convenções internacionais e regras do direito internacional, pautados pela vontade de seus nacionais e em consonância com seus objetivos autodeterminados e autonomia. Diplomacia é o método através do qual as Relações Internacionais são reguladas e mantidas por embaixadores e encarregados; sendo seu objeto as negociações e não o conteúdo das negociações. CONSTITUCIONALISMO. In: BOBBIO; MATTEUCCI & PASQUINO, Op cit., pp. 248;258).

<sup>7</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. rev. e ampliada, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 153.

atividade diplomática nas gestões de crises, notadamente com o truste do café, junto aos Estados Unidos e a solução do Convênio de Taubaté.

Na segunda parte, demonstraremos a existência de alguns pontos de tensão entre Brasil e México e entre o Brasil e os Estados Unidos, especificamente quando os norte-americanos intervieram em reuniões e esvaziaram as pretensões brasileiras de alcançar posições de maior destaque na cena internacional e suas possíveis relações com a formação de uma futura Liga das Nações. Demonstraremos as gestões dos agentes brasileiros nas Conferências Pan-americanas, discorrendo sobre as gestões de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, as tentativas de uma aliança ABC anteriores aos acontecimentos de 1914 e a mudança do eixo diplomático e o posicionamento ajustado entre os agentes brasileiros e norte-americanos.

Na terceira parte discutiremos as observações diplomáticas brasileiras, em face do temor da longevidade do regime de Porfírio Díaz, o golpe contra Madero, o olhar diplomático sobre os conflitos armados e o protagonismo brasileiro em mediar a pacificação do conflito em Vera Cruz, visto que houve a possibilidade real de um conflito mundial, de tal sorte que as gestões brasileiras em Washington e no México auxiliaram a garantir posições iniciais de neutralidade ao Brasil. Também discutiremos a maneira pela qual se desenvolveu a observação brasileira diante de disputas políticas internas ao México, notadamente na Convenção de Aguascalientes, em que em um grupo político se elevou sobre os demais, culminando na promulgação de uma nova Constituição e na Doutrina Carranza, que cimentaram um novo caminho para a Política Externa do México e para a Revolução em si, que se tornou a Partido Político e corrente hegemônica.

Nas considerações finais, iremos sugerir que é viável inferir a partir do estudo das fontes selecionadas que a participação diplomática brasileira no período pode ser entendida por três visões distintas, a saber, uma mexicana, uma brasileira e outra estadunidense, cada qual a partir de suas respectivas pretensões, apresentando nossa síntese sobre qual dessas visões parece a mais apropriada segundo nossa compreensão.

## CAPÍTULO 1. A DIPLOMACIA BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES COM O MÉXICO PRÉ-REVOLUCIONÁRIO

A História do México será trabalhada nesta pesquisa em cinco períodos, conforme a tabela 1. Diante da amplitude do tema e seus desdobramentos ao longo dos acontecimentos mexicanos, tornou-se necessário assimilar os ciclos e épocas, de tal sorte que seja possível assentar tempos e assim compreender as origens das tensões que se avolumaram ao longo dos anos, até o estopim da Revolução, em 1910. Para o alcance de nosso intento, apresentamos os períodos a seguir:

Tabela 1 – Periodização da História do México

Conquista	Colônia	Independência	Reforma	Revolução
1519 - 1521	1521 - 1810	1810 - 1857	1857 - 1910	1910 - em diante

Fonte: Palacios (2001).

Durante todos esses períodos, questões como a posse da terra, dicotomias sobre a presença maior ou menor do Estado, ou sobre a laicidade do Estado em detrimento de uma religião oficial, bem como o poder de suas instituições e principalmente, a disputa entre um projeto liberal ou conservador de nação, se demonstraram traços marcantes de intensos conflitos de interesses havidos na sociedade mexicana.

Ao analisarmos os antecedentes históricos de Brasil e México, podemos destacar elementos importantes nos movimentos de aproximação e afastamento, que permearam as relações bilaterais entre os dois países. Durante o período imperial do Brasil, antecedeu-se à desconfiança que países latino-americanos nutriram em face de o Brasil eventualmente ter intenções imperialistas no subcontinente<sup>8</sup>, o fato de que naquele momento, o Império de D. Pedro I se mantinha como o único regime não-republicano no continente, somando-se certo isolacionismo político do Brasil em

<sup>8</sup> Amado Cervo e Clodoaldo Bueno descreveram como o Brasil, em face do jogo de forças do sistema internacional no início do século XIX e buscando elaboração e execução de sua política externa, necessitou, com habilidade para adequar seus objetivos internos e externos, alinhar-se com o que denominam de “aliança inglesa”, centro dinâmico da nova economia, diante da capitulação em influência que a Revolução Francesa imprimiu ao sistema internacional e da emergência do capitalismo industrial. CERVO; BUENO, Op cit., pp. 19-20.

matéria de relações internacionais<sup>9</sup> com os países americanos, agravado nas questões da língua não-hispânica e da ausência de uma identidade latino-americana<sup>10</sup>.

Guilherme Palacios (PALACIOS, 2001) afirma que há uma linha comum na origem das relações internacionais entre países que têm origem colonial. Essas relações se iniciam quando os novos regimes independentes necessitam do reconhecimento de grandes potências europeias. No caso específico entre Brasil e México, se iniciaram em 1825, sendo o México o segundo país a reconhecer a independência do Brasil, ocorrida em 1822. Os Estados Unidos, que buscavam o fortalecimento de sua Doutrina Monroe<sup>11</sup>, haviam reconhecido a independência brasileira em 1824<sup>12</sup>. Neste ponto, salientamos que as reflexões de Cervo e Bueno permitem acrescentar que durante o período da independência do Brasil, a Grã-Bretanha, demonstrou predomínio nas relações internacionais, por força da mudança do eixo econômico e de sua vontade política, construindo uma diplomacia da recompensa por serviço, qual seja, transferindo vantagens comerciais que possuía com Portugal para o Brasil, em contrapartida ao reconhecimento da independência brasileira, concomitante aos empréstimos realizados ao novo império, que deram sustentação e permitiram ao Brasil ser inserido na divisão internacional do trabalho em uma condição que evidenciou a relação de dominação e dependência.<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> As Relações Internacionais compreendem “o complexo das relações que ocorrem entre os Estados, entendidos como aparelhos ou como comunidades; implica a distinção da esfera específica das Relações Internacionais da esfera das relações internas dos estados”. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. In: BOBBIO; MATTEUCCI & PASQUINO, Op cit., p. 1089.

<sup>10</sup> O alinhamento posterior com a Doutrina Monroe e a aproximação com os Estados Unidos em matéria de relações comerciais estimularam ainda mais essas desconfianças, sendo necessários movimentos políticos e ações diplomáticas por parte do Brasil para mitigar as desconfianças latino-americanas.

<sup>11</sup> O Presidente norte-americano James Monroe emitiu uma declaração após rumores de que a Santa Aliança interviria nas Américas para auxiliar a Espanha, que desejava reconquistar suas colônias. A declaração de 2 de dezembro de 1823 foi enviada ao Congresso, reiterando que os Estados Unidos eram neutros na guerra entre a Espanha e suas colônias, embora considerasse que aquela não reuniria condições para conquistá-la. Entretanto, que haveria reações se aquele sistema de forças viesse a trazer insegurança ou se estender para qualquer parte da América. BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007., p. 88)

<sup>12</sup> A Doutrina Monroe em sua essência permitiu aos Estados Unidos entenderem o subcontinente como área de seu interesse, sujeito a sua influência. Sua postulação sob o signo “A América para os americanos” não encontrou eco nas repúblicas hispano-americanas em um primeiro momento, sendo lembrada em poucas oportunidades. O Brasil, no entanto, encontrou interesses em comum e legitimou essa doutrina, buscando aproximação, notadamente diante do temor de uma investida portuguesa para recuperar sua antiga colônia. Para a efetivação desse reconhecimento, foi proposto um tratado de ofensiva e defensiva, justificado na pretensa ação de Portugal em recuperar o território brasileiro com o apoio da Inglaterra e da Santa Aliança. Todavia, os Estados Unidos entenderam que não deveriam tomar parte em assuntos coloniais do Brasil e propôs um tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio, aceito pelo Brasil em 1828. SAIANI, Renato Cesar Santejo. *O publicista oculto: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912)*. Assis. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, 2018. pp. 222-237.

<sup>13</sup> CERVO; BUENO, Op cit., pp.17-32.

Em decorrência do surgimento da jovem nação brasileira, houve discussões sobre seus interesses e identidade<sup>14</sup>. Nesse sentido, Cerro ilustra como as relações de poder, desde a independência, foram balizadoras da ação brasileira em matéria de Relações Internacionais, sendo um exemplo o pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva, que idealizou uma comunidade lusa de nações, constituída por colônias dos dois lados do Atlântico Sul, bem como atuou no sentido de estabelecer relações cooperativas com países vizinhos que mantivessem intenções comuns de proteção às investidas de Portugal e Espanha. No entanto, suas ideias divergiram das do Imperador e foi retirado da pasta dos Negócios Estrangeiros do Brasil, momento que se seguiu a assinatura de tratados de reconhecimento que aumentaram as relações de dependência. Mesmo que a intenção de uma comunidade lusa de nações possa ter parecido aos olhos de D. Pedro I uma utopia, foi considerada como possibilidade real pela Grã-Bretanha, que condicionou o reconhecimento brasileiro à não associação com colônias portuguesas no velho mundo<sup>15</sup>.

Podemos observar que com os movimentos de independências nas Américas advieram interesses em assentar as bases de um Direito Internacional Americano que fundamentasse as relações que deveriam ser efetivadas entre o novo hemisfério e o antigo, bases que reparassem os graves prejuízos que os americanos observaram ante as relações com o velho mundo. Podemos observar uma intenção de unidade continental ou de identidade comum latino-americana<sup>16</sup>. Luiz Fernando Vale Castro se deteve a analisar a Revista Americana, publicada pelo Itamaraty entre os anos de 1909 e 1919, buscando compreender o papel exercido pela diplomacia naquele novo concerto internacional, valorizando características próprias e específicas dos países, concluindo que houve um esforço de construção de um ideal continental por meio da ação da diplomacia<sup>17</sup>. O autor pontua que em 1824, Simon Bolívar convocou os países da América a se reunirem, a fim de

---

<sup>14</sup> Despacho de 31/01/1824, AHI 267/03/04. Instruções de Luís José de Carvalho e Melo, Ministro dos Negócios Estrangeiros a José Silvestre Rebelo, Encarregado de Negócios nos Estados Unidos. Instruções para servirem de regulamento ao sr. José Silvestre Rebelo em comissão na América Setentrional. Contém intenções de cooperação para com todos os países americanos e desmentidos sobre alianças europeias e intentos hegemônicos.

<sup>15</sup> CERVO, Amado. “Introdução à Política Externa e às concepções diplomáticas do período imperial”. In: *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* / José Vicente de Sá Pimentel (org.). – Brasília : FUNAG, 2013. p.43.

<sup>16</sup> REYES, Antonio de La Peña. *Arquivo Historico Diplomatico Mexicano. La Diplomacia Mexicana. Pequeña Revista História*. Numero 1. Mexico. Secretaria de Relaciones Exteriores. Mexico, 1923. pp. 18-19. Trata-se de um documento que buscou resgatar a memória e os ensinamentos colhidos do 1º. século de história diplomática do México independente.

<sup>17</sup> CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro. Mauad Editora Ltda, 2012. p. 40.

estabelecerem mecanismos de cooperação mútua, que os levasse ao consenso, conciliando as diferenças entre os povos e que os livrasse do mal comum, em uma lógica antieuropeia.

A partir dos conflitos notados nos processos das independências na América, as ações brasileiras podem ser compreendidas como obstáculos para a expansão norte-americana, visto que a exportação estadunidense de produtos agrícolas no período não se chocou frontalmente com a exportação de manufaturados ingleses, permanecendo o Brasil parceiro de ambos países e o México como concentrador principal de capitais invertidos dos Estados Unidos. Nesse sentido, com a expansão da influência norte-americana no subcontinente e sua Doutrina Monroe, os ingleses não se opuseram, pois compreenderam que seus interesses estariam garantidos, em contraponto da ascensão alemã no continente europeu em produção metalúrgica e comercialização de produtos manufaturados entre 1899 e 1902, assim como da expansão russa no Extremo Oriente e do incremento da presença francesa na África, motivos mais relevantes de preocupações.<sup>18</sup>

O Congresso do Panamá, ocorrido em 1826, apresentou como participantes Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Chile, Argentina, México e América Central<sup>19</sup>. Palacios sinaliza que o México e outros países latino-americanos levantaram a discussão sobre o Brasil efetivamente acrescentar elementos para esse projeto, uma vez que sua monarquia mantinha estreitos laços com a Espanha. A mesma análise se aplicava aos Estados Unidos, por seus laços mantidos com a Inglaterra. Um evento visto como um equívoco na atuação diplomática brasileira no período de D. Pedro I e que alimentou desconfianças do México sobre as intenções brasileiras no subcontinente, está transcrito em um documento do Ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, denominado “Instruções Secretas para El Marquês de Santo Amaro”. Neste documento, há citações sobre a deplorável situação em que se encontrava a monarquia brasileira, diante da obrigatoriedade da convivência com o quadro “anárquico moral e perigoso” em que figuravam tantos povos que

---

<sup>18</sup> BUENO, Op cit., pp. 256-258.

<sup>19</sup> A ideia de Pan-americanismo pode ser entendida a partir de ao menos dois momentos de observação: o primeiro com a ideia da cooperação mútua entre os povos de Bolívar e conciliação das diferenças em prol de um continente forte, mantidas certas divergências de entendimento e rivalidades com a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto dos Estados Unidos; o segundo momento a partir de 1889, sendo a ideia de pan-americanismo apropriada pelos Estados Unidos e remodelada, incorporando elementos da Doutrina Monroe e do Corolário Roosevelt. Dessa maneira, temos duas perspectivas: uma sul-americana e universalista, a partir dos ideais de Bolívar, e outra norte-americana e isolacionista, a partir das leituras dos “panismos” europeus, com um centro dominante que vinculasse questões étnicas, linguísticas e culturais, mas que mantivesse certo caráter geográfico continental. CASTRO, Op. cit, pp. 41-66. Neste trabalho não discutiremos temas caros aos ideais de Bolívar, essencialmente temas tais como soberania, autonomia, federalismo e centralismo, restringindo-nos ao recorte proposto.

rodeavam ao Brasil, que por seu turno deveria participar ativamente da pacificação dessas repúblicas, ainda que se fossem firmadas nelas monarquias constitucionais<sup>20</sup>.

Houve certo interesse norte-americano na América Latina entre 1800 e 1830, período em que foi idealizado e realizado o Congresso do Panamá. Todavia o interesse maior no desenvolvimento de seu mercado interno pode ser observado, em parte pelo esvaziamento dos interesses em política exterior, marca de seu isolacionismo, e a presença maior de acordo bilaterais, em detrimento de alianças e acordos mais amplos<sup>21</sup>. O período coincide com a pouca habilidade observada por parte da diplomacia brasileira, o que inviabilizou ações mais convergentes nos pontos que denotavam ideias de aproximação regional, no que concordamos, ressaltando que essa fase incipiente da diplomacia brasileira possibilitou que as melhores práticas não fossem exercidas, como no episódio do Congresso do Panamá, quando não houve envio de representação brasileira.

As tensões observadas no trato com o Brasil diminuíram com a ascensão de D. Pedro II ao trono, o que significa dizer que existiu efetivamente um giro em matéria de política externa para a diplomacia mexicana, uma vez que, consolidada a monarquia brasileira por um não português, iniciou-se um novo momento de aproximação entre as duas nações, visto que, superada a causa do afastamento entre os dois países, que jamais houvera sido declarada como sendo a forma de governo entendida como uma divergência, mas tão somente a eventual ameaça que representaria para o ideal americano o apoio brasileiro à restauração de uma antiga ordem monárquica às nações da América espanhola independente. A independência do Brasil frente a Portugal foi o desejo fundamentado de uma nova ordem, afastando de vez as aventuras de restauração reais ou imaginárias da Santa Aliança e a busca de apoio frente a uma identidade continental, já desejada em declarações anteriores do México como motivos para o estreitamento de relações frente aos outros países surgidos de um mesmo sistema colonial. Vencida a diferença em face do posicionamento de D. Pedro II em demonstrar que não existiam intenções hegemônicas, o Brasil foi considerado aliado nessa possível empresa. Essa reaproximação entre México e Brasil ocorreu paralelamente ao início das tensões no Texas, cujos habitantes foram apoiados maciçamente pelos Estados Unidos<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> PALACIOS, Op cit., pp. 41-44.

<sup>21</sup> BUENO, Clodoaldo. Rio Branco e a política internacional de sua época. In: Barão do Rio Branco, v. 100, FUNAG, 2012.

<sup>22</sup> PALACIOS, Op cit., p. 41-42.

### 1.1. Distanciamento político, aproximações tímidas e a busca por reconhecimento

O desenvolvimento da diplomacia brasileira perpassou as diferenças observadas entre os dois reinados, saindo de uma posição inicial de desconfiança para manifestações abertas de interesses em manter as mais cordiais e produtivas relações internacionais com os países do continente, em paralelo aos interesses de consolidar uma posição de vanguarda nas relações internacionais.

Segundo de Almeida (2017, p. 554)

uma tentativa de se desenhar a diplomacia regional do Império Brasileiro obriga, em primeiro lugar, à formulação de uma série de outras questões, mais específicas, sobre o relacionamento econômico e político do Brasil não apenas no continente, mas também no hemisfério, uma vez que são determinantes os vínculos bilaterais e triangulares com a principal potência da região.

Pontuando a forma de atuação da diplomacia brasileira em meio a quantidade de repúblicas latino-americanas, o autor considera que o esquema pan-americano representou uma antecipação do multilateralismo contemporâneo no sentido de cooperação entre os Estados independentes e a eventual coordenação de políticas setoriais para se alcançar objetivos econômicos<sup>23</sup>.

A monarquia por vezes vista como um corpo estranho no meio de repúblicas imperfeitas, mas consonantes com o espírito do século XIX foi um fator prejudicador do surgimento de uma mentalidade latino-americana e de uma afinidade ideológica com os demais países da América Latina no entendimento de Rubens Ricupero<sup>24</sup>. Para o autor, as relações bilaterais entre Brasil e México naquele momento foram menos profundas, em razão de o Imperador brasileiro representar a personificação do monarca absolutista e despótico, legítimo representante da coroa europeia, algo distinto dos ideais republicanos da jovem nação latino-americana. No entanto, o autor considera que as desconfianças foram esmaecidas entre 1828 e 1830, a partir do convencimento de que ambos países nutriam sentimentos amistosos e amigáveis um para com o outro<sup>25</sup>. À época desse estreitamento de relações diplomáticas, a despeito das crises que o Brasil vivenciara, afirmou-se

---

<sup>23</sup> DE ALMEIDA, Paulo Roberto. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. 3ª ed. rev. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, p. 555.

<sup>24</sup> RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

<sup>25</sup> Despacho de 27/04/1831, AHI 317/04/17. Instruções de Francisco Carneiro de Campos, Ministro dos Negócios Estrangeiros, para João Batista de Queirós, Cônsul-geral e Encarregado de Negócios, interino, no México, manifestando o desejo do governo brasileiro em estreitar relações de amizade e perfeita entre o Brasil e os Estados conterrâneos.



um primeiro governo abertamente conservador no México. O Presidente Lucas Alamán, enviou ao governo imperial do Brasil os bons créditos no sentido da nomeação de um cônsul brasileiro naquele país, para o estreitamento de laços, recebendo resposta positiva do governo imperial, em um claro reconhecimento daquele novo estado das coisas, em movimento convergente das relações diplomáticas<sup>26</sup>.

O México poderia comercializar com o Brasil seus principais produtos naquele momento, a saber, ouro e prata, não encontrando itens de interesse econômico na economia brasileira, que apenas produzia itens já existentes e em condições mais vantajosas na economia mexicana, caracterizando a não complementariedade comercial e econômica em um início de relação pouco atrativa. As poucas possibilidades de trocas comerciais distanciaram as relações diplomáticas<sup>27</sup>, sendo então as relações internacionais direcionadas para outras áreas, como um Tratado de Amizade, que elencou condições para que ambas as nações pudessem se aproximar. Nesse sentido, a distância geográfica entre os dois países foi uma garantia de que não haveria conflitos de limites geográficos ou jurisdições territoriais, um assunto caro à diplomacia brasileira, e que foi alvo de observações do lado mexicano. Nesse primeiro momento de aproximação, as principais questões que delineariam o futuro das relações se situaram nessas: a escassez de recursos para manter Missões recíprocas, a presença interventora dos Estados Unidos nas relações entre Brasil e México e a natureza não complementar entre as duas economias.

Sobre o custo de se manter missões recíprocas, a missão Cañedo<sup>28</sup> consistiu em colocar bases para uma possível aliança entre os países da América, excluindo os Estados Unidos. Essa aliança serviria para a solução de conflitos de limites, que naturalmente surgiram a partir dos movimentos de independência e da retirada da influência espanhola do continente. Para o México, a participação do Brasil nessa aliança iria para um pouco além desses interesses, já que o Brasil se mantinha como parte interessada nas possibilidades de mediações em pleitos com a Argentina na questão da antiga Cisplatina, o que suscitaria antigas desconfianças sobre as intenções expansionistas do Brasil. No

---

<sup>26</sup> Sobre o temor brasileiro de uma investida europeia para conquista de territórios recém independentes da monarquia portuguesa, Ricupero compara às intervenções do Brasil contra o Reino Unido e contra França nas questões da invasão da Ilha da Trindade e nas questões sobre as fronteiras entre o Amapá e a Guiana Francesa. Consideramos que essa leitura reflete sobre o Brasil manter à época fronteiras abertas com três potências europeias. A hegemonia mundial naquele momento estava sob cargo da Inglaterra, seguida de muito perto pela França, e observamos que a maior ameaça à Amazônia provinha da Europa e dos Estados Unidos, embora estes estivessem mais preocupados com Cuba, Porto Rico e México. RICUPERO, Op. Cit, p. 269.

<sup>27</sup> PALACIOS, Op. Cit, pp. 25-42.

<sup>28</sup> Idem, pp. 29-50.

entanto, o parentesco entre o Imperador brasileiro, seu congênere na Áustria e entre esses e o Rei da Espanha poderiam ser úteis ao México, no sentido do reconhecimento das novas nações surgidas dos movimentos de independência.

Palacios assinala que uma nova aproximação aconteceu a partir da chegada do regime republicano em substituição ao imperial. O autor reitera que a nova república sob o lema positivista de "Ordem e Progresso" foi vista aos olhos dos científicos como propícia para um novo momento na relação bilateral<sup>29</sup>. Nos primeiros meses de 1890, México e Brasil oficializaram a reciprocidade no envio de ministros plenipotenciários, todavia percalços no caminho possibilitaram a vinda efetiva do representante mexicano apenas em novembro, primeiro por motivos de saúde do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil, e posteriormente, por desdobramentos da decisão de Deodoro de dissolver o Congresso brasileiro, elevando desconfiças de um ensaio ditatorial, embora a dissolução do Congresso contivesse o anúncio de convocação de novas eleições. Na análise de Palacios, a república brasileira se assemelhava muito as outras repúblicas hispano-americanas. O episódio da rebelião da Armada Brasileira, assim como a renúncia de Deodoro e a assunção da presidência por Floriano Peixoto foram reportados à Secretaria de Relações Exteriores como transcorridos sem conflitos mais intensos, chamando a atenção da diplomacia mexicana, considerando que a sucessão presidencial brasileira, nas circunstâncias observadas, ocorreu com "ordem e tranquilidade perfeitas"<sup>30</sup>.

O diplomata brasileiro Júlio de Melo Alvim foi recebido pelo presidente Porfírio Díaz em abril de 1891, com o anúncio de "primeiro representante brasileiro acreditado ante o governo da República Mexicana", mencionando em seu discurso que aquele ato inaugurava as relações bilaterais com a importante nação americana do Brasil, especialmente por sua última evolução política que se observara desde que assumira a forma republicana comum as nações da América"<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Palacios traça um comparativo entre as elites ilustradas que controlavam a política brasileira e os "Científicos" mexicanos, grupo que concedeu suporte ideológico durante o Porfiriato. O autor salienta que desde as aproximações das décadas de 1890 e 1900, os representantes diplomáticos brasileiros fizeram análises das estruturas de poder do México e suas políticas. As aproximações consideraram o positivismo experimentado entre as duas repúblicas. Nesse sentido, o irromper da revolução mexicana em 1910 foi um ponto de ruptura entre essas elites ilustradas. A partir desse instante, as atenções do Brasil se direcionaram para a observação internacional e a administração mexicana, reconhecida ou não dos interesses brasileiros. A partir da invasão de Vera Cruz em 1914, Palacios considera que as Conferências de Niágara Falls foram a primeira chance real de elevar o Brasil ao ponto que sua diplomacia desejava, qual seja, desempenhar o papel de mediador em um conflito internacional. PALACIOS, Op cit., p. 123.

<sup>30</sup> PALACIOS, Op cit., pp 57-59.

<sup>31</sup> Idem, p. 59.

Durante sua estada no México, Alvim se demonstrou atento observador das instituições mexicanas e de suas formas de trabalho, detalhando o funcionamento da administração pública mexicana e os elementos que seriam importantes para arquitetura republicana do Brasil. O autor relata que outro assunto recorrente nas correspondências diplomáticas de Alvim tratava sobre as relações comerciais entre México e Estados Unidos, narrando a forma pela qual o México buscou resistir aos termos inicialmente propostos pelos Estados Unidos para firmar sua reciprocidade comercial. Para o autor, houve notável desequilíbrio na quantidade de produtos intercambiados entre cada país, sendo essa balança pendente aos Estados Unidos. As observações de Alvim também apontavam para a forma como o comércio do México estava sendo demasiadamente direcionado aos Estados Unidos, de tal sorte que o comércio com outras nações latino-americanas e mesmo com a Europa estava diminuindo, praticamente integrando a economia mexicana à norte-americana<sup>32</sup>.

Cyro de Azevedo, enviado brasileiro ao México em 1895, deu continuidade à análise de elementos da administração pública do México que se demonstrassem interessantes do campo de vista da observação política. Seus informes ao Rio de Janeiro relataram com preocupação o movimento crescente de integração da economia mexicana à economia estadunidense, incrementado pelo desenvolvimento de comunicações terrestres. Palacios considera que a visão de Azevedo sobre as instituições e práticas da política mexicana foram “limpas e inocentes”, típicas da fase de “otimismo juvenil” que atravessava o conceito de república no Brasil. Nesse sentido, Palacios se refere especificamente aos comentários de Azevedo sobre algumas ações que atentaram contra o ideal republicano, como um projeto de lei que propunha à Câmara de Deputados pronunciar voto de censura ou de aprovação após interpelação de Secretários de Estado. Azevedo entendia que ações de aprovação ou veto eram cabíveis em um regime parlamentarista, sendo equivocada sua prática em um regime presidencialista como o caso mexicano.

Considerando o presidencialismo praticado no Brasil, em que a figura do presidente concentrava muito mais poder, Palacios classifica a "pureza" de avaliação do enviado brasileiro, como que uma visão obrigatória das coisas para aqueles que experimentaram um regime

---

<sup>32</sup> Nesse ponto, concordamos integralmente com o entendimento de Walter Astié-Burgos de que as economias mexicana e norte-americana passaram de complementares, para integradas, notadamente pelo movimento assimétrico dos Estados Unidos em realizar inversões de capital e retirar matérias-primas do México. Astié-Burgos ressalta que existem relações bilaterais, mas que os Estados Unidos e México ainda mantêm relações binacionais, sendo o México um sócio minoritário da economia estadunidense. ASTIÉ-BURGOS, Walter. *Encuentros y desencuentros entre México y Estados Unidos en El siglo XX: Del Porfiriato a La pos guerra fría*. México, D.F, Miguel Ángel Porrúa, 2007.

monárquico de liberdades políticas limitadas por um poder pessoal de um Imperador, algo já superado há tempos na política mexicana<sup>33</sup>. Aqui notamos que há nas observações dos atores diplomáticos mexicanos o detalhamento de ideais e práticas brasileiras a partir da visão de que os agentes políticos desenvolvem suas gestões *vis a vis*, ou mesmo sem o planejamento dos riscos ou administração das potencialidades, desconsiderando o histórico e não aprofundando as questões de linhas de atuação ao longo do tempo.

Azevedo foi sucedido por Olinto Magalhães, que foi ainda mais crítico, no sentido de entender as práticas da política mexicana como um atentado aos princípios presidencialistas. Magalhães antecipou, 15 anos antes do estopim dos acontecimentos de 1910, o que significaria a retirada da cena política de uma figura centralizadora como Porfírio Díaz. Em comunicação reservada ao ministro no Rio de Janeiro, de 2 de fevereiro de 1895, Magalhães considerou o perigo que ocorreria ao México a partir do dia em que viesse a falecer Porfírio Díaz, diante da ausência de outra figura de prestígio. Magalhães ressaltou que a falta de educação cívica e de educação política seriam geradoras de horrores de próprios de uma guerra civil naquele país<sup>34</sup>.

Acerca das preocupações de seu antecessor com a integração mexicana à economia estadunidense, Magalhães acrescentou que o desenvolvimento das linhas férreas em velocidade crescente naquele momento também deveria ser entendido como um fator de preocupação e observação dos movimentos entre México e Estados Unidos. O motivo de preocupação se dava principalmente porque três linhas férreas ligavam os centros produtores mexicanos de café aos centros consumidores norte-americanos, bem como os interligavam a portos do Atlântico e do Pacífico em território americano, devendo esse movimento ser acompanhado de perto pelos representantes brasileiros, visto que os norte-americanos eram os maiores consumidores e compradores do café brasileiro<sup>35</sup>. Outro fator mencionado por Magalhães que deveria ser

---

<sup>33</sup> PALACIOS, Op cit., pp. 85-87.

<sup>34</sup> AHI-MRE, 221-1-1, 1895, Reservados. PALACIOS, Op. Cit.

<sup>35</sup> O café foi um elemento de aproximação entre os Estados Unidos e o Brasil desde o Império. Segundo Saiani “a viagem de D. Pedro II aos Estados Unidos em 1876, fazia parte de uma “política de prestígio”, que visou consolidar a imagem e os interesses brasileiros no exterior. Naturalmente, os Estados Unidos representavam um dos principais alvos de D. Pedro II, sobretudo pela profunda dependência brasileira em relação ao mercado norte-americano” (SAIANI, Op cit., p. 239-240). O autor reitera que a referida política teve continuidade na 1ª Conferência de Washington, sem que o Imperador brasileiro deixasse de manter seu pragmatismo de não se dissociar da Europa, mantendo certa resistência em assumir compromissos interamericanos e posturas de alinhamento às propostas norte-americanas. A deposição de D. Pedro II e a proclamação da República se deram durante a Conferência e restrições de outrora passaram a ser encaradas como atrativas possibilidades. As fontes deste trabalho em matéria de café se

acompanhado, além da facilidade dos transportes, dizia a respeito da qualidade das terras mexicanas para a plantação do café, classificadas por Magalhães como superiores às terras brasileiras<sup>36</sup>, o que certamente deveria se refletir em preços menores e uma maior presença mexicana no mercado estadunidense<sup>37</sup>.

Sobre Porfírio Díaz, Magalhães mencionou em relato de 2 de dezembro de 1895 ao ministro no Rio de Janeiro, que este personagem reunia em si a encarnação de tudo que um regime republicano não deveria ser, exercendo a liderança de um país que estava infelizmente habituado a viver em um regime de democracia fictícia, ao mesmo tempo em que se apresentava sempre prudente no trato com estados vizinhos, gerando para si grande prestígio em termos de geopolítica regional. Palacios afirma que Magalhães também observou que a paz vivenciada naqueles últimos anos no México se devia à própria personificação do poder de Porfírio Díaz, que perseguia seus inimigos e eliminava potenciais movimentos contrários a seu regime. Em prenúncio do que seria o futuro do México, Magalhães afirmou que depois da administração de Díaz, a anarquia seria o maior quinhão na divisão dos futuros infortúnios da república mexicana<sup>38</sup>.

Importante contribuição diplomática brasileira ocorreu por ocasião do conflito entre o México e a Guatemala. No final de 1895, a crescente tensão entre os dois países por força da ameaça de invasão ao território mexicano foi arbitrada por Azevedo, após sua escolha por parte dos litigantes em uma lista que apresentava como potenciais árbitros o representante norte-americano, por motivos óbvios de poder e influência e o representante espanhol, vindo da “pátria mãe”. Sua escolha foi motivada pela reconhecida competência brasileira, o que elevou a visibilidade da diplomacia do Brasil, diante da arbitragem de um conflito fronteiriço na América

---

encontram, em sua parte majoritária, contidas em relatórios enviados ao Presidente da República, emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre os anos de 1912 e 1919.

<sup>36</sup> A crise do café se intensificou no final do século XIX com a questão da abolição dos escravos e a falta de braços para a lavoura. Outras consequências advieram da migração das lavouras do Vale do Paraíba para o sul do país. Com melhores terras e tecnologias, houve a superprodução que propiciou a primeira intervenção governamental como uma solução provisória, o Convênio de Taubaté, durante o governo Rodrigues Alves, um estadista que serviu ao Império e que foi também cafeicultor. Podemos pontuar também que os antigos cafeicultores da região de Lorena, no estado de São Paulo perderam, pouco a pouco, a influência e a dimensão de suas propriedades, vendendo-as a criadores de gado e mineiros, levando as antigas famílias proprietárias das terras a se mudarem para a capital.

<sup>37</sup> A dinâmica do café no Brasil de 1824 a 1854 inflacionou a economia brasileira, elevando desde o preço de um escravo a terras e plantações. Ao findar do século XIX, os latifundiários do café se converteram na nova elite social do Brasil, tornando-se os responsáveis por mudar as formas de servidão feudal e trabalho assalariado que mantinham as lavouras do café. Com o esgotamento dos recursos no Vale do Paraíba, a plantação se expandiu para o sul do país que tinha a terra roxa, mais propícia o cultivo.

<sup>38</sup> PALACIOS, Op cit., pp. 73-77.

Central. A admiração de Díaz e o reconhecimento guatemalteco confirmaram as expectativas brasileiras<sup>39</sup>, em fato até então inédito na diplomacia brasileira<sup>40</sup>.

A escassez de recursos extinguiu as representações diplomáticas que atendiam a Brasil, Peru, Uruguai, Argentina e Chile, sendo a observação diplomática por parte do México exercida a partir da Legação do México nas Republicas Sul-Americanas, sediada em Buenos Aires, a partir de 1901. O reflexo imediato foi o esfriamento dos entendimentos e aproximações construídos bilateralmente. Uma nova aproximação ocorreu com a recuperação das finanças destinadas às representações diplomáticas, passando o México a realizar, a partir de 1904 observações sobre geopolítica no Cone Sul. A questão do Acre foi acompanhada de perto pelo observador mexicano, sendo comparada em muitos aspectos com o conflito do Texas. Informes foram enviados tendo em seu escopo elementos econômicos e políticos observados e possíveis, decorrentes das ações desenvolvidas pelo Brasil na questão. Embora a solução encontrada tenha sido a pacífica, o representante mexicano relatou que para os vizinhos do Brasil, envolvidos direta ou indiretamente na questão, as ações brasileiras reforçavam uma imagem expansionista do Brasil<sup>41</sup>.

A análise das ações empreendidas pela diplomacia brasileira no período nos permite levantar aspectos não apenas de pragmatismo, mas de entendimento de que era necessário compreender o contexto regional em que estavam inseridas jovens nações que almejavam a consecução de seus interesses, sem deixar de buscar sua inserção naquele novo estado de coisas. As ações se demonstraram pouco efetivas em seu início, sendo aperfeiçoadas em uma velocidade que pode ser justificada pelo quadro político instável observado em maior parte, no México. Todavia aos mexicanos, esse quadro transparecia o de normalidade, quando comparamos suas observações quanto aos episódios de instabilidades brasileiras.

## 1.2. Liberais ou Conservadores: Uma disputa de projeto de nação para os dois países

Com o surgimento de novos países na América Latina, houve a reestruturação, ou realocação de atores e forças, políticas e econômicas. Esses processos observaram tendências políticas e visões de mundo divergentes entre si, mas que suscitaram intensas disputas internas. Destacamos que em

---

<sup>39</sup> Idem, p. 77.

<sup>40</sup> AHI-MRE, 221-1-1, 1895, Reservados. PALACIOS, Op. Cit.

<sup>41</sup> PALACIOS, Op cit., p. 81.

nosso trabalho, afora o entendimento de disputa comuns, privilegiaremos os dados e particularidades do caso mexicano, suscitando os eventos e dados que forem relevantes para a comparação entre os processos, considerando que o direcionamento das fontes escolhidas nos respaldam para analisarmos em maior profundidade o México.

México e Brasil vivenciaram, cada um à sua maneira, processos internos de definição de projetos de nação. Havia em linhas gerais dois projetos em disputa: um conservador e outro liberal. Remontando ao início dessa disputa, torna-se necessário situar o ano de 1854, quando os liberais chegaram ao poder no México com o plano de Ayutla em 1854. Tão logo se estabeleceram no poder, criaram leis que viabilizaram o livre comércio, a propriedade privada e o ensino secularizado<sup>42</sup>, seguindo-se uma reação conservadora que, pelo uso da força ocasionou a Guerra Civil Mexicana (1857-1860), com ato contínuo a aventura imperial de Maximiliano de Habsburgo (1861-1867), encerrada por sua execução e vitória do projeto liberal. Pelegrino e Prado afirmam que o triunfo liberal no projeto nacional do México se iniciou com o governo de Benito Juárez, sendo mantido por outros presidentes até o golpe de Porfírio Díaz que, guardadas as especificidades do processo mexicano acerca das questões históricas sobre posse de terras e fronteiras, também se mostrou liberal<sup>43</sup>.

Uma observação pertinente sobre os processos existentes no México e no Brasil durante o mesmo período histórico se projeta sobre as soluções encontradas por ambos países para a resolução de conflitos sobre questões limítrofes, considerado que no caso brasileiro, a opção pelo projeto conservador, a despeito de muitas vitórias do grupo liberal, durante o Primeiro Reinado, permitiu a manutenção e ampliação do território<sup>44</sup>. O México, a despeito das disputas com norte-americanos e franceses, ou diante de disputas internas entre o projeto liberal ou conservador de nação, necessitava de aliados no continente que estivessem dispostos a pavimentar um caminho pacífico para a solução de controvérsias. Palacios afirma que esses constantes embates nos permitem compreender como a política externa mexicana esteve em constante desvantagem nesse

---

<sup>42</sup> GERSTLE, Gary. Raça e nação nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940. In: *Nação e nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008. pp. 419-420.

<sup>43</sup> PRADO; PELLEGRINO, Op cit., pp.61-70.

<sup>44</sup> A partir de 1830, as revoltas acontecidas no Brasil podem ser entendidas como revoltas de cunho liberal, segundo PALACIOS (Op cit., pp. 34;38), mas que foram sufocadas pelo Exército Imperial, consagrando a vitória do projeto conservador. Durante o mesmo período, o México enfrentou disputas com os colonos texanos que influenciados pelos norte-americanos declararam sua independência em 1936, seguidos da França que, por reiteradas vezes passou a requerer indenizações pela perda de territórios no período pós-independência do México.

campo, o que levou as poucas forças políticas atuantes em prol de um projeto nacional necessitarem da busca do auxílio pela via diplomática. Contrapõe-se a esta forma de resolução de conflitos a técnica brasileira de negociação por territórios evitando a arbitragem de terceiros, por meio de ações de política externa mediante compensações e concessões, evitando tanto quanto possível o uso da força. Como demonstrado anteriormente, enquanto os representantes mexicanos se detiveram a observar a situação política interna e os conflitos regionais do Brasil, uma vez que isso também era parte de suas preocupações domésticas, os representantes brasileiros permaneceram atentos ao desenvolvimento econômico do México, principalmente em matéria de infraestrutura, como forma de replicar ou rejeitar suas práticas<sup>45</sup>.

Em contraponto às resoluções fronteiriças brasileiras, Ricupero considera que a ideologia da doutrina do Destino Manifesto ofereceu argumentos de superioridade racial e civilizatória<sup>46</sup> para justificar a expulsão de mexicanos, como no caso da tomada dos territórios compreendidos em Texas, Califórnia, Arizona, Novo México e em casos de ingerências como em Porto Rico, Filipinas, Havaí, e em ilhas do Pacífico. Entendemos que historicamente, Brasil e Estados Unidos se discutiram de maneira diversa sobre a definição de seus territórios e limites, optando o Brasil pela forma de acordos em negociações, privilegiando a via diplomática; por seu turno, os Estados Unidos, demonstraram preferências pelo uso de sua força militar e seu poderio econômico, manifestando predileção por estas formas para a delimitação de suas fronteiras.

No México, a ascensão dos liberais entre 1855 e 1857 possibilitou que leis em matéria de terras tornassem ilegais as formas comunais de propriedade, subdividindo-as em propriedades individuais ou familiares. Essas leis foram utilizadas estrategicamente por comerciantes e grandes proprietários de terras, mexicanos e estrangeiros, no sentido de acumularem porções de terras ainda maiores. As lutas foram se intensificando, a partir de 1867, até a chegada de Porfírio Díaz ao poder, em 1876. Entretanto, antes do período do Porfiriato, a Guerra de Reforma (1858-1861) possibilitou à França de Napoleão III uma intervenção estrangeira, estando o México sob a administração do liberal Benito Juárez. Para os franceses, foi a possibilidade de implantar um império no subcontinente americano, aproveitando uma eventual divisão dos Estados Unidos, que

---

<sup>45</sup> PALACIOS, Op. cit.

<sup>46</sup> Não obstante, o nacionalismo mexicano do século XIX, como praticamente todos os nacionalismos do período, realmente continham impulsos democratizantes e integradores que ganharam força ao longo de todo século XIX e que tornaram inevitáveis questões de incorporação, aí incluída a da incorporação indígena. PAMPLONA; DOYLE, Op cit.,p. 419.



experimentavam sua Guerra Civil. Napoleão III utilizou o apoio do Partido Conservador do México para a consecução de sua empresa, enviando a Maximiliano de Habsburgo para ser seu Imperador. O Partido Liberal resistiu juntamente às forças republicanas, sustentando a figura do presidente constitucional Juárez em uma “República Itinerante”, conforme nos pontuam Octavio Herrera e Arturo Santa Cruz<sup>47</sup>.

Os Estados Unidos, a despeito de não apoiarem declaradamente o governo de Juárez, observaram com cuidado as pretensões francesas e de Maximiliano no país vizinho. Em dado momento, condicionaram o reconhecimento do novo regime, posteriormente se mostraram contrários ao Império de Maximiliano. Com a restauração da República em 1867, as disputas fronteiriças com o México retornaram, todavia no campo das discussões diplomáticas<sup>48</sup>.

Sobre as relações bilaterais mantidas entre México e Brasil, as antigas desconfianças de que o Brasil seria um potencial interessado na restauração da antiga ordem monárquica espanhola na América não se consubstanciaram durante a aventura imperial de Maximiliano de Habsburgo, não obstante o parentesco entre D. Pedro II e Maximiliano. As fontes examinadas e a bibliografia permitem afirmar que não houve um efetivo esforço brasileiro em fortalecer o Império de Maximiliano no México. Um dado que nos pareceu importante foi a identificação, por parte de Maximiliano, que a política econômica do Brasil, desde a década de 1840 dependia dos Estados Unidos para escoar seu principal motor econômico: o café<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> HERRERA, Octavio; SANTA CRUZ, Arturo. *Historia de Las Relaciones Internacionales de México: 1821-2010. América Del Norte. Volumen 1*. México, D.F: Secretaría de Relaciones Exteriores, Direccion General del Acervo Historico Diplomático, 2011. p. 219.

<sup>48</sup> Os Estados Unidos durante o início do século XIX, conforme evidenciam Herrera e Santa Cruz, demonstraram preferência em atuar no campo das relações internacionais com nações independentes, a despeito de se relacionarem com governos monárquicos, como o Brasil ou México de Agustín de Itúrbide, chegando ao ponto de não reconhecerem plenamente seu Império. Os autores sustentam que esse foi um dos fatores que levou ao desgaste e derrota o governo de Itúrbide e, a partir do restabelecimento da modelo republicano no México, as tratativas para pacificar as questões de fronteira foram retomadas. No entanto, a incipiente nação republicana mexicana não reuniu condições para agir com eficácia nas questões diplomáticas. Os Estados Unidos estavam no apogeu de seu intento territorial expansionista. Houve grande interesse no território do Texas e, após uma complicada trama em que a forma de governo republicana do México mudou de federativa para centralizada, os colonos anglo-americanos que constituíam a maior parte da população do Texas se sublevaram e proclamaram sua independência. Cabe ressaltar que os Estados Unidos apoiaram francamente a iniciativa dos colonos anglo-americanos, e as pressões mexicanas em negar o reconhecimento ao Texas não produziram maiores ecos. A anexação do Texas aos Estados Unidos se deu em 1845 e diante da manifesta insatisfação mexicana, os Estados Unidos intervieram militarmente, projetando sua força a partir da fronteira até a Cidade do México e forçando a renúncia de Santa Anna, presidente de turno. Restou ao México, diante da forte e abrangente ofensiva norte-americana, garantir a maior extensão territorial quanto possível, naquela conjuntura de enorme debilidade interna. HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 219.

<sup>49</sup> PALACIOS, Op cit., pp. 45-62.

Passada a aventura imperial com a execução de Maximiliano em 1867 e a restauração da República, a diplomacia brasileira tão logo quanto possível, reiterou às autoridades mexicanas a atitude de reserva que manteve em relação ao representante do governo usurpador. No entanto, a queda de Maximiliano não significou a retomada imediata das relações bilaterais entre Brasil e México, que se mantiveram distanciadas até o início da década de 1890.

Porfirio Díaz lutou pela causa republicana durante a aventura imperial de Maximiliano. No golpe que o levou ao poder, já na condição de Chefe Militar, contou com o apoio dos Estados Unidos, de empresários e de comerciantes das regiões fronteiriças do sul do Texas, que não obtiveram apoio do governo de Sebastião Lerdo de Tejada<sup>50</sup> na resolução de suas demandas na questão de terras. Díaz elaborou o Plano de Tuxtepec, para impedir a reeleição de Lerdo de Tejada. Para obter o apoio norte-americano, houve a condição de que quando estivesse concretizada sua ascensão, os Estados Unidos teriam suas perspectivas atendidas na questão da posse das terras nas fronteiras. No entanto, como Presidente Díaz agiu de maneira a fortalecer a diplomacia, a defesa, soberania nacionais, ao mesmo tempo em que formava uma base para seu governo. Contudo, os Estados Unidos não saíram de todo prejudicados, pois receberam vantagens em inversões de capitais e em condições favoráveis para a expansão das estradas de ferro de empresas americanas em solo mexicano<sup>51</sup>.

Díaz foi reconhecido pelo Congresso Mexicano em maio de 1877 como Presidente Constitucional do país. Os Estados Unidos o reconheceram oficialmente em 1878. No entanto as relações diplomáticas se estreitaram antes desse reconhecimento oficial e perduraram sem maiores conflitos até 1910. O desenvolvimento econômico experimentado pelo México durante o Porfiriato, principalmente nas últimas duas décadas do século XIX, levou o país a evidenciar divisões sociais de formas mais aprofundadas que no período anterior, de forma que os camponeses se tornaram efetivamente uma espécie de proletariado rural, isolados de uma classe média ascendente em condições materiais. Foi durante esse período que latifundiários se organizaram para confrontar camponeses proprietários de pequenas porções de terra e comunidades indígenas, que pouco a

---

<sup>50</sup> Sebastião Lerdo de Tejada foi um presidente que nutriu um grande sentimento antiamericano. Esse antiamericanismo foi o principal fator de apoio dos Estados Unidos ao golpe que Porfirio Díaz orquestrou no plano de Tuxtepec (HERRERA; SANTA CRUZ Op cit., p. 170).

<sup>51</sup> Para alcançar as aspirações dos proprietários de terras em litígio nas fronteiras, Porfirio Díaz formou a Comissão de Limites e Águas, planejada ao início de sua gestão e concretizada em 1889. HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 220.

pouco foram perdendo seus espaços, territoriais e representativos, frente ao avanço dos latifundiários organizados. A concentração de grandes propriedades nas mãos de pequenos grupos de latifundiários possibilitou o surgimento de lideranças locais, que exerceram influência e poder sobre grupos de trabalhadores rurais. Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Maria Aparecida de Souza Lopes sugerem que até 1960, os estudos historiográficos apontavam para a dicotomia existente entre a enorme massa de camponeses que requeria terras e um pequeno grupo de latifundiários que buscava manter e ampliar suas posses. Os estudos desses autores sinalizam que os levantes que eclodiram em 1910 foram impulsionados por essa disparidade com relação à posse da terra<sup>52</sup>.

Durante o Porfiriato os vínculos econômicos se estreitaram entre os lados da fronteira do Norte, devido ao desenvolvimento experimentado posteriormente à Guerra Civil norte-americana. Do sudoeste americano em direção ao México, houve a migração de um considerável contingente populacional, proporcionando o estabelecimento de uma rede composta de empresas agropecuárias, indústrias de exploração de minérios, indústrias florestais e expansão de linhas ferroviárias para escoar essa produção<sup>53</sup>.

Afora as críticas que Díaz recebeu na bibliografia examinada, é necessário reconhecer que o Porfiriato foi um período de pacificação interna do México, algo inédito desde a independência, o que não deve ser confundido com a ausência de protestos e movimentos de oposição. A paz pelas armas não foi exclusividade da política mexicana. Considerar se haveria outra forma de se alcançar a estabilidade política em um exercício de história contrafactual deve ponderar o projeto desenvolvimentista que Díaz logrou e executou, obviamente ajuizado que esse desenvolvimento foi econômico e não social, excetuando-se pela ascensão de uma nova aristocracia porfiriana. Concordamos com Astié-Burgos no sentido de que aquele momento sinalizou a primeira vez, desde a Independência, que o México experimentou crescimento econômico. Todavia, precisamos apontar que durante o Porfiriato, embora tenha havido carência de mão-de-obra, em face das

---

<sup>52</sup> A questão da posse da terra é complexa na história do México, tornando-se mais grave a partir de 1854, com avanço do projeto liberal e com a promulgação da lei de 1856, que proibiu a propriedade coletiva da terra e propiciou a desestruturação das propriedades comunais, ocasionando a diminuição da agricultura de subsistência e a implementação do trabalho assalariado no desenvolvimento das haciendas. Com a chegada ao poder de Porfírio Díaz, foi ampliada a propriedade privada da terra. As chamadas leis de colonização dos "baldios" (terras devolutas do Estado) concentraram grandes extensões de terra na mão de poucos proprietários. Companhias de estrangeiros demarcaram essas terras. Prado e Pellegrino demonstram disparidades, como por exemplo que oito pessoas possuíam a propriedade de 22,5 milhões de hectares de terras. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. *A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas*. História, v. 20, 2001, p. 163-198.

<sup>53</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 171.

demandas desenvolvimentistas, cerca de 90% da população permanecia analfabeta<sup>54</sup>. Os Estados Unidos, buscando integrar a economia mexicana à sua, se valeram de sua proximidade geográfica para manterem as relações o tanto quanto mais vantajosas fossem possíveis com o México. Convém ressaltar que, durante o período do Porfiriato não foram encontrados na documentação diplomática dos Estados Unidos observações ou censuras, nem sequer menções das violências praticadas no México por Díaz. Que o silêncio do lado norte-americano da fronteira, a despeito das ofensas aos direitos civis foi a regra enquanto o México correspondeu aos interesses dos Estados Unidos.

Os norte-americanos passaram a demonstrar maiores preocupações a partir da longevidade de Díaz no poder, visto que as dinâmicas da relação das parcerias econômicas e políticas estavam centradas na figura do ditador mexicano, sendo as instituições mexicanas frágeis para a manutenção dos acordos e concessões em uso, não havendo até 1908, o vislumbre nem a indicação de quem teria condições de suceder a Díaz no poder. As entrevistas entre os presidentes mexicano e norte-americano na fronteira, em 1908 foram as primeiras realizadas pelos Estados Unidos, que estavam mudando a tradicional direção de sua política isolacionista, e também demonstravam a intenção de passar a mensagem de que os Estados Unidos estavam em paz com seu vizinho, elemento importante para a consecução de sua Diplomacia do Dólar<sup>55</sup>.

Em sua análise sobre a historiografia mexicana. Barbosa e Lopes buscaram a compreensão da importante obra de François-Xavier Guerra, “Del antiguo régimen a La revolución”<sup>56</sup>. Barbosa e Lopes apontam que os dados levantados por aquele autor são suficientes para confirmar que um grupo que não alcançou representatividade política durante a parte final do governo de Porfírio Díaz se organizou politicamente no intuito de protestar contra o centralismo político de turno. Esse centralismo foi a tônica durante os trinta anos que Díaz permaneceu no poder, a base de sustentação e de apoio mútuo entre Díaz e os caciques locais, com a presença de uma classe ilustrada associada, os científicos<sup>57</sup>.

Buscando entender as causas que levaram ao início das hostilidades observadas no fim do Porfiriato, podemos perceber que há pontos comuns nas análises dos autores mencionados nesta seção. É possível inferir que os motivos que causaram insatisfação ao povo mexicano, a saber

---

<sup>54</sup> ASTIÉ-BURGOS, Walter. *Encuentros y desencuentros entre México y Estados Unidos en El siglo XX: Del Porfiriato a La pos guerra fría*. México, D.F: Miguel Ángel Porrúa, 2007.

<sup>55</sup> ASTIÉ-BURGOS, Op. Cit.

<sup>56</sup> GUERRA, François-Xavier. *México: Del antiguo régimen a La revolución*. Fondo de Cultura Económica, 1988

<sup>57</sup> BARBOSA; LOPES, Op. Cit.

insatisfações históricas, como a questão sobre a posse da terra e falta de representatividade junto à Administração, elevaram os ânimos e levaram ao máximo a frustração das classes menos abastadas do México, em decorrência do esgotamento do modelo econômico que foi implementado pelos espanhóis desde o período da conquista. Esse modelo econômico de exploração da sociedade mexicana se manteve sobre grupos de camponeses sem terras, grupos de comunidades indígenas e pueblos que foram oprimidos historicamente por latifundiários. Ao longo dos séculos, as diferenças entre esses grupos aumentaram significativamente, chegando a seu ápice durante o período do Porfiriato, que caracterizado por políticas de concessões e privilégios, direcionou suas atenções para uma elite que se perpetuou no entorno do poder. Se diante da emergência do esgotamento desse modelo e buscando novos mercados e alianças para se manter no poder, Porfirio Díaz buscou a abertura do mercado mexicano para além do movimento de integração à economia estadunidense, em direção ao Japão e Alemanha por exemplo, suas iniciativas tardias não se traduziram em melhoria de salários, oportunizando que o trabalhador mexicano, tanto o rural quanto o urbano, passassem a exigir ações em favor de direitos sociais, trabalhistas e de mobilidade social<sup>58</sup>, que foram resistidas por setores médios da economia e grupos que representavam os interesses das empresas estrangeiras que operavam no México.

É importante salientar que nos últimos anos do governo de Díaz, ao menos 50% dos investimentos externos dos Estados Unidos estavam concentrados no México. Nesse sentido, a Revolução Mexicana irrompeu em um momento importante da história do capitalismo mundial, muito próxima à mudança da hegemonia econômica, que migrou da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, sendo influenciada diretamente pela Primeira Grande Guerra.

Com grandes suspeições lançadas sobre as eleições de 1910, nas quais Díaz se sagrou, mais uma vez vencedor<sup>59</sup>, Francisco I. Madero conseguiu congregiar forças descontentes, possuindo

---

<sup>58</sup> Barbosa e Lopes encontram no trabalho de Hart (1990), três classes sociais que foram mais afetadas durante o processo de crescimento da economia mexicana em decorrência da entrada de capitais estrangeiros: uma composta por camponeses, artesão e operários urbanos, outra que representa a pequena burguesia e a terceira das elites provincianas locais. Para aquele autor, as interferências e abusos estrangeiros colocaram à margem do contexto nacional essas classes, política, econômica, social e culturalmente, tornando a situação insustentável. Outro aspecto importante daquele autor reside nas similaridades encontradas com as revoluções do Irã, China e Rússia. Segundo Hart, todas foram precedidas dos mesmos elementos: abusos do estrangeiro e mobilização de massas. BARBOSA; LOPES, Op cit., p. 193.

<sup>59</sup> A questão eleitoral foi o estopim dos movimentos revolucionários de 1910. Madero representava não só uma elite latifundiária que não conseguira marcar posição no governo de Díaz, como também trazia em si a admiração de um grupo chamado Clube Central Antirreeleição, criado em 1909. Tal grupo viajou por todo o país realizando comícios,

como pano de fundo o projeto de um partido antirreelecionista, que ocasionou posteriormente a queda do ditador mexicano.

Com Madero elevado ao poder, foram mantidos nos quadros da administração antigos apoiadores do Díaz, bem como em postos de Direção e Chefia nos altos escalões do Exército, inclusive Félix Díaz, sobrinho de Porfírio. Na prática, Madero não formou uma base política coesa, sendo possível identificar dois grupos distintos em atuação: um grupo que se manteve nas instâncias de poder, sem a força e influência do período de Díaz e outro que ascendeu com Madero, mas sem uma base ideológica coesa ou objetivos comuns bem definidos. A incompatibilidade entre as agendas e interesses dos dois grupos, impossibilitou a elaboração de um novo sistema político ou social, inviabilizando o equilíbrio político do governo de Madero. Barbosa e Lopes concluem que a análise sumária que Frank Tannenbaum<sup>60</sup> faz de Madero é que esse personagem foi um rico líder sonhador, pressionado entre dois lados: um do antigo regime, símbolo do conservadorismo e outro da rebelião zapatista. As conclusões de Barbosa e Lopes, a partir do exame de Guerra e Tannenbaum nos possibilitam considerar a presença de elementos de uma rebelião burguesa representados nas ações de Madero e da classe que este representava, excluídos os grupos que aderiram posteriormente à causa revolucionária.

Observando o contexto em que estava inserido o Brasil no sistema internacional, apesar da forte presença inglesa, notadamente em estradas de ferro e meios de comunicação, o comércio do café insinuava que a participação norte-americana na economia brasileira aumentaria<sup>61</sup>, havendo por parte do Brasil considerável esforço no sentido de diversificar sua economia. Os norte-americanos ultrapassaram os ingleses em importação do café brasileiro, por força de manobras que seus torradores ajustaram para exercer o monopólio em todas as fases, desvalorizando o produto, baixando os preços e exercendo pressão para escoar a superprodução brasileira<sup>62</sup>.

---

discorrendo sobre a importância de alternância no poder em uma democracia e a importância da não reeleição de Díaz. BARBOSA; LOPES, Op. Cit.

<sup>60</sup> TANNENBAUM, Frank. *The Mexican Agrarian Revolution, 1929*. in *Reformando la Reforma Agraria Mexicana*, Ed. L Randall. Ciudad de México: UAM/EI, Atajo Ediciones, 1997.

<sup>61</sup> A expansão do liberalismo levantou a discussões sobre o esgotamento de suas possibilidades já no século XIX. No entanto, essa dúvida sobre seu esgarçamento atenuou por algumas décadas discussões sobre necessidades reais e expectativas. A Revolução Industrial e seus avanços tecnológicos foram impulsionadores da visão do ideário liberal e de que regras, tais quais a forma como o livre comércio conduziria todos indiscriminadamente à prosperidade econômica. No entanto, os avanços alcançados no nível tecnológico dos meios de produção não se traduziram em melhorias nas condições de vida de trabalhadores. PAMPLONA; DOYLE, Op cit., pp. 409-444.

<sup>62</sup> BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 268

Afonso d'E. Taunay, em “Pequena História do Café do Brasil”, nos ensina que o Convênio de Taubaté foi uma iniciativa dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para contrair empréstimos juntos a grupos financeiros alemães, ingleses, franceses e norte-americanos, visando compensar a baixa do preço do café, que em 1906 atingira valores abaixo dos custos de produção<sup>63</sup>. Efetivamente, o risco das operações levou os preços do café serem ainda mais deteriorados e subordinando às futuras lavouras aos interesses da indústria, nas palavras de Moniz Bandeira

As medidas para sustentação do preço do café, adotadas desde 1906, encontraram forte resistência nos Estados Unidos. Embora os importadores americanos comprassem o café, nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, por 5<sup>1</sup>/<sub>2</sub> cents a libra e o vendessem, depois de torrado, a 25 e 30 cents, o senador George William Norris, de Nebraska, declarou que o esquema de valorização causava à economia dos Estados Unidos um prejuízo anual de 35 milhões de dólares. Acusou o Brasil de entrar em conchavo com alguma corporação americana e, arguindo violação da lei antitruste (Lei Sherman), pediu, em 1911, a abertura de inquérito. O governo do presidente William Howard Taft acolheu a denúncia e resolveu abrir processo contra o Comitê de Valorização (...) Domício da Gama, embaixador do Brasil, protestou contra o ato e alegou que aquelas sacas eram propriedade do governo de São Paulo. A fim de evitar que as autoridades americanas lhes pusessem as mãos, conseguiu, sigilosamente, embarcá-las para a Alemanha (BANDEIRA, 2007, 269-270).

O processo do Senador Norris terminou em maio de 1913 com a rejeição do recurso contra o Comitê de Valorização do Café. Entretanto o imbróglio se estendeu por mais alguns anos. Moniz Bandeira relata que em 1925, o Departamento de Estado efetuou gestões para negar empréstimo ao Estado de São Paulo para a manobra de valorização do café. Os fazendeiros brasileiros necessitaram se adaptar, todavia se subordinaram ainda às finanças internacionais, que por sua vez, permaneceram manipulando as transações de café. Houve capital que migrou das fazendas para as fábricas nas cidades, para o desenvolvimento de uma indústria que tentou substituir a importação de bens de consumo, mas mantendo endividamento com investidores estrangeiros. Houve em

---

<sup>63</sup> O autor afirma que a cultura do café demandava grande investimento em desembolso, e que esse investimento só começava a produzir lucros passado o sexto ano do seu emprego inicial e que as benfeitorias, maquinário, edificações ou ainda o material de transporte agregado ao valor das terras representava a soma considerada que necessitava ser amortizada dentro de 20 anos, sendo este o período de tempo estimado para o esgotamento dos recursos da terra. Todos esses elementos eram considerados quando do empréstimo ou das negociações para o levantamento de fundos para a produção do café. O autor assegura que em um primeiro período houve escassez na produção, levando os preços ao consumidor final ao nível alto, seguida de um segundo período onde houve exatamente o movimento contrário, ou seja, uma superprodução de café que variou pouco o preço do café ao consumidor final. TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Pequena história do café no Brasil*. Brasília: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. Pp. 326-327.

setores como a mineração, a necessidade de se desenvolver uma indústria nacional substitutiva dos bens de produção<sup>64</sup>. Bandeira acrescenta que

O industrial e o fazendeiro eram como irmãos xifópagos. E até, o mais das vezes, se confundiam numa só pessoa. Daí sua incapacidade para promover a revolução agrária, ponto de partida, na Europa, do desenvolvimento capitalista, e as vacilações de sua política protecionista, sob a República. (2007, p. 272).

A dívida do Estado de São Paulo com os investidores estrangeiros acerca do café durou até após a Primeira Guerra Mundial<sup>65</sup>. A Grã-Bretanha exerceu o papel hegemônico na economia brasileira em decorrência dos empréstimos tomados pelo governo brasileiro para investimentos em obras de infraestrutura serviço de dívida e empréstimos decorrentes de importações. O financiamento de safras para atender a política de valorização do café também foi uma forma recorrente de buscar dinheiro no estrangeiro. Essa influência vinha desde o Império, mas com o início da República, os empréstimos passaram a vir também da França e dos Estados Unidos, conforme ilustram Cervo e Bueno<sup>66</sup>.

O café foi o principal elemento de inserção da economia brasileira no capitalismo Mundial. Ricupero afirma que a partir de 1873 o café passou a ser o mais importante destino do café brasileiro gozando de livre entrada, ou seja, sem impostos no mercado americano<sup>67</sup>, tornando-se elemento de influência política econômica e definidor da orientação macroeconômica<sup>68</sup>. Há

---

<sup>64</sup> BANDEIRA, Op cit., pp. 270-277.

<sup>65</sup> Efetivamente o que os intermediadores estrangeiros fizeram foi submeter o café a várias operações, acumulando-o em armazéns por algum tempo. Na prática, esse acúmulo foi se constituindo em reservas, influenciando os negócios futuros efetuados por esse mesmo grupo de intermediários. As tratativas do Convênio de Taubaté tentaram reduzir o estocado a 8 milhões de sacas, o que garantiria a operacionalidade das taxas e valores favoráveis ao comércio brasileiro. A proposta inicial do Convênio de Taubaté, em 1906, estipulava que em 1910 ou 1912 não haveria mais café em poder dos estados coligados, em face das potenciais vendas com lucro, que possibilitariam pagar os empréstimos e abolir a sobretaxa das operações. BANDEIRA, Op. Cit.

<sup>66</sup> CERVO; BUENO, Op cit., p.219. No entanto, para Paulo Roberto de Almeida a participação de bancos norte-americanos se tornou maior, em matéria de empréstimos para o Brasil, apenas no período Varguista, dado que o café negociado no final do século XIX em quantidades menores com os Estados Unidos ter mantido relações com os investimentos ingleses em linhas férreas no Brasil, pois estes eram os maiores responsáveis pelo escoar da produção cafeeira para os portos brasileiros. Nesse sentido, o acordo aduaneiro de 1891 foi um marco na reorientação da política diplomática brasileira, visto que a política desempenhada no período monárquico se recusou a tratar assuntos delicados, como disposições tarifárias gerais com parceiros economicamente mais poderosos. O autor afirma que o grande arquiteto dessa mudança foi o Barão do Rio Branco ao se aproximar da grande República do Norte. DE ALMEIDA, Op cit., pp. 603-608.

<sup>67</sup> RICUPERO, Op cit., p. 245.

<sup>68</sup> Distanciando-se das observações dos diplomatas Cyro de Azevedo e Júlio de Melo Alvim Alves, Motta Sobrinho destacou que a superprodução de café trouxe muitos problemas ao Brasil, observando que nos portos do Rio de Janeiro e de Santos se estocou mais café do que nos entrepostos de Nova York, Hamburgo, Londres e Buenos Aires. O autor afirmou ainda que México, Haiti, Antilhas, Costa Rica, Colômbia, Java, Malabar e algumas poucas outras nações eram produtoras de café, mas que não chegaram a fazer nenhuma ameaça ao comércio brasileiro, que era fornecedor de dois



concordância entre Ricupero e Moniz Bandeira no sentido de que as dificuldades encontradas no financiamento das importações, junto às seguidas crises da economia cafeeira fizeram com que a acumulação do capital nas mãos dos produtores e exportadores do café fossem elementos a serem considerados no surgimento de uma indústria interna<sup>69</sup>.

No aspecto de produção brasileiro, o algodão brasileiro passou a ter dificuldade de penetração em mercados estrangeiros em razão da retomada da produção norte-americana, e em função das plantações desenvolvidas por alemães e ingleses em suas respectivas colônias diminuírem os custos de produção, ficando fadado a atender as indústrias têxteis nacionais. A borracha por sua vez sofreu a concorrência das plantações do império britânico, a despeito de uma produção nacional insuficiente para atendimento do mercado estrangeiro. O açúcar não teve como enfrentar a concorrência da Jamaica Inglesa e a de Cuba. Outro concorrente do açúcar nacional foi o açúcar de beterraba europeu, restando o café como especialidade do sistema econômico brasileiro<sup>70</sup>, retratado como complementariedade econômica entre Brasil e Estados Unidos.

A dinâmica do polo cafeeiro na agro exportação brasileira concede subsídios para dimensionarmos o nível de vinculação econômica que se estabeleceu entre Brasil e Estados Unidos, por força do volume de exportações, relacionadas com a busca por empréstimos para financiamento

---

terços do consumo mundial. Houve tratativas desde 1901 para eliminar o intermediário estrangeiro que estava nos Estados Unidos, como exemplo, pela tentativa da venda direta. O autor citou o "Bulletin de Correspondance", do Havre, de 12 de agosto de 1901, que desaconselhou essa política de venda direta. O então cônsul em Nova York, Fontoura Xavier, foi contra essas formas artificiais de tentativa de controle do câmbio da exportação, e desestimulou esses métodos, advertindo sobre a venda direta elevar despesas, apontando para a impossibilidade de se garantir que a maior presença das gestões de fazendeiros do Brasil nas praças de Nova York e da Europa trariam lucros maiores. SOBRINHO, Alves Mota. *A civilização do café (1820–1920)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ªed, 1968. pp. 115-117.

<sup>69</sup> Ricupero afirma que em 1906, quando foi acordado o Convênio de Taubaté, foi ano de safra recorde, havendo a intenção de que aquela produção resguardaria novos colapsos na economia nacional. Não houve, todavia, a garantia de preços, visto que não havia intenção de regular o mercado, mas apenas estimular a produção e a qualidade. O que restou foi o ônus do encalhe do café aos próprios produtores. O autor acrescenta que a partir desse momento houve a espiral inflacionária, agravando-se o subconsumo e a superprodução mundial, crescendo as emissões não reprodutivas e não se diversificando a produção em áreas de geada, trazendo reflexos negativos para economia nacional, diante da falta de diversificação agrícola do país. O autor justifica que na safra seguinte o preço foi aumentado sempre com medidas artificiais, levando posteriormente a produção do Vale do Paraíba se estagnar, facilitando o êxodo para outras regiões de solo mais propício. Posteriormente nas novas zonas cafeeiras foi criada uma base econômica para que as oficinas paulistas se transformassem em fábricas, o que se tornou possível porque o imigrante utilizou instrumentos mais profissionais substituindo a forma artesanal de cultivo e colheita dos antigos lavradores, os negros escravizados. RICUPERO, Op cit., p. 257.

<sup>70</sup> CERVO; BUENO, Op cit., pp. 219-220.

de safras, bem como a organização dos setores norte-americanos, diante do imbróglgio jurídico comercial existente entre o sindicato do café e a justiça norte-americana<sup>71</sup>.

Cervo e Bueno classificam a manobra conhecida como a Questão do Truste do Café como uma medida contra os brasileiros que buscavam apoio junto ao Sindicato de Banqueiros Norte-americanos, que recebera cerca de sete milhões de sacas de café, passando a ter uma influência considerável no mercado interno dos Estados Unidos, por meio de um Comitê de Valorização que atuava em sentido oposto à política antitruste do presidente Taft, que acusou o sindicato de monopolizar a distribuição do café.

A questão ganhou maior vulto devido ao momento instável que os Estados Unidos vivenciavam com seu vizinho mexicano e a perspectiva de guerra na Europa. Apesar da crise de superprodução já demonstrada, os cafeicultores brasileiros alcançaram uma solução que atendeu a ambos lados. A ação norte-americana não teve sucesso porque houve um esforço conjunto entre o diplomata brasileiro e o norte-americano de turno, que buscaram ações no sentido de preservar o bom nível das relações internacionais entre os dois países, em face da acusação de que as importações foram monopolizadas com preços artificialmente elevados para o consumidor<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Roberto Simonsen escreveu em "Aspectos Econômicos do Café" que a experiência demonstrou que o armazenamento de grandes estoques de café no exterior, além de ser arriscado, constituiu fator deprimente para os mercados, que sempre se acham sobre a ameaça da concorrência inesperada de tais depósitos. Sobre o sucesso do Convênio de Taubaté, apesar de certos custos das operações terem sido repassados aos mercados consumidores que pagaram pelo valor do café, proporcionou que nas colheitas que se seguiram, pudessem ser efetuados preços razoavelmente remuneradores, restabelecendo a ordem e a prosperidade nas fazendas brasileiras, retirando-se o governo definitivamente do mercado em cerca de 9 anos. Em face de desdobramentos dos empréstimos que o estado de São Paulo contraíra no exterior, e observadas as instabilidades das garantias que foram requeridas, assinou-se em 1908 a lei nº 394 que imputou ao Presidente da República garantir o empréstimo externo que São Paulo contraísse para liquidar as operações efetuadas, tendo em vista a valorização do café, e a converter a dívida consolidada às operações flutuante de crédito, já realizadas com o mesmo fim. Essa lei advinha do enorme peso que o café representava não só para o comércio do estado de São Paulo, mas para própria economia nacional. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Aspectos da história econômica do café*. Separata da Revista do Arquivo, São Paulo, n. 65, 1940.

<sup>72</sup> Sobre o monopólio que atravessadores de café exerceram nos Estados Unidos os autores afirmam que em 1964, muitos anos após convênios e gestões para a quebra dos trustes, havia apenas seis empresas norte-americanas que, no entanto, dispunham da terça parte do café que saía do Brasil, e que outras seis empresas norte-americanas que dispunham de mais do que a terça parte do café que entrava nos Estados Unidos, dominando ambos as pontas da operação. Eram as empresas norte-americanas que dominavam o negócio do café, cabendo ao Brasil apenas a provisão e as dívidas, arcando com os estoques quando a superprodução obrigava a acumular reservas. CERVO; BUENO, Op cit., p. 222.

### 1.3. Novas abordagens brasileiras em relações internacionais: O Brasil como parceiro diplomático

Citamos anteriormente o movimento de Simon Bolívar no início do século XIX, com o intuito de construir uma ideia interamericanista, contraposta por uma posição menos flexível, do ponto de vista das relações internacionais, presente no Monroísmo. A partir do rompimento isolacionista norte-americano, foi remodelado o conceito Pan-americanista, buscando imprimir conceitos que justificassem as práticas norte-americanas, sem que restasse implícita a ideia de imperialismo ou hegemonia. Sobre o Pan-Americanismo do final do XIX e o processo de abertura e expansão da política externa norte-americana em busca da hegemonia, Renato Saiani, em tese defendida na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista relata que

A realização da 1ª Conferência Pan-Americana (1889-1890), visava cumprir tais objetivos, propondo uma integração dos países americanos sobre a hegemonia dos Estados Unidos e, conseqüentemente, o incremento das exportações de produtos estadunidenses para o restante do continente, a fim de superar a entrada de produtos europeus, sobretudo da Inglaterra, sua principal concorrente. Nesse contexto, o Brasil, que já havia manifestado anuência a algumas das aspirações norte-americanas, representava um ponto de apoio na porção sul do continente e poderia cumprir a função de interlocutor entre os interesses norte-americanos e as repúblicas hispano-americanas (SAIANI, 2018, p. 208).

Para esse autor, tanto a Revolta da Armada quanto o acordo aduaneiro de 1891 trouxeram realismo para os vínculos entre Brasil e Estados Unidos, notadamente na aceitação da preponderância regional exercida por estes, sendo características marcantes a partir desse momento, as relações bilaterais pautadas por cooperação e alinhamento<sup>73</sup>.

No México do Porfiriato, os Estados Unidos buscaram oportunidades para lograr sua integração econômica e substituir a Grã-Bretanha como mercado principal ao mesmo tempo em que se tornava potência mundial. Astié-Burgos considera que os Estados Unidos se tornaram naquele momento potência econômica e industrial, mas ainda não eram potência em matéria de relações internacionais. Pode-se observar que suas intenções expansionistas, atualizadas no Corolário Roosevelt<sup>74</sup> e no *Big Stick* foram novas formas exercício de poder por meio de força e

<sup>73</sup> A Revolta da Armada contou com a participação de uma esquadra norte-americana que contribuiu para a manutenção de Floriano Peixoto no poder, mas que marcou um episódio de interferência dos Estados Unidos em assuntos internos ao Brasil. SAIANI, Op cit., p. 220. Acrescentemos a este dado que as aproximações se intensificaram a partir de 1891, com as ações do enviado brasileiro Júlio de Melo Alvim, em face das potencialidades em acordos comerciais, decorridas da aceitação e penetração do café brasileiro nos Estados Unidos.

<sup>74</sup> O Corolário Roosevelt foi um “novo” posicionamento norte-americano, que teve por objetivo eliminar a competição de mercados por parte da Grã-Bretanha ou de qualquer outro país de outro continente. Tratou-se de uma ação de caráter imperialista dos norte-americanos no entender de Herrera e Santa Cruz, posição com a qual concordamos. Os autores

políticas externa. Sobre a disputa com a Grã-Bretanha e tentativa de mediação entre esta e a Venezuela em 1902, Moniz Bandeira relata que

Essa rivalidade, todavia, não impediu que os Estados Unidos consentissem que a Alemanha, com o auxílio da Inglaterra, bloqueasse a Venezuela, para coagi-la ao pagamento de dívidas atrasadas, nos fins de 1902 [...] A Alemanha e a Inglaterra, antes de atacar a Venezuela, consultaram o Departamento de Estado e prometeram que não recorreriam à conquista de território. Isto satisfez o presidente Theodore Roosevelt (BANDEIRA, 2007, p. 247).

O imperialismo econômico ou neoimperialismo segundo Bueno (2012) demandou a busca por novos mercados consumidores e fornecedores de matéria-prima, visto que os mercados internos estavam saturados, de forma que grandes empresas particulares influenciaram governos nacionais, garantindo que seus interesses fossem representados pelos Estados, confundindo-se então esses interesses particulares com os interesses da própria sociedade em que estavam inseridas. Eventualmente disputas diplomáticas foram travadas à medida que a economia se expandiu, possibilitando destaque aos agentes diplomáticos<sup>75</sup>.

Sobre observações de outros atores diplomáticos, Ricupero aponta que Argentina e Chile se mantiveram reticentes quanto às iniciativas norte-americanas porque concorriam em matéria de produtos agropecuários e estavam voltados inteiramente para o mercado europeu, notadamente o inglês. Durante a 1ª Conferência Pan-americana em Washington, dois meses antes da proclamação da República, a Argentina por meio de seu delegado Saens Peña proferiu um discurso encerrado com o lema “América para a humanidade”, em clara oposição ao lema da Doutrina Monroe. Cabe ressaltar que a Argentina mantinha um comércio muito dinâmico com a Inglaterra, a ponto de intentar competir em níveis de igualdade com os Estados Unidos, ante a intenção hegemônica norte-americana<sup>76</sup>.

O acordo aduaneiro de 1891 celebrado entre Brasil e Estados Unidos contemplava que certas exportações brasileiras que já desfrutavam de ingresso livre no mercado norte-americano continuariam a beneficiar-se da isenção de tarifas para o café e a borracha. E essa isenção foi estendida a alguns outros produtos, em especial o açúcar do nordeste brasileiro. A contrapartida estaria na isenção de tarifas no trigo e na farinha do trigo, além de outros alimentos importados dos

---

apontam que por não terem participado da ocupação colonialista de territórios na África e na Ásia, os Estados Unidos consideraram como justo definir o subcontinente como sua área de influência e atuação. HERRERA; SANTA CRUZ, Op. Cit.

<sup>75</sup> BUENO, Op cit., p. 254.

<sup>76</sup> RICUPERO, Op. Cit, p.261.

Estados Unidos, assim como na redução a 25% de tarifas de ferramentas implementos agrícolas e outros produtos industriais. Como sinaliza Ricupero, o acordo que num primeiro momento parecia vantajoso revelou-se uma grande decepção, porque não houve uma “inundação” de produtos norte-americanos no mercado brasileiro e não houve os ganhos exagerados expectados pelas negociações com os americanos. O açúcar do Caribe continuou sendo o preferido de entrada no mercado norte-americano e os produtos colocados como exclusivos ao Brasil foram estendidos a outros países<sup>77</sup>. Há certo consenso entre os autores citados de que essa a frustração de um acordo vantajoso mutuamente se concretizou a partir da constatação de que as pretensas condições de exclusividade que os Estados Unidos concederiam ao Brasil posteriormente foram franqueadas a outros países da América e mesmo da Europa<sup>78</sup>.

Com o passar dos anos e com a entrada do Barão do Rio Branco na cena diplomática brasileira, o Brasil passou a buscar a esfera das grandes amizades internacionais em movimentos de cooperação regional, superando a política regional do Prata, marca característica de atuação diplomática até então<sup>79</sup>.

Era do conhecimento de Rio Branco que a construção das relações cordiais entre Brasil e Estados Unidos remontava ao período imperial. Podemos citar nesse sentido que as duas últimas décadas do Império foram marcadas por significativo incremento de trocas comerciais entre os

---

<sup>77</sup> O desenvolvimento da balança comercial foi mais favorável aos Estados Unidos a partir do acordo aduaneiro de 1891. O Brasil exportava, desde 1870, mais da metade do café produzido para os Estados Unidos. Em 1912, todos os outros produtos exportados para os Estados Unidos significavam 36% do total das exportações brasileiras. Em 1913, a Inglaterra foi o país que mais importou do Brasil, seguida da Alemanha. Havia disparidade entre a livre competição entre os produtos europeus e os norte-americanos, que só penetravam no comércio brasileiro por conta do protecionismo tarifário, em decorrência da não taxação do café brasileiro. Com o aumento das tensões do conflito europeu de 1914-1918, as exportações e importações para a Inglaterra diminuíram. Para a Alemanha cessaram as exportações e diminuíram as importações, permitindo aos Estados Unidos assumirem a liderança de todo o comércio exterior brasileiro. RICUPERO, Op cit., p. 263.

<sup>78</sup> No campo dos interesses comerciais, a hegemonia do comércio entre os Estados Unidos e o Brasil no início do século XX gerou grande disparidade em favor dos norte-americanos. O volume importado em 1902 foi de 79.178.037 dólares, enquanto o volume exportado foi de pouco mais de 10.391.130 dólares. Em 1904, o presidente Rodrigues Alves concedeu redução de 20% nas tarifas de leite condensado, borracha manufaturada, farinha de trigo, relógios, frutas, tintas e vernizes dos Estados Unidos, que intentaram o mesmo privilégio para seus vinhos, esbarrando na impossibilidade de acordo. Acerca do trigo, os ingleses que eram proprietários de moinhos brasileiros levantaram críticas sobre a não reciprocidade e apontaram que a entrada do café brasileiro nos Estados Unidos sem cobranças de impostos foi uma contingência da economia brasileira, não se configurando uma contrapartida. BANDEIRA, Op cit., p. 267.

<sup>79</sup> Ricupero lembra três aspectos das relações internacionais na passagem do século XIX para o XX: a renovação dos vínculos financeiros com exterior, os passos iniciais de uma diplomacia presidencial e um agravamento de tensões com a Bolívia em decorrência da crise no Acre, atribuindo a este aspecto particularmente a ascensão do Barão do Rio Branco na cena diplomática. Mesmo possuindo valores e formações monarquistas, Rio Branco trouxe competência para as relações internacionais de uma república recém-nascida. RICUPERO, Op cit., p. 310.

países. Foi denominada de “Política de Prestígio” de D. Pedro II. No período de sua atuação frente ao Itamaraty, Rio Branco a remodelou, de forma a referenciar os momentos de proximidade entre as duas nações, omitindo os períodos de tensões e afastamentos, tais quais na insistência norte-americana pela abertura de navegação do Rio Amazonas, bem como no apoio norte-americano à Argentina na Guerra da Cisplatina, intencionando separar o distanciamento e o não alinhamento da política externa monárquica com o contexto regional da época dos eventos elencados<sup>80</sup>.

Rio Branco conheceu a indústria pujante que elevou os Estados Unidos à condição de potência econômica. Antes disso, teve atuação em atividade diplomática na Europa, sendo em certo momento um crítico da política norte-americana, sobretudo por sua potencialidade em exercer “um imperialismo cruel na ordem das relações internacionais<sup>81</sup>”. Em seu momento de crítica, a base de sua política em relações internacionais foi de ordem monarquista e contrastou com o sentimento americanista que seguia a política exterior do Brasil desde o nascimento de sua república. No entanto, enquanto esteve à frente do Itamaraty<sup>82</sup>, podemos observar a mudança de postura em política externa e a dificuldade em se traçar uma diretriz para este trabalho. Convém ressaltar que no período de 1889 a 1902, o Itamaraty foi comandado por onze titulares, sendo somente no governo de Floriano Peixoto dez titulares. Esse período foi marcado pela tendência de mudança do eixo diplomático de Londres para Washington, acompanhando o fluxo que a economia seguia, em direção à integração parcial com o continente americano.

Brasil e Estados Unidos visavam vantagens nessa aproximação. Saiani compreende que no ideal de Rio Branco, a aproximação entre os países seria vantajosa ao Brasil, em razão de uma aliança com os norte-americanos ter o potencial de obstar intenções europeias de interferência em assuntos internos, ao mesmo tempo que seria uma forma de se projetar em prestígio internacional como liderança no subcontinente, haja vista o interesse nas questões limítrofes. Os Estados Unidos por sua vez apoiariam os intentos brasileiros, paralelamente ao incremento de exportações agrícolas e industriais em direção ao Brasil.<sup>83</sup>

Sobre a personalidade forte do Barão, o autor reconhece que

alguns diplomatas que se haviam formado sobre a monarquia, como o Barão de Penedo afastaram-se com a queda do Imperador. Outros, como Barão de Aguiar de Andrada, seguiram ativos e morreram no serviço do regime republicano. Os dois nomes maiores da

---

<sup>80</sup> SAIANI, Op. Cit. p. 228-241.

<sup>81</sup> LINS, Alvaro. *Rio-Branco (o Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*. Brasíliana, 1965. p. 143.

<sup>82</sup> De 1902 a 1912, ano de seu falecimento. N.A

<sup>83</sup> SAIANI, Op cit., p. 221.

diplomacia do Brasil, as expressões mais altas a que chegou a tradição diplomática brasileira em todos os tempos, o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, pertencem a essa categoria profissionais treinados no segundo reinado [...] monarquistas de convicção. Foi a República que lhes ofereceu ou oportunidade de colocar plenamente a serviço do país a competência e o talento que haviam desenvolvido (SAIANI, 1998, pp. 274-275).

A questão do Acre constituiu o caso único e excepcional na experiência histórica brasileira<sup>84</sup>, tornando-se um marco da atuação de Rio Branco. Foi comparada ao caso da anexação do Texas pelos norte-americanos, por possuir elementos comuns: terras povoadas por colonos de nação contígua, potenciais movimentos de revolta armada distante do poder central, e a anexação ao país de origem dos revoltosos. A diferença se situou no desfecho dos conflitos: em um exemplo, guerra e início do processo de perda de boa parte do território mexicano; no outro, afirmação da negociação e da diplomacia.

Ao considerarmos os riscos de uma aliança a partir da perspectiva estadunidense, a aproximação com o Brasil se demonstrou interessante, por seu potencial de servir como um porto seguro e um ponto de apoio em questões hemisféricas, como por exemplo nas questões norte-americanas com países, tais quais México<sup>85</sup>, Panamá, Caribe e outro países da América Central. Nessa perspectiva, o Brasil seria um potencial aliado em defesa da Doutrina Monroe. Por seu lado, o Brasil acreditava que os Estados Unidos poderiam fazer um papel semelhante em questões brasileiras na Europa, a despeito de sua ainda jovem República.

Rio Branco agiu pragmaticamente em alguns momentos. Se no passado manifestara posição contrária às estadunidenses, posteriormente buscou com o apoio à Doutrina Monroe e com o deslocamento do eixo diplomático para Washington, reforçar a aproximação entre Brasil e Estados Unidos ao mesmo tempo em que se afastava de pressões inglesas. Buscando o entendimento deste ponto, inferimos que a tentativa de formação da aliança ABC, constituída por Argentina, Brasil e Chile pode ser compreendida como um contraponto à posição norte-americana<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> O Bolivian Syndicate foi uma tentativa de a Bolívia afirmar a sua administração sobre o território do Acre por intermédio de uma companhia anglo-americana que arrendara esse território. Foi o auge da exploração da borracha que chegou a corresponder a 40% da receita de exportação do Brasil, muito próximo aos índices do café. O Acre concorreu com 60% desse total. Não apenas a Bolívia, mas também o Peru cobrou a soberania daquele território, sendo a solução trabalhada por 6 anos de conversações e negociações diplomáticas. RICUPERO, Op cit., pp. 283-289.

<sup>85</sup> Colorado, Arizona, Novo México, Nevada, Utah, mais Texas e Califórnia até 1845 foram anexados aos Estados Unidos. À essas ações, seguiu-se ao incremento do cobre e de investimentos no restante do território não ocupado ou tomado, bem como a incrementos de participações em petróleo, borracha, açúcar, no sistema bancário e nos transportes.

<sup>86</sup> Segundo Bandeira, no episódio da separação entre Panamá e Colômbia, em 1903, não houve interferência do Brasil, a despeito da insatisfação de Rio Branco. Entretanto, foi colocada como condição para o reconhecimento do Panamá como país independente a consonância entre Argentina, Brasil e Chile. Ali teria sido o primeiro passo efetivo para a

Moniz Bandeira assinala que Rio Branco afirmou que a intervenção na Venezuela em 1902 se deu sem a intenção de invasão territorial, apenas no intuito de cobrar dívidas, sendo consumada após consulta ao governo de Washington<sup>87</sup>. Em sentido análogo, Cerro e Bueno concordam que Rio Branco manteve o entendimento de que a Doutrina Monroe inspirava às grandes potências da Europa não pensarem em violência e conquistas no continente americano. Nesse sentido, o bloqueio naval anglo-germânico imposto a Venezuela em 1902 foi entendido como cobrança de dívidas e não uma interferência estrangeira em assuntos do continente americano<sup>88</sup>.

Os Estados Unidos, aproveitando o movimento diplomático favorável, intensificaram seus esforços na ampliação de sua influência no subcontinente. Dessa forma, empenharam-se em obter a tutela de Cuba<sup>89</sup>, tendo por pano de fundo o interesse em iniciar uma guerra com a Espanha, ocupando militarmente, Porto Rico, Filipinas e Guam, em acréscimo a ilha cubana. Posteriormente, Cuba foi desocupada, não sem antes ter instalada uma base militar americana e condicionada sua soberania a um dispositivo em sua primeira constituição, denominado Emenda Platt, que possibilitaria eventual intervenção norte-americana para a restauração da ordem. Os norte-americanos também intervieram na América Central<sup>90</sup>, para construir um canal que ligaria os Oceanos Atlântico e Pacífico. Roosevelt buscou tratativas de negociação com o governo colombiano por uma porção de terra posteriormente conhecida como Panamá. Em resposta à negativa colombiana, os Estados Unidos apoiaram uma rebelião nessa região e logo reconheceram a legitimidade da emancipação daquele território, em movimento análogo aos eventos do Texas. Em seguida, celebraram acordos comerciais para a construção e exploração do canal construído. Convém ressaltar que o Brasil imediatamente reconheceu a independência do Panamá. Por fim, os Estados Unidos buscaram mediar, sem sucesso, as tensões entre México e Guatemala<sup>91</sup> em 1872, nas negociações por limites de fronteiras. Com o avançar das negociações, foi estabelecida uma comissão conjunta dos dois países em 1880, com a tentativa norte-americana de arbitrar a questão. Sob a liderança guatemalteca do ditador Justo Rufino Barrios, houve o argumento de antigos direitos sobre o território mexicano de Soconusco, o que exigia a indenização mexicana. Diante do

---

tríplice aliança, proposta formalmente por Rio Branco em carta de 7 de setembro de 1905 a Manuel Gorortiaga, representante do governo argentino no Rio de Janeiro. BANDEIRA, Op cit., pp. 248-249.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> CERVO; BUENO, Op. Cit.

<sup>89</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p.178.

<sup>90</sup> SAIANI, Op cit., p. 224.

<sup>91</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op. Cit.



impasse e da posição negativa do México, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Blaine, buscou demonstrar que havia de fato um direito à reparação por parte da Guatemala e que a atitude mexicana se firmava como “hostil”. Como a situação não se resolveu, o caso foi levado à Washington em uma negociação entre Matías Romero, representando os interesses mexicanos e um novo Secretário de Estado, Frederick Frelihuysen, que decidiu não se envolver nas ofertas que o ditador guatemalteco lhe fizera, deixando que as partes resolvessem por si mesmas.

Em 1909, a Secretaria de Relações Exteriores do México decidiu estabelecer oficinas consulares em regiões comercialmente estratégicas no Cone Sul, sendo estabelecido o consulado da cidade de Santos, em razão do grande volume de exportações de café do Brasil com destino aos Estados Unidos e Europa originadas naquele porto<sup>92</sup>. Também foram estabelecidos consulados nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, São Luís do Maranhão. Pontuamos aqui que houve movimentos similares do Itamaraty para estabelecer oficinas consulares em pontos estratégicos para o Brasil em território mexicano, sendo a localidade de Salina Cruz a mais viável para tal, a despeito de Acapulco ser o local que originalmente detinha a preferência brasileira.

Sobre as circunstâncias que envolveram o período que compreende o início das relações entre Brasil e México, podemos inferir que as reservas guardadas entre ambos países remontavam ao passado colonial comum, corroboradas por processos de independência lentos e no caso mexicano, de intensa disputa política entre liberais e conservadores, denotando a ausência de continuidade em matéria de política exterior. Nesse sentido, os esforços brasileiros no sentido de ser reconhecido como um país independente e as disputas internas no México obstaram a construção de objetivos comuns e confiança mútua. Enquanto o México buscou se estabilizar internamente, o Brasil empreendeu ações no sentido de se projetar como parceiro comercial e diplomático.

---

<sup>92</sup> Crisóforo Canseco, Encarregado de Negócios no Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que a Secretaria de Relações Exteriores do México instalou oficinas consulares no Brasil, e sugeriu que fosse instalada uma oficina na cidade de São Paulo, recomendando para sua chefia o Senhor Caio Prado, importante membro de uma importante família Paulista, sócio da casa comercial Prado, Chaves e companhia. PALACIOS, Op. Cit. p. 101.

## **2. AS OBSERVAÇÕES DOS AGENTES DIPLOMÁTICOS BRASILEIROS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS**

O contexto que envolveu a elevação dos Estados Unidos à condição de potência regional perpassa momentos de profundas mudanças no Brasil. A transição para a forma republicana de governo ensejou aos agentes formuladores da política exterior brasileira aperfeiçoamentos que se ajustaram ao novo arranjo de forças que se prenunciou a partir da reorientação dos movimentos norte-americanos em sua política exterior, que evidenciaram a busca da predominância de seus interesses em contraponto ao isolacionismo característico até então de sua política. No entanto, ao analisarmos a dicotomia existente entre a aceitação subserviente daquele novo estado de coisas e o pragmatismo de ações brasileiro, necessitamos analisar certos elementos característicos da política externa estadunidense e as observações que faziam os representantes brasileiros destes elementos, especificamente quando houve o direcionamento da política exterior em função da mudança do eixo diplomático, de Londres para Washington, período que compreende em parte a frustração brasileira por força de sua limitada inserção no contexto internacional.

Com o término de sua Guerra Civil, os Estados Unidos se aplicaram a expandir seu território, utilizando discursos e políticas que visaram justificar suas práticas expansionistas em nome da defesa dos interesses americanos. Ao longo de todo o século XIX, o novo posicionamento adotado em matéria de política expansionista garantiu o acréscimo de terras que equivalem a 75% de seu atual território. A agressividade de suas políticas se fundamentou em negar às potências europeias e à Santa Aliança a retomada de territórios na América, entendido que partes desse território foram alvos de disputa com França, Grã-Bretanha e Espanha.

No período pós Revolução Francesa, com as sérias transformações e os graves desequilíbrios em andamento no cenário europeu, os Estados Unidos experimentaram o seu próprio período de isolacionismo, mantendo suas prioridades no desenvolvimento de seu mercado interno e desenvolvimento de sua indústria, ainda que de maneira incipiente. No momento em que a França necessitou se desfazer de seus territórios na América por força de seus conflitos durante as guerras napoleônicas, os Estados Unidos conseguiram, pela via diplomática, negociar esses territórios das mãos do próprio Napoleão, demonstrando força e primazia sobre os demais países do continente americano. Tais pressões imediatamente se irradiaram sobre as colônias espanholas situadas no

Golfo do México, ao passo que a Grã-Bretanha exercia ingerências sobre as Flóridas, divididas entre Oriental e Ocidental<sup>93</sup>.

Enquanto a Espanha resistiu em reconhecer o México como nação independente e outros territórios declararam sua independência, a Grã-Bretanha expandiu seus mercados no continente americano e os Estados Unidos concluíram a aquisição dos territórios que lhe conferiram o desenho de sua extensão geográfica, muito próximo do observado atualmente. Seguiu-se a esse franco avanço sobre territórios vizinhos uma rápida reconstrução econômica interna e incremento industrial rumo ao sul. Para a exploração dos recursos naturais de que dispunha, o México se tornou o destino de inversões de capital norte-americano, tornando-se em poucos anos, o maior receptor das inversões norte-americanas, notadamente em estradas de ferro.

No campo das relações internacionais, os Estados Unidos demonstraram “boa vontade” para com os demais países. Contudo, suas práticas se demonstraram tentativas de manter os países sob sua tutela. As interferências na Colômbia, Guatemala, Cuba e Filipinas, sempre possuíram verniz de legalidade, que atenuaram as intenções reais de expansão dos interesses norte-americanos, fossem eles econômicos ou políticos. No caso concreto do México, as relações diplomáticas não se pautaram por uma prática comum entre países: a reciprocidade. Dois temas foram mais sensíveis para o avanço das questões diplomáticas nesse momento: as reclamações sobre a posse de terras e os conflitos fronteiriços.<sup>94</sup>

## 2.1. A reorientação da política exterior e norte-americana: do isolacionismo à busca da hegemonia regional

Na guerra contra a Espanha pelo domínio de Cuba em 1898, os Estados Unidos não obtiveram adesão de nenhum país da América Latina, senão alguma simpatia por parte do Brasil, expressada em discurso proferido por Salvador de Mendonça, Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos e criticado por Dionísio de Castro Cerqueira, Ministro das Relações Exteriores do

---

<sup>93</sup> Desde 1810, a América Espanhola esteve vivenciando diversos movimentos de independência e, concomitante às guerras que a Espanha lutou na Europa, os movimentos de independência ganharam força em países como Peru, México, Colômbia, Argentina e Chile, que realizaram seus processos de independência. HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p.213.

<sup>94</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 157.

Brasil. Provavelmente essa simpatia levou os Estados Unidos a retirarem o café da lista de produtos que pagariam tarifas alfandegárias. Assis Brasil, que sucedera a Salvador de Mendonça, alertou para o fato de que a postura norte-americana após o conflito com a Espanha significaria a afirmação de uma orientação imperialista de sua expansão territorial<sup>95</sup>.

Durante os governos de Deodoro e Floriano, iniciou-se a mudança do eixo político, saindo da Inglaterra para os Estados Unidos, no entanto, com a eleição de Prudente de Moraes, um representante da oligarquia cafeeira paulista, foi restabelecido o equilíbrio de influência entre a oligarquia brasileira e os interesses europeus. A diferença entre esses dois momentos se deu em razão de que “o comando da economia brasileira passava, completamente, para as mãos dos torradores de café nos Estados Unidos”, que torravam e vendiam diretamente aos consumidores, por meio de uma estrutura capaz de impor seus preços ao Brasil. A ausência de organização comercial de café no Brasil e a forte especulação norte-americana garantiram fortunas aos intermediários norte-americanos, ao mesmo tempo em que confirmaram a dependência brasileira em matéria de comércio de café para com os Estados Unidos<sup>96</sup>.

Segundo Bandeira (2007, p. 247), o movimento de busca da hegemonia estimulou os norte-americanos à não aceitação de um concorrente ou aliado em condições iguais, dentro ou fora do continente. Sua ascensão possibilitaria mesmo o uso das armas para a confirmação de seu intento, sendo o *Big Stick* o instrumento de sua consecução, visto que sua condição privilegiada possibilitaria exercer o papel de polícia do mundo, papel que pode ser deduzido a partir da postulação do Corolário Roosevelt em acréscimo a Doutrina Monroe, outorgando aos Estados Unidos agirem pelas armas diante de interferência estrangeiras em sua esfera de domínio. Aproveitando-se de sua privilegiada condição econômica, a Diplomacia do Dólar garantiu a sujeição de países do subcontinente e reverberava o poderio norte-americano.

Na esfera econômica, a partir da abertura comercial mexicana com os estadunidenses, iniciou-se a integração econômica, diminuindo a presença do comércio europeu em território mexicano, passando os Estados Unidos a assumirem a posição de maiores importadores de matéria prima e maiores exportadores de produtos para o México. Houve um incremento significativo das atividades empresariais no país a partir das gestões de Manuel Zamacona, enviado

---

<sup>95</sup> BANDEIRA, Op cit.,p. 225.

<sup>96</sup> Idem, p. 255.

confidencialmente dos Estados Unidos ao México para gestão de novos negócios em cooperação às publicações de Matías Romero, que disseminaram ao público norte-americano informações sobre o México e suas riquezas naturais. Essas ações possuíram o objetivo de reconstruir uma imagem que substituísse a desconfiança gerada em resposta ao sentimento antiamericano enraizado no México<sup>97</sup>. Durante o período do Porfiriato houve fortes gestões junto ao Congresso para superar o nacionalismo radical observado até então. As primeiras autorizações para linhas férreas a partir da fronteira dos Estados Unidos em direção ao centro do país se deram em 1878. Não demorou muito para que outros centros industriais, agrícolas e mineiros do México estivessem interligados. Com a interligação de eixos de produção e escoamento, seguiu-se a interligação por linhas telegráficas. Calcula-se que em 1911, de um total de 16 mil quilômetros de linhas férreas no México, dois terços dessas foram inversões realizadas por empresas norte-americanas. Para Herrera e Santa Cruz,

Los ferrocarriles pues, representaron el más tangible instrumento de la penetración pacífica estadounidense a México, supliendo los antiguos métodos de la diplomacia coercitiva, por una política en la que el color verde del dinero estadounidense iba por delante (HERRERA; SANTA CRUZ, p. 172).

Outro ponto que demonstrou a força das inversões de capital norte-americano na economia mexicana pode ser observado no desenvolvimento significativo da exploração agrícola qualificada. Essa qualificação se deu através da chegada de imigrantes norte-americanos, algo em torno de 15 mil pessoas, em 1912. Em grande parte, esses imigrantes foram mórmons ou praticantes do protestantismo, fator importante para o rompimento de uma hegemonia religiosa de ordem católica no México. A proliferação dessas religiões se estendeu ao largo dos centros de produção ao norte do território mexicano, sendo responsável pela formação de verdadeiros enclaves de “americanização cultural”.

É possível afirmar que durante o Porfiriato o ramo do petróleo foi responsável por muitas conversas e desenvolvimentos diplomáticos, havendo destaque sobre os avanços conquistados pelos Estados Unidos, à base de comparação com a participação de outras potências petrolíferas com interesses no México. À guisa de exemplo, cerca de 300 empresas norte-americanas de exploração de petróleo operavam em 1910, representando apenas no México, 45% das inversões

---

<sup>97</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, p. 165

de toda a América Latina. Demonstradas em pesos, as inversões dos Estados Unidos somaram 1 bilhão, em comparação aos 793 milhões do México, 321 milhões da Grã-Bretanha e 143 milhões da França, conforme levantamentos de Bandeira (2007). No âmbito brasileiro das relações comerciais, as vantagens que beneficiaram os Estados Unidos no início do século XX geraram grande disparidade nas relações de trocas. O volume importado em 1902 foi de 79.178.037 dólares, enquanto o volume exportado foi de pouco mais de 10.391.130 dólares. Em 1904, o presidente Rodrigues Alves concedeu redução de 20% nas tarifas de leite condensado, borracha manufaturada, farinha de trigo, relógios, frutas, tintas e vernizes dos Estados Unidos, que esperaram a extensão do mesmo privilégio para seus vinhos, esbarrando na impossibilidade de acordo viável<sup>98</sup>.

Ao analisarmos a ascensão norte-americana no período, podemos afirmar que as gestões na guerra contra a Espanha (1898), a implementação da Diplomacia do Dólar e do Big Stick elevaram as desconfianças das intenções dos Estados Unidos no subcontinente. Esse período contemplou as presidências de McKinley (1896-1901), Theodore Roosevelt (1901-1909) e William Taft (1909-1913). O período também marcou a reorientação em matéria de política exterior, até então de caráter isolacionista. A essa orientação, seguiu-se o movimento de expansão de sua esfera de influência. Com o término da Guerra Hispano-Americana (1898), Porto Rico, Guam, Filipinas foram agregadas como territórios sob administração estadunidense, mesmo ano em que foi anexado o Havaí. Em 1900, por meio da Emenda Platt, Cuba passou a sofrer interferências diretas dos Estados Unidos, o que se seguiu em ações que culminaram na construção e exploração do Canal do Panamá. Corroborando com essa expansão, o aumento da capacidade industrial, bem como o aumento das exportações de manufaturados e importação de matérias-primas, confirmaram o dinamismo da economia dos Estados Unidos e o sucesso de suas relações exteriores<sup>99</sup>.

Sobre o episódio da intervenção na Venezuela, por decorrência do bloqueio naval anglo-germânico e instado sobre as ações estadunidenses serem formas de subordinar as outras nações do continente, Rio Branco afirmou que os eventos se sucederam sem a intenção de invasão territorial, com o intuito de cobrar dívidas e após consulta ao governo de Washington, o que corroboraria alguma forma de cooperação em tema de defesa do continente.

Rio Branco elevou a representação do Brasil em Washington à categoria de embaixada[...] A sua política externa, porém, não implicava uma adesão ou subordinação do Brasil aos rumos do governo de Washington, como tantos supõem e outros apregoam. Muito pelo

---

<sup>98</sup> BANDEIRA, Op cit., p. 267.

<sup>99</sup> BUENO, Op cit., pp. 262-263.

contrário. O que Rio Branco pretendia era uma associação com os Estados Unidos, *em pé de igualdade*, a transformação do continente numa espécie de condomínio, ficando o Brasil com as mãos livres para exercer a sua hegemonia na América do Sul. Era no fundo, a velha orientação do Império, que adquiria consciência e forma (BANDEIRA, 2007, p. 248).

Rio Branco trouxe para a diplomacia brasileira o entendimento de que a Doutrina Monroe inspirou às grandes potências da Europa não pensarem em violência e conquistas no continente americano, concomitantemente ao fato de que, em linhas gerais, não foram feridos os interesses britânicos de expansão comercial e política, sendo a doutrina uma espécie de garantidora dos interesses ingleses. É importante ressaltar que nesse primeiro momento não se pode afirmar que havia competições entre a economia inglesa de exportação manufaturados e a dos norte-americanos que majoritariamente exportava apenas seus excedentes. Com o incremento da produção e exportação estadunidense, consideramos que esse entendimento fora superado, no entanto, reiteramos que durante o bloqueio naval anglo-germânico imposto a Venezuela em 1902, foi entendido pelos Estados Unidos que não se tratava de uma interferência estrangeira em assuntos do continente americano, mas tão somente de uma cobrança de dívidas, entendimento consentido por Rio Branco<sup>100</sup>.

De fato, sobre as aspirações dos Estados Unidos no subcontinente, encontramos muitos elementos que corroboram da suposição de que ideais originalmente forjados para a coesão e alinhamento do continente americano foram adaptados e instrumentalizados pelos norte-americanos durante seu processo de abertura e expansão da política externa norte-americana e a busca da hegemonia. Como exemplo, apontamos que durante a realização da 1ª Conferência Pan-Americana (1889-1890), existiu em pauta a proposição de que a integração dos países americanos deveria considerar a hegemonia dos Estados Unidos como nação mais forte e desenvolvida, sendo dentro desta possibilidade, o Brasil um aliado, parceiro tornado um ponto de apoio na porção sul do continente. Convém ressaltar que a simpatia brasileira pela doutrina de Monroe suscitava desconfianças na imprensa brasileira e latino-americana. Em que pese o discurso de “A América para os americanos”, o pano de fundo das ações estadunidenses intencionava o incremento das exportações de seus produtos estadunidenses para o restante do continente, a fim de superar a entrada de produtos europeus, sobretudo da Inglaterra, sua principal concorrente.

---

<sup>100</sup> CERVO; BUENO, Op cit., p. 192.

A mudança de direcionamento em matéria de política externa do Brasil se deu em meio ao 1ª Conferência Pan-americana, que foi iniciada com um Brasil Imperial e encerrada com um Brasil Republicano. A partir desse momento e com a chegada de Rio Branco ao MRE houve a consolidação do entendimento que as exportações primárias do Brasil, em especial do café, coadunavam-se aos interesses norte-americanos de aumento de sua base de importações de matérias-primas, interesses de exportação de manufaturados e inversões de capitais no Brasil. Podemos afirmar que embora as relações entre Brasil e Estados Unidos decorressem desde o início do Império, ganharam maior fôlego com o início da República.

Manifestando posicionamento contrário ao de Rio Branco no tocante ao episódio da Venezuela em 1902, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luis María Drago, compreendia que não houve a defesa dos interesses americanos, em sentido continental de não intervenção, considerando a ameaça de um bloqueio naval, sendo os Estados Unidos os executores da Doutrina Monroe. No entendimento de Drago, uma dívida pública não deveria ser cobrada por nenhuma nação estrangeira contra uma nação americana com o uso da força, emitindo nota ao Departamento de Estado dos Estados Unidos acerca do assunto. Esse entendimento ficou consolidado de como “Doutrina Drago”. Convém ressaltar que Rio Branco se manteve neutro ante as manifestações argentinas e a questão se desdobrou para eventual pacificação na Corte Internacional de Haia<sup>101</sup>.

A cristalização de um alinhamento em uma aliança não escrita com os Estados Unidos permeou dois eventos: a 3ª Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro e a elevação para a categoria de Embaixada em Washington, sendo o segundo evento o desdobramento do esforço de Joaquim Nabuco em decorrência do primeiro.

Rio Branco entendia que a Doutrina Monroe poderia trazer benefícios ao Brasil e para ser possível esse intento, o entendimento dessa doutrina deveria sinalizar uma ação de caráter coletivista, ou multilateral, de forma que sua eventual atuação fosse justificada, sendo exemplos o Bolivian Syndicate e o caso Panther<sup>102</sup>, o que possivelmente não se consubstanciava no caso

---

<sup>101</sup> Circular de 13/03/1906. AHI 410/03/30; Circular 49 de 04/11/1907 AHI 317/02/02.

<sup>102</sup> Na madrugada de 27 de novembro de 1905, oficiais alemães desembarcaram à paisana da canhoneira *Panther* e capturaram o jovem Fritz Steinhoffer, socialista, que emigrara de Bremen para Itajaí (Santa Catarina) e fugia do serviço militar. Rio Branco, ao saber do fato, indignou-se. Protestou contra essa violação da soberania nacional. Condenou, energicamente, a atitude dos oficiais da *Panther* e reclamou a entrega do preso. Estava disposto a empregar a força para libertá-lo ou a meter a pique o navio, caso não fosse atendida a sua exigência. “Depois aconteça o que a



Venezuelano. Sobre o Corolário Roosevelt, Rio Branco entendeu que nações mais fortes deveriam ser escolhidas pelas demais nações hispano-americanas para o progresso, e isso se revelaria em certo entusiasmo pelo pan-americanismo. Seus discursos na 3ª Conferência Pan-Americana versaram sobre integração entre os Estados Unidos e as repúblicas hispano-americanas, solução pacífica dos conflitos em regiões limítrofes e valorização em prestígio para os governos constituídos, quaisquer que fossem<sup>103</sup>.

Bueno ressalta que embora as ideias do pangermanismo e do monroísmo se repelissem e o fato de ter havido declarações contrárias de um e outro lado, por ocasião do bloqueio naval contra a Venezuela (1902-1903) e o temor norte-americano das intenções alemãs no Caribe, as tensões se mantiveram no plano do discurso, notadamente na opinião pública, que veicularam por um lado o risco do protetorado norte-americano e por outro o “perigo alemão”. No Brasil, o Caso Panther foi supervalorizado em função dessas tensões entre Estados Unidos e Alemanha<sup>104</sup>.

Ao comentar a política de Rio Branco e sua simpatia pelo Corolário Roosevelt, Saiani relata texto de José do Patrocínio publicado no jornal *O Paiz*, no qual afirma que a autoridade que os Estados Unidos exerciam, intervindo em países no sentido de lhes salvar da ação de caudilhos e despotismos, já havia sido a forma de atuação do Brasil, aludindo à intervenção do Brasil no Prata ao longo do Segundo Reinado. Saiani ressalta que a ação do Brasil não foi efetivamente a missão civilizadora, mas a garantia da navegação do Prata e seus desdobramentos econômicos e políticos, e que interesses semelhantes como suprimir demandas comerciais estavam imersos na mensagem do Corolário Roosevelt e da aproximação entre Estados Unidos e Brasil<sup>105</sup>.

No campo diplomático, ao término da 3ª Conferência Internacional Americana houve a recomendação da celebração de um novo contrato que adotasse medidas eficazes em benefício dos produtores de café. Nilo Peçanha remeteu a exposição do Ministério das Relações Exteriores sobre este e outros temas. Em 1907 a Câmara dos Deputados apreciou parecer da Comissão de Diplomacia de Tratados, autorizando o Presidente da República a promover aquilo que chamavam

---

acontecer” – telegrafou a Nabuco e pediu-lhe para provocar, na imprensa americana, “artigos enérgicos monroístas contra esse insulto”. BANDEIRA, Op cit., p. 251.

<sup>103</sup> A 3ª Conferência Pan-americana teve sede no Rio de Janeiro, em 1906. Os Estados Unidos enviaram para esse evento seu prestigiado Secretário de Relações Exteriores, Elihu Root. (SAIANI, p. 223-224).

<sup>104</sup> BUENO, Op cit., p. 260.

<sup>105</sup> SAIANI, Op cit., p. 234.

de “medidas eficazes em benefício dos produtores”, que visavam combater a crise que afetava tão grande riqueza de muitos países americanos<sup>106</sup>.

Segundo Palacios, durante a 3ª Conferência Pan-americana, aparentemente México e Brasil haviam conciliado uma aliança tácita que indicava o restabelecimento de suas relações diplomáticas de maneira direta. No entanto, a imprensa Argentina denunciou ações dos Estados Unidos, apoiados pelo México, em favor do Brasil, para que este na condição de principal provedor de café se tornasse uma força dominante na América do Sul, em clara demonstração de se tornar um legítimo representante do monroísmo norte-americano. Root, em passagem pelo Chile posteriormente desmentiu, qualquer intenção dos Estados Unidos em firmar um tipo de aliança naqueles termos.

Com o sucesso da aproximação entre México e Brasil a partir da 3ª Conferência, a sede da representação diplomática sul-americana mexicana passou de Buenos Aires para o Rio de Janeiro, atendendo os interesses mexicanos em todo o Cone Sul. Ricupero sinaliza que houve intenção de Rio Branco em criar no cone Sul um equivalente regional do concerto das grandes potências da Europa em um grande acordo de nações americanas, sendo necessário que os países mais representativos no jogo do poder, a saber, Estados Unidos, México, Brasil, Chile e Argentina estivessem em comum acordo nessa empresa. A Argentina reclamou de uma possível insatisfação do Peru e não levou o projeto adiante. Uma segunda tentativa de Rio Branco de multilateralização da Doutrina Monroe foi apresentada na 4ª Conferência Interamericana em Buenos Aires em 1909, mas teve pouco eco de Argentina e Chile além de outros latino-americanos. Anos mais tarde a iniciativa foi retomada em Niágara Falls no Pacto ABC.<sup>107</sup>

Sobre a 3ª Conferência Interamericana no Rio de Janeiro e as gestões norte-americanas favoráveis ao Brasil, houve a percepção clara de que era uma resposta ao movimento do Brasil, que ao aproximar-se dos Estados Unidos, se colocava como um potencial aliado para o reforço da doutrina Monroe e do corolário Roosevelt no subcontinente.

la posición de Nabuco era de hecho la misma que aparecía como postura oficial del Departamento de Estado por esos mismos días, y no es improbable que el o mismo haya sido el que formulara la propuesta, atribuida por la prensa estadounidense a Root, [...] era obvio dónde se situaba el gobierno de Brasil y, al mismo tiempo, que esa percepción de su 'grandeza' lo hacía identificarse com el otro gigante del continente. (PALACIOS, 2001, p. 85).

---

<sup>106</sup> SIMONSEN, Op cit., p. 386.

<sup>107</sup> RICUPERO, Op cit., p. 314.

Ricupero informa que 1905, em alinhamento com os historiadores diplomáticos americanos existiram dois eventos que anunciaram o início do engajamento global dos Estados Unidos em assuntos fora do continente americano: a mediação para pôr termo a guerra russo-japonesa e a participação norte-americana na conferência de Algeciras, logo após o incidente entre França e Alemanha a respeito do Marrocos<sup>108</sup>.

Uma tentativa de aproximação que se mostrou frustrada teve lugar com os planos do 3º Congresso Científico Pan-americano, que se realizaria no Rio de Janeiro em 1905. Seria um congresso de "homens eminentes e corporações científicas". Palacios assinala que o Brasil aspirou obter um consenso continental em matéria de relações internacionais. As negociações que antecederam ao Congresso foram iniciadas em 1903, estimulando aos países ibero-americanos o envio de delegações, em parte para retirar a visão de que o Brasil seria um país em campanha expansionista ou que haveria em marcha um projeto imperialista<sup>109</sup>.

Saiani concluiu sua análise da política externa de Rio Branco como que de continuidade em pragmatismo de ações, ainda que em um primeiro momento, a imagem fosse a de um internacionalista vinculado à monarquia obtendo sucesso na condução de uma política republicana, ainda que essa afirmação possa parecer algo de maior complexidade. Para o autor, a atitude pró-americana de Rio Branco adveio de suas percepções sobre as condições do cenário político regional e a utilidade da amizade norte-americana. No entanto a transferência do eixo diplomático para Washington e a elevação para o status de embaixada não representavam “uma adesão absoluta à política e objetivos norte-americanos e tampouco um rompimento das relações político-comerciais com a Europa”<sup>110</sup>.

Sobre a ascensão americana e o desejo de ter os Estados Unidos reconhecidos como potência mundial, em discurso proferido no Dia da Independência em 1914, Woodrow Wilson externou o desejo que ver o mundo se voltar para a “América” com o passar dos anos, pois a base de toda a liberdade se coadunava com as inspirações morais dos Estados Unidos. Essas inspirações levariam a “América” alcançar primazia sobre os demais, por sua valoração aos direitos humanos acima de

---

<sup>108</sup> RICUPERO, Op cit., p. 309.

<sup>109</sup> PALACIOS, Op. Cit.

<sup>110</sup> SAIANI, Op cit., p. 242.

quaisquer outros direitos, que conduziria a bandeira da “América” se tornar a bandeira da Humanidade.<sup>111</sup>

Podemos inferir que a política da “boa vizinhança” dos Estados Unidos citada anteriormente foi um produto do imperialismo ianque, assim como a *Pax britannica* foi uma continuidade do imperialismo britânico. Tais políticas se sustentaram na força do poder político (considerando suas vertentes militar e econômica) dos países que as impuseram aos demais.

A decisão de intensificar a relação com os Estados Unidos refletiu igualmente a transformação que se realizava no relacionamento econômico. O deslocamento do eixo diplomático acompanhou o da economia, que derivava cada vez mais da Europa em direção à América do Norte nos tempos do Barão no papel de Ministro. Nesse período, o mercado norte-americano adquiriu mais da metade do café, 60% da borracha e a maior parte do cacau exportados pelo país. Na época da elevação do status de Legação para Embaixada, o Brasil era o sexto parceiro no intercâmbio americano com o mundo, vindo após Inglaterra, Alemanha, França, Canadá e Cuba. Para efeitos de comparação, o Brasil chegou a ser o terceiro maior fornecedor dos Estados Unidos; no ano da morte do Barão, em 1912, o mercado norte-americano absorveu que 36% do total das exportações brasileiras<sup>112</sup>.

Em matéria de comércio exterior, a presença de Rio Branco pode explicar as vantagens que os Estados Unidos mantiveram com relação à aquisição do café brasileiro. A quantidade importada de café foi determinante para os privilégios que o Brasil conseguiu no sentido de exportá-los sem impostos. No entanto, a alta do café nos Estados Unidos gerou protestos, sendo movida no Congresso Americano uma grande campanha contra as manobras brasileiras, pelo Deputado Norris, que pediu a intervenção do Departamento de Justiça Norte-Americano em defesa dos interesses do consumidor americano.

O crescimento brasileiro em exportações de café provocou manifestações diplomáticas na França, onde as ações brasileiras foram qualificadas como nefastas e audazes, insustentáveis a médio prazo, demonstrando como se davam as observações sobre o complexo raciocínio dos homens do governo do Brasil que foram responsáveis pelas políticas que influenciaram os preços

---

<sup>111</sup> CARR, Op cit., p. 199.

<sup>112</sup> RICUPERO, Op cit., p. 311.

do café no exterior. Efetivamente no período em que houve a queda do comércio da borracha e o declínio da produção seringueira, o café garantiu o acréscimo da balança comercial brasileira<sup>113</sup>.

Em 1911 foi veiculado pela imprensa norte-americana que os sindicatos do café do Brasil haviam infringido a Lei Sherman contra os trustes, levando o governo americano a abrir processos de acordo com os termos apresentados pela "Court of Claims". Moniz Bandeira relata que a petição acusava o Comitê de Valorização do Café de limitar as vendas do café, retendo o produto e provocando a alta do preço de modo injusto. Medidas iniciais do processo levaram à disposição e apropriação por parte da administração americana de 930 mil sacas de café armazenadas na Dry Dock Company. Domício da Gama, embaixador brasileiro em Washington protestou firmemente perante o governo americano e se esforçou em sucessivas conferências para solucionar amigavelmente a questão. O diplomata salientou que em certo banquete, o Secretário de Estado proferiu agressivo discurso contra a gestão brasileira do episódio, na presença do embaixador brasileiro que prudentemente não revidou, algo que de acordo com manifestação o embaixador Assis Brasil, foi determinante para solução amigável da questão. Posteriormente foi indeferido o sequestro do café e seus proprietários puderam dispor conforme intencionaram. A questão foi pacificada em janeiro de 1913 com a solução de ser posto à venda todo o café existente nos Estados Unidos, encerrando os estoques mantidos em armazém<sup>114</sup>.

O presidente de São Paulo, Conselheiro Rodrigues Alves teve sua atuação repercutida nos Estados Unidos e na Europa, por afirmar que o armazenamento do café nunca teve o fim especulativo e comercial de qualquer natureza, senão o de garantir o desenvolvimento do consumo e a pureza do produto. Novas baixas na exportação do café foram observadas mais à frente, por ocasião da conflagração mundial de 1914.

Podemos afirmar que Rio Branco foi um atento observador dos movimentos de mudança de eixos econômico e diplomático. As crises observadas em decorrências desses movimentos podem ser percebidas como resultantes em parte, das próprias características internas dos sistemas de poder e seus interesses, cujos desdobramentos eventualmente foram contornados ou suavizados por

---

<sup>113</sup> Às vésperas da Revolução Mexicana em 1910, durante o governo de Hermes da Fonseca, as condições econômico-financeiras do país melhoraram, voltando a subir a cotação do café depois de mais de um decênio em queda no mercado de exportação, aumentando o consumo, e diminuindo os estoques. Ofício de 1dez1911 de Domício da Gama, Embaixador Brasileiro em Washington retrata histórico sobre a valorização do café no Estado de São Paulo, bem como contém recortes do jornal Evening Post contendo artigo sobre AHI 234/01/02.

<sup>114</sup> BANDEIRA, Op cit., pp. 314-316.

acordos comerciais. Concordamos com Bueno, no entendimento proposto de que os agentes diplomáticos dispuseram de prestígio e certo grau de manobrabilidade de ações, refletidos nos tratados secretos e formação de ligas, em parte pela cobertura que a imprensa conferiu aos atos de políticas externa, especialmente nos momentos de tensões nas relações internacionais.<sup>115</sup>

## 2.2. O Brasil e a ascensão do Estados Unidos como novo eixo diplomático: aceitação tácita ou adequação estratégica?

Durante o período em que Rio Branco chefiou a chancelaria brasileira, houve disputas diplomáticas em razão de conflitos interimperialistas, em prenúncio do fim da *Pax Britannica*. Como o Brasil era integrante do grupo das grandes potências, necessitou usar o caminho pragmático para preservar e ampliar a soberania nacional nas questões limítrofes, sem a influência nas decisões internacionais, todavia buscando a expansão de seu comércio externo<sup>116</sup>.

No início do período republicano o Brasil rompeu com antigas direções da monarquia de não aproximação e não alinhamento aos Estados Unidos, assinando um convênio aduaneiro anteriormente negado pelo Império, em janeiro de 1891. Cervo e Bueno sugerem que era necessário a ruptura com os laços da monarquia, pois mesmo sendo o Brasil entendido como um país isolado na Europa, tratava-se de uma democracia monarquizada, que mesmo sem os traços mais indelévels das monarquias europeias, se mantinha isolada na América. De fato, o advento da República foi uma reorientação da política exterior brasileira. Essa política também se aplicou a reorientar os laços com a Inglaterra para os Estados Unidos, como temos demonstrado até aqui<sup>117</sup>.

Os autores apontam que com a chegada de Rio Branco à chancelaria brasileira, foi definido que o momento era de aproximação aos Estados Unidos, embora não fosse essa aproximação um alinhamento tácito. Nesse entendimento, o estreitamento das relações com os Estados Unidos atendia aos interesses das oligarquias dominantes do sistema político brasileiro.

A posição adotada por Rio Branco foi a de independência, contrariando algum alinhamento tácito aos Estados Unidos, claramente enunciada em seu discurso na abertura da 3ª Conferência Interamericana, sediada no Rio de Janeiro em 1906. Rio Branco compreendeu os interesses norte-

---

<sup>115</sup> BUENO, Op. Cit p. 255

<sup>116</sup> BUENO, Op cit., p. 253.

<sup>117</sup> CERVO; BUENO, Op cit., pp. 197-201.

americanos ao remodelarem o conceito Pan-americanista, distanciado dos ideais de Bolívar e instrumentalizado em favor das empresas americanas. Merece destaque a não inclusão da Doutrina Drago como pauta das reuniões e o não alinhamento no sentido de criar uma liga de países sul-americanos, pois haveria um forte sentimento antieuropeu que não traduziria as aspirações brasileiras.<sup>118</sup>

Rio Branco compreendeu que o Brasil estava inserido no subsistema norte-americano de poder, e que a proximidade com os Estados Unidos não só era inevitável como traria ao Brasil condições de desempenhar sua política exterior com maior desembaraço, tendo a nação norte-americana como aliada. Embora Rio Branco não fosse afeito à construção de ligas e blocos, a Política Externa Brasileira, de seu tempo e de Joaquim Nabuco, contribuiu para a consolidação do bloco de poder internacional liderado pelos Estados Unidos, mas também procurou colocar o Brasil em condições de se beneficiar da nova situação mundial que então se delineava. A percepção de Alvaro Lins sobre a atuação em matéria política exterior por Rio Branco confirma nosso entendimento, no sentido de que a linha geral da política externa brasileira de Rio Branco em relação à área se baseou na busca do “equilíbrio da América do Sul contra quaisquer sonhos imperialistas ou projetos de hegemonia” e o desejo de manter com a Argentina e com o Chile “uma política de cordial inteligência”<sup>119</sup>. Rio Branco percebeu que os Estados Unidos usaram a denúncia do “perigo alemão” com o objetivo de ampliar sua influência e fazer do Brasil um potencial parceiro contra os alemães, orientando Joaquim Nabuco a trabalhar a ideia junto a imprensa americana. É importante ressaltar que as ações alemãs apenas ocorreram após garantias aos norte-americanos de que não haveria interferências territoriais. Podemos inferir que o posicionamento diplomático brasileiro sem reservas no episódio do bloqueio naval à Venezuela revela, para além da aceitação do Corolário Roosevelt e de que os Estados Unidos poderiam agir quando nações menores e desorganizadas não detivessem o controle das ações, como também denota a aceitação da transição de um intervencionismo europeu para a sujeição estadunidense, sendo como única manifestação de apoio aos venezuelanos a nota do ministro argentino Drago, que protestava contra

---

<sup>118</sup> BUENO, Op cit., pp. 266-267. LINS, Alvaro *Rio-Branco (o Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*. Brasileira, 1965. p. 327.

<sup>119</sup> BUENO Op cit., p. 280. CERVO; BUENO, Op cit., p. 201

a cobrança de dívidas de um ente nacional com o auxílio das armas, dirigida ao Secretário de Estado norte-americano<sup>120</sup>.

Esse entendimento nos permite inferir que a proximidade entre Brasil e Estados Unidos naquele momento despertou receio em outros países, em decorrência de uma eventual intenção brasileira de dominar a América do Sul com o respaldo dos Estados Unidos. Jornais norte-americanos e argentinos noticiaram essa proximidade e a simpatia pela Doutrina Monroe, no entanto por ângulos distintos, sendo que do ponto de vista americano houve o enaltecimento das cordiais intenções do Brasil em ser uma base, a despeito do ponto de vista argentino retratar o Brasil como um agente com ambições de domínio continental. Dessa maneira, a elevação da Legação Brasileira à condição de Embaixada, aliada ao Programa de Reparcelamento Naval Brasileiro ressaltariam as ambições brasileiras em se tornar uma potência militar, assim como os Estados Unidos o buscavam ser, fazendo-se superiores às demais nações sul-americanas<sup>121</sup>.

Mesmo com as tratativas de Rio Branco por uma iniciativa do ABC, como uma medida para atenuar esses ressentimentos de outros países sul-americanos com respeito ao Brasil, Cervo e Bueno afirmam que a iniciativa em si não possuía o interesse em ser um contrapeso à influência norte-americana, mas atuar em sintonia com o governo de Washington<sup>122</sup>. Concordamos com a posição de Bueno, no sentido de que o projeto do ABC, na concepção de Rio Branco, não incluía a equivalência naval, descartada de maneira clara, e que a aproximação Argentina-Brasil-Chile não se destinava a contrabalancear a influência norte-americana. Nessa mesma linha, Ricupero interpretou, com propriedade, que o ABC seria um projeto complementar à aliança não escrita com os Estados Unidos.<sup>123</sup>

A intenção de Rio Branco era contar com bases sólidas de apoio no âmbito continental, mas com a manutenção da possibilidade de agir de forma independente no cenário mundial... A busca por estabelecer uma aproximação com os Estados Unidos, defendida com veemência por Rio Branco, foi um movimento essencialmente unilateral, pois não era visto com a mesma importância pela diplomacia de Washington [...] a aproximação e o consequente estreitamento dos laços entre Brasil e Estados Unidos foram elementos fundamentais da política externa desenvolvida por Rio Branco. O empenho

---

<sup>120</sup> Idem, pp. 261-272.

<sup>121</sup> O nível de aproximação diplomática entre Brasil e Estados Unidos e entre o Brasil e outros países pode ser demonstrada na reciprocidade dos status das representações diplomáticas. As da Grã-Bretanha, França e Itália só foram elevadas à categoria de embaixadas no entre guerras. As outras representações que possuíam status de embaixada nos Estados Unidos em 1905 eram Alemanha, Áustria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália, Rússia e México. Como dado adicional, os Estados Unidos consolidaram a posição de maiores vendedores para o Brasil ao término da Primeira Guerra Mundial. CERVO; BUENO, Op. Cit. pp. 198-201.

<sup>122</sup> Idem, pp. 199-202.

<sup>123</sup> BUENO, Op cit., p. 282.



para sua consolidação junto aos meios políticos e à opinião pública davam a dimensão dessa importância. Nesse sentido, buscou na diplomacia monárquica as bases para justificar a existência de uma linha de continuidade da política externa nacional, objetivando evitar sua identificação com os turbulentos anos iniciais do período republicano. Se consideramos o movimento da diplomacia brasileira no contexto regional, os resultados foram satisfatórios e o apoio norte-americano essencial. No cenário mundial, o alcance dessa aliança foi restrito, pois os interesses e a representatividade dos países eram diametralmente opostos. (SAIANI, pp. 242-243).

Outro episódio de intervenção norte-americana se deu durante conflitos após a renúncia de Deodoro. Uma sublevação no Rio Grande do Sul, com o apoio da Marinha de Guerra em setembro de 1893, levou o Almirante Custódio de Melo a liderar a revolta na capital do país. Salvador de Mendonça, ministro plenipotenciário nos Estados Unidos, após solicitar a venda de navios que rumavam ao porto do Rio de Janeiro, teve seu pedido ignorado pelo Comandante do *Newark*, Contra-Almirante Oscar Stanton, que não apenas deixou de visitar autoridades no Rio de Janeiro, como recebeu a bordo o Almirante Custódio de Melo. Diante do impasse de autoridades norte-americanas, ficou estabelecido que qualquer intervenção norte-americana se daria diante de uma atitude da Europa, como violação da Doutrina Monroe<sup>124</sup>.

Consideramos que uma das principais atuações norte-americanas se situava em conquistar espaços nas economias do subcontinente para escoar seus produtos e aumentar suas exportações. Com a ampliação do volume exportado ao Brasil já nos anos iniciais da República, os Estados Unidos se valeram de seu poderio militar para afastar a possibilidade de restauração do Império, por ocasião de manifestação imputada a Saldanha da Gama sobre o assunto. Uma força naval norte-americana se posicionou na Baía de Guanabara por ocasião dos rumores de uma da Revolta da Armada brasileira. Bandeira confirma que o governo de Washington considerou efetivamente intervir militarmente na questão. Para os norte-americanos, estava em questão os termos do Tratado de Comércio assinado em 1891, após mais de cinquenta anos de recusas por parte dos brasileiros.<sup>125</sup> Com o malogro da Revolta da Armada a intervenção não se efetivou, todavia todos os preparativos foram dispostos no tabuleiro. Bandeira ressalta que havia sido definido em Washington que em caso de tentativa de restauração da monarquia, o Marechal Floriano concluiria seu mandato, sendo imediatamente sucedido por um civil.

---

<sup>124</sup> BANDEIRA, Op cit., pp. 213-214.

<sup>125</sup> Idem, Op cit., p 214.

A Revolta da Armada ocorreu no ano (1893) em que o comércio do café sofreu violentas flutuações e o craque abalava a economia dos Estados Unidos. Aquele movimento, dentro das próprias circunstâncias nacionais que o gerou, refletiu, de certa forma, a inconformidade dos interesses europeus, particularmente ingleses, diante da ameaça americana. E assim, a ditadura de Floriano, que tinha todos os aspectos de um movimento contra o domínio da Inglaterra, consolidou a República. Mas esqueceu que o socorro externo 'é sempre na história o modo por que primeiro se projeta sobre um Estado independente a sombra do protetorado'. Os Estados Unidos, cada vez mais, influenciavam, decisivamente, as transformações do Brasil. (BANDEIRA, 2007, p. 217).

Ricupero atribuiu importância maior a rebelião ocorrida no Rio Grande do Sul, por ser uma área onde a doutrina positivista da ditadura republicana encontrou campo propício para maiores excessos. A Marinha por sua vez, foi um elemento de adesão em razão de sua posição de marginalidade em relação à Força Terrestre. O caso da revolta no sul do país teve a situação agravada pela participação da Armada. Ricupero acrescentou que num primeiro momento houve interferência de outros países que mantiveram seus navios na Baía de Guanabara a saber; Reino Unido, Estados Unidos, França, Portugal e Itália. Diante do iminente fracasso da Revolta da Armada, houve uma segunda intervenção com a saída dos primeiros navios, esta especificamente por parte dos Estados Unidos<sup>126</sup>. Em alinhamento de entendimentos, Carr considerou que o episódio foi um indício de que os Estados Unidos saberiam utilizar tanto a força das armas quanto a força de suas políticas, em alusão ao Corolário Roosevelt e seu *Big Stick*.

O aparecimento frequente da Esquadra americana em águas da América Latina [...] mostrou, além disso, que, se os dólares eram um substituto humanitário para as balas, eles poderiam e seriam apoiados pelas balas em caso de necessidade política (CARR, 2001, p.164).

Sobre a Armada Brasileira, Cervo e Bueno ressaltam que a menor importância concedida à Marinha de Guerra se deu pelo fato de esta apenas aderiu a República, diferentemente do Exército que foi o protagonista na instauração da nova forma de governo. Essa disparidade foi um fator que se desdobrou na questão da Revolta da Armada<sup>127</sup>. No entanto, sobre a intervenção norte-americana, podemos inferir que o entendimento dos atores políticos da época foi direcionado para outras áreas que não as de soberania e intervenção, pois

---

<sup>126</sup> RICUPERO, Op cit., pp. 263-266.

<sup>127</sup> CERVO; BUENO, Op cit., p. 182. Dentre os muitos elementos que se evidenciam da postura Argentina, os autores consideram que a *Pax Armada* europeia se tornou mais presente nas repúblicas sul-americanas. A Argentina estava envolta em questões limítrofes com o Chile e equipando sua Armada, mantendo a preocupação de que antigas desavenças com o Brasil pudessem ocasionar uma nova corrida armamentista que levasse a novos conflitos, o que explica sua posição de protesto ante o Programa de Reaparelhamento Naval Brasileiro.

Com referência especificamente às relações bilaterais com os Estados Unidos, basta reforçar que a instauração da República inaugurou uma nova fase marcada por ampla cordialidade e entendimento. Para os norte-americanos afigurou-se o ensejo de aumentar sua influência sobre o Brasil, até então ligado ao concerto europeu, mais exatamente à Grã-Bretanha, em razão dos interesses financeiros e comerciais. (CERVO; BUENO, 2002, p. 185).

A virada diplomática do Brasil em direção aos Estados Unidos foi uma das mais significativas na história brasileira, sendo implementada em cooperação militar a partir de 1922, considerando aqui que a presença naval estadunidense no Brasil cresceu a partir da Revolta da Armada em 1891, permanecendo até a década de 1950 em franca cooperação. São apontados como alimentos automáticos com os Estados Unidos o rápido reconhecimento do Panamá, a aprovação do Corolário Roosevelt, a intervenção em Cuba em 1906, a rejeição da Doutrina Drago e o silêncio diante das manobras norte-americanas na fronteira com o México em 1911.<sup>128</sup>

A aproximação do Brasil aos Estados Unidos, ou a “americanização” ocorrida no início da era republicana, foi a forma encontrada para romper com a tradição monárquica, sendo uma tendência paradoxalmente acompanhada de manifestações de nacionalismo. Uma forma exagerada desse nacionalismo se deu com a expropriação de companhias estrangeiras e a expulsão de capitais europeus. Esse rompimento carregava tanto o signo do desejado progresso da democracia de um Brasil industrial-agrícola, quanto o estado de espírito das classes em ascensão<sup>129</sup>. Nesse sentido, há muitas aproximações com o México do período, consideradas as influências do positivismo. Do lado brasileiro por exemplo, Benjamin Constant, na condição de Ministro da Guerra, foi defensor da Doutrina Monroe como norte para a política exterior brasileira, pelo lado mexicano, lembramos a atuação dos Científicos durante o Porfiriato<sup>130</sup>.

Por sua vez, aproximações comerciais com os Estados Unidos assinalaram uma resposta natural do Brasil às pressões europeias diante do rompimento com as políticas imperiais. Voltando ao ano de 1883, os Estados Unidos estabeleceram um contrato de reciprocidade com o México, propondo ao Brasil termos semelhantes somente em 1887. Os governos europeus esperavam que o Brasil declinasse da proposta americana. Mais à frente, após a Proclamação da República, na Conferência de Washington, o Brasil votou a favor de reciprocidade aduaneira entre os países

---

<sup>128</sup> Ofício de 21/01/1913, AHI 221/01/05; Correspondência Diplomática de 19/02/1912, sobre a Doutrina Monroe, AHI 234/01/13.

<sup>129</sup> BANDEIRA, Op cit., pp. 203-205.

<sup>130</sup> PALACIOS, Op cit., pp. 96-103.

americanos. Argentina e Chile votaram contra, diante do entendimento da manutenção das relações comerciais e econômicas com a Europa. No entanto, a assinatura desse acordo, em janeiro de 1891, se deu durante uma crise de poder no Brasil, quando Deodoro da Fonseca estava sem apoio político e popular. A dissolução do Congresso em novembro do mesmo ano foi denunciada nos Estados Unidos como uma ditadura. A rebelião do Rio Grande do Sul contagiou a capital do país e levou Deodoro à renúncia. As notícias preocuparam Washington, na figura do Secretário James Blaine, que instado por Salvador de Mendonça sobre uma possível tentativa de volta da monarquia, respondeu que os Estados Unidos agiriam como no México de Maximiliano, ou seja, acompanhando a república itinerante, não reconhecendo outro governo<sup>131</sup>.

### 2.3. Expectativas brasileiras frustradas de inserção política na cena internacional

Rio Branco buscou com a defesa do Pan-Americanismo e da política externa de aproximação aos Estados Unidos defender a harmonização entre os dois países, de forma a afastar antigas desconfianças entre os países latino-americanos e para, conseqüentemente, aproximá-los nos âmbitos político e econômico. Acerca das ambições em política externa do Brasil, justificou suas ações fazendo “referência à política de prestígio do Brasil no contexto internacional, na qual a aliança com os Estados Unidos seria fundamental, pois demonstraria ao mundo que a estabilidade interna e a projeção da política externa brasileiras estavam apoiadas pelo governo norte-americano”<sup>132</sup>.

Quando Rui Barbosa foi enviado como representante brasileiro na 2ª Conferência de Haia, em 1907, seguiu orientações de Rio Branco para seus discursos, debates e posicionamentos. A posição norte-americana foi a de relegar as intenções e discursos brasileiros à condição de subalternidade. Essa posição gerou muito desgaste a Rui Barbosa e o clímax do conflito se deu quando os Estados Unidos apresentaram como projeto a criação de uma Corte de Justiça para assuntos de arbitragem composta por dezessete juízes, sendo nove oriundos das oito grandes potências da época, acrescidos por um da Holanda (que sediou a conferência), à medida que os oito restantes comporiam oito grupos de nações, onde um desses grupos conteria dez repúblicas da América do Sul. Diante da indignação de Rui Barbosa, Rio Branco manifestou apoio e não aceitou

---

<sup>131</sup> BANDEIRA, Op cit., pp. 211-212.

<sup>132</sup> SAIANI, Op cit., p. 228.

nenhuma posição que não oferecesse igualdade entre os estados soberanos. Os desdobramentos desse imbróglgio fomentaram novos ânimos de antiamericanismo, tanto na imprensa, quanto no âmbito popular<sup>133</sup>.

A 2ª Conferência Internacional de Haia se revelou um marco de tensões, visto que o Brasil foi subjugado a um papel secundário. Esse episódio serviu para aproximar mais as representações diplomáticas de México e Brasil, por seu alinhamento na questão de buscar o mesmo tratamento a todas as nações<sup>134</sup>. Embora as orientações iniciais de Joaquim Nabuco a Rui Barbosa foram as de alinhamento aos Estados Unidos, a manifestação de apoio à Doutrina Drago e as divergências quanto à composição da futura Corte de Justiça levaram Rui Barbosa a divergir das orientações tanto de Nabuco, quanto de Rio Branco. Diante do firme posicionamento de Rui Barbosa ante a maneira a qual fora subjugado o Brasil, Rio Branco decidiu apoiar o posicionamento de Rui Barbosa<sup>135</sup>.

Os Estados Unidos reclamaram contra o Chile questões pecuniárias em novembro de 1909. O Chile, por meio de seu ministro no Rio de Janeiro procurou Rio Branco que, com conhecimento de que questão semelhante se dava a partir de um arrendamento de terras em Mato Grosso sob o mesmo tipo de protesto americano iniciou, juntamente com o representante da Argentina, gestões junto ao Departamento de Estado para que a controvérsia fosse resolvida sem que as ações não chegassem ao extremo de um “*ultimatum*”. Estavam aventadas nas intenções de Rio Branco, a possibilidade do rompimento de relações com os Estados Unidos, diante de sua atitude imperialista. Os Estados Unidos então recuaram, enviando o caso à arbitragem do Rei da Inglaterra, Eduardo VII. Dessa maneira, a tríplice aliança ABC, tomava a forma desejada por Rio Branco, enfrentando, de maneira conjunta, as questões internacionais que envolvessem qualquer um dos três países<sup>136</sup>

Ricupero ressaltou com relação a decepção brasileira em não alcançar reciprocidade nas relações comerciais internacionais, que há certo paralelo entre a decepção nas negociações com os Estados Unidos quando da proposta do tribunal de 17 juízes e os tratados comerciais efetuados com a Inglaterra em 1810. De certa maneira aguardava o Brasil que, tacitamente as outras partes dos

---

<sup>133</sup> BANDEIRA, Op cit., p.256.

<sup>134</sup> Diante da insatisfação de Huerta, em decorrência da demora do Brasil em reconhecer seu governo, Cardoso de Oliveira expediu Ofício ao MRE, reiterando colaborações e lembrando a simpatia mexicana ao Brasil durante a Conferência de Haia, em 1907. Ofício nº 19 de 27/08/1913, AHI 221/01/06.

<sup>135</sup> BANDEIRA, Op cit., pp. 256-257.

<sup>136</sup> Idem, pp. 261-262.

contratos reconhecessem a necessidade de serem colocadas assim em pé de igualdade as condições de negociação. Ricupero reitera que o acúmulo de decepções permanece desde a evolução histórica do Brasil até os dias atuais<sup>137</sup>.

Na 2ª Conferência de Haia, em 1907, a delegação brasileira votou contra a americana em quatro grandes questões que dividiram a Conferência, em sinal da falta de sintonia entre os objetivos de ambos países. Tais divergências revelaram a falta de apoio na aspiração brasileira pelo reconhecimento de uma posição de igualdade de destaque, algo negado não apenas pelos Estados Unidos, bem como pelas demais potências da época. Para Ricupero, os Estados Unidos "longe dos foros do pan-americanismo, comportou-se da mesma forma que as grandes potências da Europa". Diante dos fracassos desse encontro, a postura assumida pelo Brasil foi a de apoiar o princípio da estrita igualdade jurídica dos Estados, sustentada no Direito Internacional.

Esse episódio foi o dissipar das ilusões de que haveria igualdade da parte brasileira frente as grandes amizades internacionais, o que não se consubstanciou, de nenhuma maneira, em afastamento diplomático dos Estados Unidos ou afrouxamento dos laços mantidos até então. Isso explica em parte a crença de que o Direito Internacional em soluções jurídicas seria cada vez mais efetivo para soluções negociadas nas questões de fronteiras. Esse entendimento foi marca do pragmatismo e parte da cosmovisão de Barão do Rio Branco, considerando que aquele momento significou o ocaso do mundo da Belle Époque, da fase de paz inaugurada pelo Congresso de Viena e que estava acabando às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

No contexto estudado, as relações entre Brasil e México estavam sendo reconstruídas, visto que com Maximiliano houve o ressurgimento de antigos temores, mesmo pesando a favor do Brasil o fato de o reconhecimento do representante dos Habsburgo, muito em razão do parentesco com D. Pedro II ter sido meramente formal e protocolar<sup>138</sup>, permanecendo as relações esfriadas até 1890. Com o início da República, houve nova reaproximação, com o envio recíproco de ministros plenipotenciários. No entanto, com as decisões de Deodoro de dissolver o Congresso, sua percepção foi a de um ditador, ao ponto que os representantes mexicanos consideraram o episódio da Revolta da Armada um Golpe de Estado, a despeito da admiração que seu desfecho provocou em seus observadores políticos. Para a surpresa dos mexicanos, em especial de seu plenipotenciário no Cone Sul, Sánchez Azcona, positivista e científico que se familiarizava com o lema de "Ordem e Progresso",

---

<sup>137</sup> RICUPERO, Op cit., pp. 311-316.

<sup>138</sup> PALACIOS, Op, Cit., p. 65.

comum aos mexicanos, retratou como “um golpe transcrito com a maior calma”, a ponto de descobri-lo por meio da leitura do Diário Oficial.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> PALACIOS. Op cit., p. 67.

### 3. A DIPLOMACIA BRASILEIRA E A REVOLUÇÃO: NOVOS TEMPOS, NOVAS SOLUÇÕES?

Com a retomada das relações bilaterais entre Brasil e México, houve a reestruturação da representação diplomática na Cidade do México e o incremento da produção de documentos diplomáticos. Assim, a atuação dos atores diplomáticos ganhou maior relevância, pois até então, jamais existira período de estabilidade política no México, no entender das observações brasileiras. Com o desenvolver dos acontecimentos e com a Revolução de 1910, houve um processo de reestruturação do Estado Mexicano e suas instituições, corroboradas pela ascensão de uma nova classe dirigente, ocasionando mudanças significativas em matéria de política exterior.

O Porfiriato proporcionou um período de estabilidade política até então inédito no México, a saber, a “Paz Porfiriana”. No entanto, por meio de força e coação, os inimigos de Porfirio Díaz foram silenciados, seja por perseguição política, prisão ou assassinato. Apesar de seu longo exercício ditatorial e das perseguições aos inimigos políticos, recordamos aqui que não há registro na documentação examinada, tampouco na bibliografia pesquisada, sobre protestos, reclamações formais ou manifestações diplomáticas sobre questões de eventuais violações de direitos humanos ou violências praticadas por agentes de Estado do México. Salientamos que o Porfiriato significou um período de progresso tecnológico e material, mas sem desenvolvimento social consistente, o que fomentou a permanência de antigas insatisfações, notadamente na questão da posse da terra e das disparidades sociais.

Para a construção de um México pacificado, dois personagens foram fundamentais: Ignacio Mariscal, exercendo a função de Secretário das Relações Exteriores, terceiro cargo na sucessão presidencial e sendo acreditado nessa função no longo período entre 1880 e 1910 e o já mencionado Matías Romero, que desempenhou funções na Representação Mexicana em Washington, tendo se tornado Ministro com a elevação da categoria da Representação para Embaixada, no período de 1882 até seu falecimento, em 1898<sup>140</sup>.

Paralelo aos avanços diplomáticos entre Brasil e México e em consonância com as intenções econômicas de ambos países, foi estabelecida pelo governo norte-americano uma agenda

---

<sup>140</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 166.



econômica, por intermédio da atuação do Secretário de Estado James Blaine, no início da década de 1880.

Se puede afirmar que Blaine conceptualizó la ‘penetración pacífica’ hacia México, al proponer, entre otras cosas, la inversión de capitales, la construcción ferroviária y las reglas de comércio adecuadas. Empiezan así las primeras oleadas de una política de ‘americanización’ de la economía mexicana, lo que sin duda tendría relevância em términos de las nuevas relaciones diplomáticas entre los dos países. Como algunos autores han señalado, se trataba de una ‘penetración pacífica’, debida al entendimiento que imperaba em ambos lados de la frontera y que concordaba com el propósito de Díaz, de nuevo em el poder a partir de 1885, de aprovechar el capital extranjero para modernizar al país, pero protegiendo los intereses nacionales. (HERRERA; SANTA CRUZ, 2010 p. 170).

De fato, observamos que os Estados Unidos demonstraram preocupação ante a longevidade do ditador mexicano ao final da primeira década do século XX, em razão das implicações políticas que estavam potencializadas em uma eventual recondução ao poder. Lembramos que Porfirio Díaz foi retratado como a personificação do poder mexicano, que carecia de instituições fortes, tamanho centralismo aquele personagem carregava consigo. Esse personalismo de Díaz permitiu aos Estados Unidos interferirem em situações de foro interno, questões de política e alcançarem grande poder na conjuntura econômica. Epaminondas Leite Chermont, Encarregado de Negócios ao início da Revolução, enviou carta a Lauro Muller, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, descrevendo os comentários da imprensa mexicana e estrangeira, no sentido de que o espírito público estaria em alarde, frente a possibilidade de intervenção norte-americana, na medida em que aumentava o estado de anarquia nos estados do norte mexicano.<sup>141</sup> Tal conjuntura levou ao fortalecimento de dois sentimentos que se retroalimentaram em parte da sociedade mexicana: o desejo de um nacionalismo que reafirmasse valores mexicanos e do antiamericanismo, este último comum a parte da sociedade brasileira. Esses sentimentos se cristalizaram na insatisfação de uma nova classe média que não alcançou representatividade política durante o Porfiriato. Cabe ressaltar que as insatisfações e conflitos que levaram à Revolução Mexicana estão dentro de um contexto maior em que se inserem, demandas sociais, carência de participação pública e no caso concreto do México, a ausência de mobilidade social em uma sociedade desgastada por um governo ditatorial. Tais elementos potencializaram a irrupção de um conflito armado, ao mesmo tempo em que lideranças organizaram forças contra um ditador que persistiu em se manter no poder.

---

<sup>141</sup> PALACIOS, Op cit., p. 105. HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 171.

Em 1910 havia um único movimento de oposição política, liderado por Francisco Madero, que intentava criar o Partido Antirreelecionista, para dar fim às eleições rotineiramente fraudadas que reconduziam Porfírio Díaz a Presidência do México. Francisco I. Madero conseguiu aglutinar forças em torno de seus planos, no entanto, sua atuação se alinhou mais aos interesses de elite proprietária de terras, que não se sustentara politicamente no Porfiriato. Madero foi perseguido pelo regime de Díaz e organizou o Plano de San Luís Potosí, no norte do México. De lá, Madero congregou forças e deu seguimento a seu plano. A Diplomacia mexicana reivindicou ajuda junto à norte-americana, que por seu turno não levou a frente nenhuma ação concreta contra Madero. Houve uma breve desconfiança que, por razões das grandes inversões e interesses econômicos americanos no México, se de fato haveria interesse estadunidense em derrotar o regime ditatorial. Para corroborar esse ponto, os maderistas conseguiram muitas armas e adeptos para o início da Revolução, programada para o dia 20 de novembro de 1910<sup>142</sup>.

Havia um movimento anarquista de maior extensão que o de Madero, os magonistas, que utilizaram um importante periódico, o “*La Regeneración*” que influenciou a cena política por meio do Partido Liberal Mexicano. O ponto de desconfiança norte-americano residiu no ideal anarquista ser um potencial adversário de seus interesses econômicos no México.

Para compreender o termo revolução, visto que não há consenso sobre o caso mexicano, buscaremos demonstrar que as alterações do Edifício Social, conforme análise do estudo de Theda Skocpol (SKOCPOL, 1985) evidencia que houve de fato, uma revolução no México<sup>143</sup>. Nesse sentido, é importante questionar se as revoluções acontecem necessariamente conforme um determinado processo histórico, seguindo um sentido lógico em uma direção evolutiva, ou se as

---

<sup>142</sup> Para melhor entendimento, PRADO; PELLEGRINO, Op. Cit.

<sup>143</sup> Para a autora, os esforços dos líderes das revoluções vencedores foram direcionados para a reorganização dos estados, de forma a possibilitar que atividades políticas e instituições atendessem as demandas das sociedades revolucionárias. Dessa maneira, as revoluções francesa, russa e chinesa formam um padrão coerente para o entendimento de revolução social. Entretanto, Skocpol considerou que as similaridades e características individuais dessas revoluções diferem em parte daquelas revoluções idealizadas nos escritos e teorias mais disseminadas e estudadas. É importante salientar que a autora definiu que as revoluções não acontecem a partir das necessidades políticas do dia a dia, mas mormente por necessidades sociais das classes menos privilegiadas. Nesse sentido, as revoluções podem ser melhor compreendidas, quando estudadas as dinâmicas das classes sociais envolvidas e a estrutura do estado, bem como as inter-relações existentes entre os atores do processo revolucionário ao longo de certo período de tempo, observando-se paralelamente a forma como se desenvolvem as políticas nacionais e internacionais. Para melhor entendimento, SKOCPOL, Theda. *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

conjunturas e estruturas internas e externas dos Estados, e no caso concreto do México, sua instabilidade política, se demonstraram elementos determinantes desse devir revolucionário<sup>144</sup>.

Para enriquecermos o estudo do termo, ao se buscar um referencial para o que significa revolução em Marx, é necessário distinguir aquilo que Marx<sup>145</sup> escreveu de forma autoral, daquilo que são as contribuições de seguidores, de comentadores ou de detratores da corrente de pensamento que Marx iniciou. Há muitos “marxismos”; em Marx, em Lênin, em concatenações dos pressupostos destes e em outros mais.

Ao analisar Marx e Lênin, Edward Carr (2001) pontua que

Marx, um burguês por nascimento e educação, se acreditava livre para pensar e agir como um proletário, e via, como sua missão, a de persuadir outros, que presumia serem igualmente livres, a pensar e agir da mesma forma”. Lênin, que escreveu sobre a iminência de uma revolução mundial como uma “previsão científica”, admitiu, em outra parte, que “não existe situação alguma que não possua, em absoluto, nenhuma saída (CARR, 2001)<sup>146</sup>.

Entendemos que todas as contribuições desses autores são válidas no campo epistemológico, e por isso tais leituras são importantes, sendo compreendidas neste trabalho como parte essencial do constructo revolucionário, visto que essas contribuições organizaram e sistematizaram o conceito. Tais contribuições abrangem outras áreas de conhecimento que são essenciais para a consecução deste estudo, tais como economia, sociologia e filosofia. Acrescentam elementos de discussão e análise, facilitando a interdisciplinaridade desejada. Assim, considerando a contribuição desses autores, fundamentalmente nos esforços para tornar o homem consciente do problema para poder enfrentá-lo, entendemos que nenhum problema pode ser corretamente compreendido se seu estudo tiver por base apenas a análise de pressupostos teóricos, esquivando-

---

<sup>144</sup> Skocpol situa seu interesse de pesquisa e escrita sobre revoluções a partir do incômodo pessoal que as explicações oriundas das teorias socio-científicas lhe traziam, considerado que seus modelos explicativos esquematizavam a forma como os protestos e as mudanças deveriam acontecer idealmente em sociedades liberais-democráticas ou capitalistas (p. 21). A explicação considerada pela autora até então sinalizaria que, iniciado e consolidado o movimento de protesto, tal sociedade se condicionaria de maneira natural à revolução. Partindo desse ponto, as teorias não-marxistas simplificariam sobremaneira o processo, tornando-os como variantes particularmente radicais e ideológicas do movimento típico das reformas sociais, ao ponto que as teorias marxistas sinalizariam que, grosso modo, os movimentos iniciais de protesto seriam ações de classes lideradas pela burguesia ou pelo proletariado (p.25). Skocpol concluiu então que ambas as abordagens não se detiveram a pesquisar e explorar com atenção as conjunturas antecedentes desses conflitos, e a partir do estabelecimento de um quadro esquemático surgido de seu estudo das historiografias das revoluções francesa, russa e chinesa, foi possível fazer o cotejamento de informações com movimentos revolucionários ocorridos em outros países, e a partir desses dados levantados, a autora utilizou o método comparativo para desenvolver uma abordagem teórica alternativa do processo revolucionário

<sup>145</sup> MARX, Karl. *O capital: edição condensada*. trad. de Albano de Moraes, São Paulo: Edipro, 2019.

<sup>146</sup> CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais*. Ed. Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001. p. 122.

nos de atentar para a realidade concreta dos fatos e suas causalidades. No entanto, a análise realística não deve ser pautada somente ou principalmente pelo aspecto crítico, sob o risco de parecer tendencioso no sentido de demonstrar a inevitabilidade, em sentido teleológico.

Trazendo a discussão conceitual para considerações do pensamento latino-americano, Maria de Fátima Silva Gouvêa em seu artigo “Revolução e Independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola”, afirma que o termo revolução era utilizado comumente para explicar guerras de independência, mas à medida que novos estudos surgiram, necessitou ser modificado para possibilitar novos rumos de entendimento e ir para além do caráter da ruptura institucional com o mundo colonial hispano-americano<sup>147</sup>. Nesse sentido, tratar a Revolução Mexicana por outro termo seria equiparar esse evento importante a algo muito particular, restringindo o relato histórico aos eventos de natureza mais local, tomados e analisados a partir de um ponto de vista "nacional". Para a autora, é fundamental trabalhar o conceito de revolução problematizado, considerando relações e conexões com as transformações globais que advém desse fato histórico.

A autora considera que a diferenciação observada entre a Revolução Americana e os movimentos de independência da América espanhola, residem no fracionamento político verificado e no papel que as classes populares ocuparam nos novos arranjos políticos. Os grupos sociais representados nos altos escalões da hierarquia do poder permaneceram inalterados nos processos de independência dos países da América Latina, o que não aconteceu, no caso norte-americano. Essa manutenção de posição explica certos elementos inalterados com relação ao antigo vínculo colonial que unia a América espanhola à antiga metrópole<sup>148</sup>.

Seguindo a análise do conceito no âmbito latino-americano, Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino consideram a Revolução Mexicana o primeiro grande acontecimento do século XX no contexto latino-americano a merecer uma atenção especial, por ser a primeira grande revolução social do século, que consagrou a vitória do ideal liberal sobre o projeto conservador, disputa travada desde o processo de independência do México. Para o enriquecimento da discussão, apresentamos elementos pontuados no estudo das autoras, tais quais, a posse da terra, as demandas sociais de camponeses e os conflitos étnicos. A quantidade de abrangências da Revolução

---

<sup>147</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola*. Revista Estudos Históricos, v. 10, n. 20, 1997, p. 295.

<sup>148</sup> Idem, pp. 276-277.

Mexicana traz certa complexidade para sua explicação sucinta. Para as autoras, estudiosos como Aguillar Camín e Meyer<sup>149</sup> apontam que o caso mexicano se tratou de uma revolução burguesa que provocou a modernização do capitalismo no Porfiriato; a despeito de autores que buscaram explicar a revolução através de traços de socialismo e anarquismo, evidenciados na atuação dos revolucionários; e de autores que buscaram explicar a Revolução Mexicana como uma revolução não-completada a ser concretizada no futuro. Prado e Pellegrino buscaram não rotular a revolução como que se fosse possível delimitar um caminho único de entendimento, mas destacaram que as participações camponesas, bem como o elemento indígena, foram indicativas de que as questões de política interna foram centrais para o desencadear do movimento em 1910. Assim sendo, havia ao menos dois grupos de interesses: um que defendia a posse de terras, representado nos coletivos liderados por Villa e Zapata e outro cujo interesse era o de modernizar o estado, em um olhar nacionalista anticlerical, representado por líderes como Carranza e Obregón.

As circunstâncias, condições e contextos afetam a maneira como percebemos os fatos. As análises advindas dessas percepções devem ser estudadas com o máximo rigor possível, consideradas essas variantes de percepção e principalmente, o que as fontes nos permitem inferir. Ainda que agentes políticos e diplomáticos estejam sujeitos à autoridade formal, o exame da bibliografia e das fontes nos permitem depreender que os movimentos no tabuleiro das ações se sucederam conforme possibilidades políticas, indiferentes a um modelo pré-ajustado. Assim, fenômenos nacionais como a Revolução Mexicana alcançaram proporções internacionais e se conectaram com políticas nacionais de países com os quais o México desenvolveu relações bilaterais, possibilitando a observação dos agentes diplomáticos envolvidos. Nesse jogo de forças e interesses que caracterizaram as relações bilaterais, as decisões políticas afetaram economia, sociedade e outras áreas de interesse público, ou seja, reiteraram a relevância do estudo e a compreensão da ação diplomática sobre o objeto estudado.

Os pressupostos do realismo para a compreensão da vida política parecem os mais apropriados para a consecução dessa compreensão. Carr se vale desses pressupostos para a percepção dos fenômenos políticos. Em “Vinte Anos de Crise”, o autor busca superar os conflitos da limitação humana em compreender e separar o que é ideal daquilo que é real, separando em

---

<sup>149</sup> Segundo as autoras, Aguillar Camín e Meyer consideram que a derrota de Villa e Zapata significou a derrota dos camponeses como um todo na Revolução, sendo ato contínuo o estabelecimento de uma nova hegemonia nacional que se perpetuou nos anos seguintes. PRADO; PELLEGRINO, Op cit., p. 109.

campos de análise distintas a expectativa e a realidade. Para o autor, “o realismo é o corretivo necessário da exuberância, assim como em outros períodos a utopia foi invocada para contra-atacar a esterilidade do realismo”<sup>150</sup>. Nesse sentido “todo pensamento sadio, deve estabelecer um equilíbrio entre utopia e realidade, entre livre arbítrio e determinismo”<sup>151</sup>. Como crítica às limitações do realismo em sentido estrito, o autor revela que o realismo, embora preponderante em termos lógicos, não nos dá as fontes de ação que são necessárias para o prosseguimento do pensamento<sup>152</sup>.

Considerando as vantagens da análise multidisciplinar, Carr comenta que “Marx estava basicamente certo quando insistia na crescente importância do papel das forças econômicas na política” e que “as forças econômicas são de fato, forças políticas<sup>153</sup>”. Nesse sentido, concordamos com o autor, sugerindo que esse entendimento se transporta para a análise das conjunturas pelos agentes formuladores de política exterior.

Na conjuntura mexicana, os revoltosos transitaram com grande mobilidade pelo norte do México, notadamente para comprar armas com comerciantes americanos na região de fronteira. Diante da insatisfação da diplomacia mexicana frente a ausência de ações dos norte-americanos, os Estados Unidos enviaram um terço de seu exército para a fronteira. O governo de Porfírio Díaz por sua vez acreditou no potencial de uma invasão territorial. Houve tratativas no campo econômico em andamento com a Grã-Bretanha para a atração de inversões de capitais nas áreas de petróleo e comunicações ferroviárias. Em outra esfera de atuação, na região de Tehuantepec, existia potencial para a construção de um canal interoceânico, que poderia rivalizar com o do Panamá, em adiantado estado de planejamento por parte dos Estados Unidos.

Os magonistas se sublevaram em combates em regiões mais afastadas das fronteiras. Os maderistas avançaram suas linhas e Porfírio Díaz passou a combater em várias frentes. Com a tomada de Ciudad Juárez, Porfírio Díaz anunciou sua renúncia, deixando Francisco Leon de la Barra responsável por organizar novas eleições. Com isso, Madero reuniu a maior parte das intenções de voto e foi eleito em uma nova eleição sem maiores dificuldades.

---

<sup>150</sup> CARR, Op. Cit. p. 14.

<sup>151</sup> Idem., p. 18.

<sup>152</sup> Idem., p. 117.

<sup>153</sup> Idem., p. 153.

A derrota de Porfírio Díaz não se deu por um motivo específico. A confluência de fatores internos e externos e as forças concorrentes de magonistas e maderistas foram determinantes para o sucesso da Revolução. Interesses diversos como a posse da terra, a vontade de maior representatividade na cena política e a insatisfação com a carestia, aliadas a diversas lutas políticas regionais forjaram as engrenagens que impulsionaram os acontecimentos que se sucederam a partir do plano de San Luís Potosí. As insatisfações, forças e movimentos que se aglutinaram, mesmo que não estivessem alinhados em questões secundárias, possuíam Díaz como inimigo comum. Podemos afirmar a partir do exame dos dados levantados que a Revolução Mexicana se deu a partir da ação de forças regionais que lutaram contra o inimigo comum e que posteriormente lutaram entre si, não existindo integração posterior entre os vencedores.

Com a vitória nas eleições de 1911, Francisco Madero assumiu a presidência em novembro e os Estados Unidos logo reconheceram seu governo. Entretanto, uma série de problemas que se mostraram insolúveis reacenderam as tensões<sup>154</sup>. Contingentes irregulares se mantiveram insurretos contra o governo e Emiliano Zapata liderou um desses contingentes ao sul do país, reivindicando a posse comunal da terra para povos indígenas. Antigos proprietários de terra, que foram beneficiados durante o Porfiriato não aceitaram esse posicionamento dos insurgentes e os conflitos foram reiniciados. No norte do país, Paschoal Orozco, por outras razões, se levantou em armas contra Madero, seu antigo aliado, insatisfeito com o desenrolar dos acontecimentos que levaram seu antigo aliado ao poder. Madero usou o Exército regular para reprimir esses movimentos. Em pouco tempo, os Estados Unidos perceberam a incapacidade de Madero de administrar e solucionar as questões internas que foram ganhando maiores proporções. Madero aumentou a cobrança de impostos sobre a indústria petrolífera estrangeira, o que gerou reação das autoridades norte-americanas, por meio de seus agentes diplomáticos, que advertiram ao governo para corrigir a disparidade das cobranças. Essa abordagem conteve tons mais elevados que a boa prática diplomática sugeria. A partir desse momento, o Chefe de Legação no México, Henry Lane Wilson<sup>155</sup> passou a agir deliberadamente para a derrubada do presidente Madero. De maneira

---

<sup>154</sup> Ofício de 24/09/1912, AHI 221/01/05; Ofício de 30/01/1913, AHI 221/01/05.

<sup>155</sup> Henry Lane Wilson foi ministro plenipotenciário no México de 1910 a 1913. Manteve relações amistosas com Porfírio Díaz e foi mantido durante os primeiros anos da revolução. Teve sua atuação pautada por interferências em assuntos de política interna e gestões fora de sua área de atuação, muito em virtude de ocupar a posição de decano dos agentes diplomáticos acreditados no México. Foi removido do posto em julho de 1913.

velada, em outubro de 1912, apoiou Félix Díaz, Chefe Militar e sobrinho de Porfirio Díaz a se rebelar contra Madero. Sobre este evento, nos informam Herrera e Santa Cruz que

En tanto, empeñado em favorecer a los disidentes contra el gobierno de Madero, que eram quienes podrían restaurar el antiguo orden, el embajador Lane Wilson estuvo dispuesto a brindar um apoyo velado a la rebelión organizada por Félix Díaz em Vera Cruz, em octubre de 1912, para lo cual se contaba com la presencia de um acorazado de la marina estadounidense surto em el puerto. Sin embargo, la rebelión fracasó. (HERRERA; SANTA CRUZ, p. 193).

Félix Díaz e Bernardo Reyes foram presos. Entretanto, mesmo do cárcere mantiveram contatos que permitiram dar prosseguimento a seus intentos golpistas. A partir do momento em que restaurar o estado anterior de coisas e garantir os interesses estrangeiros no México se tornaram os objetivos desse golpe, Lane Wilson firmou com ambos um acordo de reconhecimento dos Estados Unidos a um governo provisório com a derrocada de Madero. O Presidente nomeado dos Estados Unidos, Woodrow Wilson anunciou que enviaria navios de guerra para águas mexicanas com a missão de resgatar cidadãos americanos e resguardar seus interesses. Na realidade, tal atitude demonstrava outras intenções do novo governo norte-americano. Lane Wilson, “em nome do corpo diplomático” e na posição de decano, pediu a renúncia de Madero, algo imediatamente rechaçado pelo Presidente mexicano.

Félix Díaz e Bernardo Reyes fugiram da prisão e organizaram a tomada do Palácio Nacional, que não era a Sede do Governo, mas que era parte de importante simbologia nacional. Após um violento ataque, Bernardo Reyes foi morto e assumiu a liderança do movimento golpista o general Victoriano Huerta. Em poucos dias conseguiram aprisionar Francisco Madero e de seu Vice, Pino Suárez, que renunciaram a seus cargos. A articulação de novos eventos levou ao assassinato de Madero e Pino Suárez, recebendo o nome de “La Decena Trágica”<sup>156</sup>, conduzindo Victoriano Huerta ao poder.

Sobre essa interferência da diplomacia norte-americana em questões internas do México, é importante pontuar que houve um acordo posterior entre Lane Wilson e Huerta para o

---

<sup>156</sup> O período conhecido como “La Decena Trágica” ocorre entre 9 e 19 de fevereiro de 1913. Woodrow Wilson assumiu a presidência dos Estados Unidos em 04 de março de 1913. Venustiano Carranza, governador de base maderista do estado de Saltillo, associado ao governador de Sonora, ambos estados do norte do México, denunciaram ao ainda Presidente William Taft os eventos sangrentos e as ações do embaixador Lane Wilson. Diante da gravidade do fato, Lane Wilson tentou desqualificar aquelas denúncias como sendo uma rebelião daqueles governadores. Em virtude do aumento das tensões, o governador Carranza se levantou em armas conclamando a uma restituição constitucional para o México, proclamando o Plano de Guadalupe em 26 de março de 1913. HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p.195. O Ofício de 30/01/1913 de Cardoso de Oliveira contém detalhado roteiro dos terríveis eventos, bem como algumas impressões do diplomata brasileiro. AHI 221/01/05.



reconhecimento deste como mandatário do México<sup>157</sup>. Todavia, o governo dos Estados Unidos estava em processo de transição. O Democrata Woodrow Wilson saiu vitorioso das eleições, derrotando o candidato à reeleição pelo Partido Republicano, William Taft e Theodore Roosevelt, que havia tentado um novo mandato por um novo partido - o Progressista, fundado por ele após ser rejeitado pelo Partido Republicano. A vitória de Wilson significaria um novo direcionamento em política interna e externa, obviamente com seus reflexos em política diplomática.

A partir de denúncias durante o período de transição para a administração de Woodrow Wilson, Henry Lane Wilson foi retirado de sua posição no México e removido para Washington. Com isso, Huerta não conseguiu o reconhecimento oficial dos Estados Unidos, orquestrado anteriormente com o Embaixador removido e condicionante daqueles eventos. Buscando afirmar a legitimidade de seu governo, enviou mensagem direcionada ao subcontinente, trazendo em seu conteúdo as indicações dos governos que deveriam ser respeitados e reconhecidos, de forma a manter a recíproca das relações diplomáticas.

Os violentos eventos da Dezena Trágica anteciparam à administração Wilson aquilo que seria apresentado como a sua forma de conduzir os interesses norte-americanos em questões internacionais. A imagem que Wilson buscou passar a partir desse instante foi a de que os Estados Unidos não usariam a força como instrumento para alcançarem seus interesses econômicos no México. Que se negariam a reconhecer um governo sem os mínimos requisitos das democracias liberais e que houvessem ascendido ao poder de forma violenta. Essa foi a forma encontrada para incluir em suas ações preceitos éticos, coadunados com a boa prática do Direito Internacional. Na prática, o objetivo foi o de instrumentalizar seu Destino Manifesto, Doutrina Monroe, Corolário Roosevelt e Big Stick, de forma a justificar sua possível ingerência futura sob a égide moralista de suas ações em política externa. No sentido de desconhecer ao governo de Victoriano Huerta, os países do subcontinente americano seguiram os Estados Unidos, que removeram seu Agente Diplomático, enviando em seu lugar um funcionário de hierarquia menor, um Comissariado Especial, em qualidade de Delegado Confidencial e Emissário de Paz, sem as prerrogativas e

---

<sup>157</sup> Este acordo entre Huerta e Lane Wilson também é referenciado como Pacto de Embaixada ou Ciudadela.

deveres de um embaixador. Por sua vez, diversos países da Europa seguiram o caminho inverso, seguidos do Japão<sup>158</sup>.

A partir do início da chamada fase armada da Revolução, observa-se a disputa de vários grupos por poder e representação. Pamplona e Doyle sugerem que a formação do nacionalismo mexicano se deu nas últimas décadas do XIX e início do XX em muito pela força da revolução. Um conceito importante nesse sentido é o conceito da mestiçagem, que é a negação ao conceito de raça que se refletirá na pouca importância do elemento indígena nesse momento, a despeito de políticas que pretensamente seriam colocadas em prática para reparação de direitos retirados dos indígenas. Os autores indicam que muito dessa negação do conceito se dá em função da pretensa superioridade norte-americana e de sua raça e o fato de os Estados Unidos considerarem os povos da América Latina "inferiores em termos raciais"<sup>159</sup>. Consideramos aqui a força do pensamento dos científicos para a formação do ideal mexicano anterior à Revolução e a identificação desse grupo de pensadores com uma elite ilustrada presente no Brasil

Os objetivos indígenas e camponeses não fizeram parte do primeiro interesse revolucionário, embora existisse o interesse de enriquecer a cultura indígena a partir da recuperação do próprio poder do Estado, visto que a construção de um indivíduo mexicano plural perpassava pela apropriação de elementos indígenas. Para a consecução desse objetivo, as demandas de terra dos camponeses e autoafirmação desses contingentes foram incorporadas ao projeto revolucionário. Uma nova classe dirigente surgida da revolução buscava a reforma agrária e justiça social, todavia negando a origem indígena da terra, em alusão à posse comunitária. As terras devolvidas pelos povos originários seriam colocadas à serviço do projeto revolucionário para servirem à integração de indígenas e camponeses, todavia sem comprometer o desenvolvimento do projeto econômico do país. Nas novas escolas construídas no campo os ensinamentos foram direcionados para a mestiçagem do povo, o que indiretamente levou à desindigenização<sup>160</sup>.

Em 1916 foi proposta uma obra que esboçava as diretrizes fundamentais para a prática de uma política indigenista que foi levada a cabo pelo governo revolucionário. Nessa política havia a admissão da pluralidade e diversidade cultural do povo indígena, assim como a inevitável

---

<sup>158</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p.197.

<sup>159</sup> PAMPLONA; DOYLE, Op cit., p. 411. Os autores ressaltam a importância de um nacionalismo cívico e o racial, elemento que juntos, constituíram os fundamentos ideológicos da nação mexicana em sua fase pós-revolução.

<sup>160</sup> BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo: Uma civilização negada*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

necessidade de fortalecer a uma sociedade mexicana homogênea, notadamente mestiça, formadora da verdadeira pátria do México. O índio incorporado perderia a sua unidade perderia a sua originalidade.

A despeito de todos os desprezos que o estado porfirista legou ao elemento indígena, no discurso o indígena compunha parte de uma narrativa que se reportava aos antepassados astecas, formadores que uma nação comparável a antiga Grécia. Essa comparação foi considerada para apontar que o estado da população indígena e sua fragilidade atual foram consequências da ação dos colonos espanhóis. A atuação dos científicos se projetou no sentido de implementar a narrativa de que a grandeza da nação estaria no caráter da mistura racial da sua população. É bem verdade que, apesar da observação do discurso favorável ao indígena como elemento constituinte da identidade mexicana por parte da elite porfirista, não houve de fato a adoção de práticas que viabilizassem valorizar o indígena. Parte dessa narrativa foi mantida no período pós-1910, visto que os próprios revolucionários passaram a enaltecer o conceito de mestiçagem, a saber, o cruzamento de linhagens europeias com as dos índios autóctones, sendo esse cruzamento um fator de viabilização de uma gravura e vigor extraordinários ao povo mexicano. Asseguram Pamplona e Doyle que a veneração a essa mestiçagem foi uma ideia que possibilitou ao México rejeitar o nacionalismo praticado nos Estados Unidos. Em sentido análogo, a “raça cósmica” intencionada por Vasconcelos compreenderia o hibridismo, a fusão do elemento indígena com todas as raças que habitavam o espaço do México. Europeus, estrangeiros nativos e crioulos formariam uma raça tão rica que a mistura de sangue dos povos possibilitaria a raça híbrida que realmente contemplaria um mundo inteiro dentro do território mexicano, uma raça cósmica e superior, tanto a híbridos quanto a puros<sup>161</sup>.

A reforma agrária intentada por Carranza veio como uma lei, muito limitada de 1915 que buscou iniciar uma reforma agrária que se revelou tímida, e anunciou a devolução de terras às comunidades, todavia granjeando a simpatia de camponeses e adeptos de Zapata, bem como cooptou os trabalhadores urbanos. Carranza se aproximou da Casa do Operário Mundial e buscou acordos no envio de 3.000 homens ao Exército Constitucionalista. No entanto, quando esses

---

<sup>161</sup> ASCENSO, João Gabriel da Silva. "A redenção cósmica do mestiço: inversão semântica do conceito de raça na Raza Cósmica de José Vasconcelos." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 26. 2013, pp. 294-315.

trabalhadores ameaçaram entrar em greve foram duramente reprimidos pelo Exército. Carranza chegou a decretar lei marcial e pena de morte para operários envolvidos no movimento<sup>162</sup>.

### 3.1. As observações dos atores diplomáticos brasileiros *in loco*: Soluções possíveis para problemas extremos

Os agentes diplomáticos produzem informações através de seus relatos, que são suas visões das conjunturas, que posteriormente são integradas ao aparato político dos governos a que servem. Para Palacios, os Estados Unidos exerceram papel fundamental nas dinâmicas relações internacionais entre Brasil e México. É possível afirmar que nessa construção histórica de relações internacionais, os norte-americanos exerceram o papel de vértice de um triângulo, interferindo de maneira muito importante nas últimas décadas do século XIX<sup>163</sup>. Uma explicação muito importante acerca da experiência do autor na busca de informações em arquivos, está na maior riqueza de documentação produzida no México ter sido confeccionada pela Representação Brasileira, diante de uma menor produção de documentação mexicana por parte da Legação mexicana no Brasil. Um bom exemplo é ausência de documentação mexicana produzida no Brasil entre os anos de 1913 a 1914, a despeito de farta documentação produzidos por seu congênere em território mexicano. Tal fato pode ser explicado em razão da retirada do agente diplomático mexicano no Brasil, por decorrência do não reconhecimento formal do regime de Victoriano Huerta. Uma outra importante contribuição do autor se situa na observação de que os agentes brasileiros tiveram maior interesse em mapear e construir o ideário sobre o México do que os agentes mexicanos nas mesmas ações com relação ao Brasil<sup>164</sup>.

Seguindo na análise dos dados levantados, observamos que no campo diplomático, o começo das tensões em 1910 significou um novo afastamento do México em relação ao Brasil. O Representante Diplomático do México no Brasil, que fora nomeado por Porfírio Díaz, representava também os interesses mexicanos frente aos governos do Uruguai e Paraguai. Naquele momento havia a intenção de Argentina e Chile elevarem suas legações em Washington e no Rio de Janeiro

---

<sup>162</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op. Cit.

<sup>163</sup> PALACIOS, Op. Cit.

<sup>164</sup> Ofício de 30/01/1913, AHI 221/01/05; Ofício de 11/03/1913, AHI 221/01/05; Ofício de 17/05/1913, AHI 221/01/06; Ofício nº 17 de 26/08/1913, AHI 221/01/06.

ao nível de embaixadas, ação que o Brasil apoiava. O representante mexicano, entendendo ser um movimento que visava fortalecer a aliança ABC, aguardava a adesão do Presidente mexicano para essa iniciativa, visto que o México estava buscando fortalecer sua projeção internacional para o caso de conflitos internacionais que afetassem o seu espaço nacional e seus interesses.

Epaminondas Leite Chermont, demonstrou simpatia por políticas e práticas do Porfiriato, muito em função da "ordem e progresso", venerados por ambos os governos. As primeiras comunicações diplomáticas do período da Revolução retratavam o comportamento "heroico" do Exército Federal frente aos "revoltosos", que posteriormente foram transformados em revolucionários, à medida que o movimento se fortalecia<sup>165</sup>.

Os Estados Unidos exerceram pressões junto à Grã-Bretanha frente ao manifestado reconhecimento do governo ditatorial de Huerta. Não era de interesse à Grã-Bretanha romper suas relações com os Estados Unidos e os dois países concordaram agir conjuntamente, caso os Estados Unidos fizessem um desembarque naval na região de Tampico. Por detrás desse acordo, houve o interesse dos Estados Unidos em diminuir a presença e influência britânica na região onde se encontrava a parte mais importante da produção petrolífera, região que foi elevada à condição de estratégica para seus interesses econômicos<sup>166</sup>.

#### Sobre Vera Cruz

Woodrow Wilson era menos ingenuamente egoísta, porém mais profundamente confiante na identidade da política americana com a justiça universal. Depois do bombardeio de Vera Cruz, em 1914, ele assegurou ao mundo que 'os Estados Unidos atacaram o México para servirem à humanidade. (CARR, 2001, p.103).

O poder, que é um elemento de toda a ação política, é uno e indivisível. Utiliza armas econômicas e armas militares para os mesmos fins. Aquele que é forte, tenderá a preferir a arma menor e mais "civilizada", porque esta, geralmente, será suficiente para a realização de seus propósitos e enquanto ela for suficiente, ele não será tentado a recorrer à arma militar, mais destruidora. Mas o poder econômico não pode ser isolado do poder militar, nem o militar do econômico. Ambas são partes integrantes do poder político; e, em longo prazo, um não pode sobreviver sem o outro (CARR, 2001, p.171).

Logo ao início de sua administração, Woodrow Wilson viu que diante das emergências do conflito europeu, a diplomacia internacional estava em transformação. Em um período relativamente curto, a geopolítica mundial estava sendo redimensionada e os Estados Unidos estavam se afirmando como potência mundial, deslocando para si o polo hegemônico que antes

---

<sup>165</sup> PALACIOS, Op cit., pp. 100-104.

<sup>166</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 197.

estava sob a Grã-Bretanha<sup>167</sup>. Entretanto, Herrera e Santa Cruz esclarecem que a intervenção em Vera Cruz teve origem nas próprias perspectivas e interesses políticos dos Estados Unidos. Cabe ressaltar que a presença norte-americana em Vera Cruz fustigou na população mexicana antigas rusgas e floresceu novas antipatias pelo “*vecino del norte*”, reafirmando um nacionalismo que considerava a presença física dos estadunidenses como uma continuidade indesejada da grande presença econômica que exerciam naqueles dias.

Mesmo com a resistência a seu governo, Huerta se negou a abandonar o poder, dissolvendo o Congresso, perseguindo seus inimigos políticos e anulando as eleições de 1911, fixando novas eleições para 1914. Com Huerta ocupando a presidência do México, muitos movimentos revolucionários e sociais convulsionaram o país. Esses movimentos buscaram seus interesses, quais sejam, a restauração da ordem constitucional, a retomada dos objetivos da revolução, diante do malogro do governo de Madero. Todos esses movimentos lutavam por suas causas e lutavam também entre si, e cada qual buscava, à sua maneira, demonstrar aquilo que considerava o mais adequado para formar um novo governo nacional<sup>168</sup>.

Diante das fracassadas tentativas de levar Huerta ao convencimento da transição para um governo legalmente eleito, Woodrow Wilson definiu junto ao Congresso Americano a chamada “Espera Vigilante” (*Watchful Waiting*) em dezembro de 1913. Na prática, se tratou de aguardar o momento oportuno para intervir militarmente no México. Venustiano Carranza, já personalizado na liderança de um movimento constitucionalista e em guerra contra Huerta, buscou sem sucesso, o apoio norte-americano, embora os Estados Unidos, que simpatizavam com a causa constitucionalista, apresentavam dúvidas sobre a inevitabilidade do triunfo dessa corrente<sup>169</sup>.

O início das tensões em Vera Cruz se deu em fevereiro de 1914. Os Estados Unidos possuíam conhecimento de que a ditadura de Huerta recebera armas da Alemanha e do Japão. Então abriram a fronteira comum para que o Exército Constitucionalista de Carranza passasse a comprar armas diretamente dos Estados Unidos. A intenção norte-americana foi fortalecer militarmente a Carranza ao mesmo tempo em que recebia seus emissários em Washington para divulgação das razões das

---

<sup>167</sup> Idem, p. 195.

<sup>168</sup> Ao lado de Huerta estavam banqueiros, grandes industriais e comerciantes, além do Exército Federal, dos hacendados e do Alto Clero. Do outro lado em disputa, trabalhadores de minas, oficinas, fábricas e camponeses apoiavam majoritariamente a Carranza, concentrando a maior representatividade do ideal revolucionário e o maior quantitativo de pessoas. Para os apoiadores de Carranza, a manutenção da ditadura de Huerta significava a restauração da antiga ordem porfirista. BARBOSA; LOPES, Op. Cit.

<sup>169</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 198.

causas constitucionalistas. As frentes de Carranza avançavam com Pancho Villa, Álvaro Obregón e com constitucionalistas na região petrolífera de Huasteca, onde navios de guerra norte-americanos guardaram posições, sob ordens de defesa dos poços de petróleo sob exploração dos Estados Unidos<sup>170</sup>.

Em abril, alguns marinheiros norte-americanos foram presos em Tampico por autoridades da ditadura de Huerta. O Presidente norte-americano reagiu imediatamente, enviando tropas a bombardear e ocupar militarmente o porto de Vera Cruz, o mais importante do México e o único por onde Huerta sustentava ligações com o exterior. A medida causou reações distintas. Para o grupo que apoiava Huerta, significou um alento, em mostras de apoio nacionalista, pois a ocupação norte-americana deixou clara a intenção intervencionista, a considerar que o incidente ocorrido com os marinheiros se deu em Tampico e não em Vera Cruz. Para as forças de Carranza, no entanto, foi um tenso episódio de ajustes e negociações, pois foi acordado que não haveria combates entre as forças de Carranza e os norte-americanos, visto que não encontraram motivos justificantes para e intervenção em seu país<sup>171</sup>.

A intervenção em Vera Cruz concedeu fôlego à ditadura de Huerta. Para buscar a via diplomática, Woodrow Wilson efetuou gestões com as representações diplomáticas de Argentina, Brasil e Chile. A situação se transformara em assunto de ordem internacional e entre os meses de abril a julho de 1913 ocorreram as Conferências de Niágara Falls, no Canadá, para tratativas que pacificassem essa questão. As premissas iniciais foram para que Huerta aceitasse o que os representantes negociassem nas Conferências. Carranza por seu turno, não aceitava a interferência de outros países e se manteve inflexível quanto à renúncia de Huerta. Convém mencionar que nesse instante, suas tropas estavam avançando em todas as frentes de combate.

As Conferências foram encerradas poucos dias antes da caída do regime de Huerta, sem consolidar acordos definitivos, todavia proporcionando certo amparo legal para Huerta encarregar da Chefia do Poder Executivo o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Carbajal, respeitando a linha sucessória legal. No entanto, Francisco Carbajal pediu a ajuda dos Estados Unidos no sentido de reordenar o estado de coisas anterior e assim obter seu reconhecimento. Carranza se

---

<sup>170</sup> Idem, p. 198.

<sup>171</sup> Idem, p. 219.

posicionou exigindo a rendição incondicional de Huerta e saída imediata das tropas norte-americanas de Vera Cruz, sem anteposição de condições<sup>172</sup>.

Cabe ressaltar que essa etapa da Revolução trouxe grandes desafios para se identificar o Estado de Direito ou a legalidade dos fatos, em razão da anarquia que se prefigura dos relatos historiográficos e documentais. O que se extrai dos relatos e das fontes demonstra que existiu um conglomerado de forças revolucionárias que defenderam projetos políticos distintos, mas que naquele momento concederam autoridade a Venustiano Carranza, alçado à condição de Primeiro Chefe Constitucionalista. No que concerne à posição diplomática norte-americana, diante do conflito que se agigantava no continente europeu, seus representantes passaram a fazer projeções da possível participação estadunidense na Europa e os desafios de reorganizar as relações com o vizinho México. Todavia, essa preocupação passou a ocupar uma posição secundária de planejamento e atuação<sup>173</sup>.

Venustiano Carranza, Chefe Militar que tivera parte no governo de Madero, organizou forças regulares com vistas a levar ao México um novo marco político e jurídico que concentrasse esforços e pacificasse as demandas das muitas facções que lutavam pelo poder. Desse esforço surgiria uma nova Constituição, na visão de Carranza. Com a saída de Huerta do poder, Carranza assumiu a Presidência com a tarefa de pacificar o país e fixar as bases para um novo Estado mexicano<sup>174</sup>.

Em 1916, os Estados Unidos perseguiram Pacho Villa em seu território e em território mexicano. A denominada Expedição Punitiva serviu como treinamento para as tropas norte-americanas que foram enviadas ao continente europeu<sup>175</sup>. Uma outra forma de intervenção se deu ao término da Primeira Guerra, quando insatisfeito com a atuação mexicana diante dos eventos do Telegrama Zimmermann, mesmo diante da negativa mexicana em se aliar aos Impérios Centrais e Japão, Woodrow Wilson vetou a participação do México na condição de membro efetivo na Liga das Nações<sup>176</sup>.

Acerca do intervencionismo ianque no México, Ricupero afirma que a ação intervencionista dos Estados Unidos foi obscurecida por meio da máscara ideológica contida no discurso e na

---

<sup>172</sup> Idem, p. 195.

<sup>173</sup> Idem, p. 200.

<sup>174</sup> Em nosso entendimento, a partir da leitura de Herrera e Santa Cruz, com a Constituição de 1917, questões sensíveis aos interesses dos Estados Unidos ganhariam fóruns para discussão e decisão como as questões sobre a nacionalização da exploração do petróleo e a questão agrária. HERRERA; SANTA CRUZ, Op. Cit.

<sup>175</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 200.

<sup>176</sup> Idem, p. 205.



política exterior, encobrindo objetivos egoístas e que esse comportamento sempre esteve presente na história dos Estados Unidos, fazendo da ação intervencionista traço frequente do comportamento diplomático<sup>177</sup>.

### 3.1.1. Domício da Gama e sua atuação em Washington

A atuação do Diplomata Domício da Gama em Washington foi fartamente documentada, em ofícios, telegramas e despachos, que sinalizam a intensa atividade deste agente naquele posto. A maior parte da documentação examinada versa sobre questões tais o truste do café, observações sobre a invasão norte-americana em Vera Cruz, incluindo a entrega dos arquivos da embaixada norte-americana a Cardoso de Oliveira, quando o agente brasileiro passou a representar os interesses norte-americanos no México, recebendo os agradecimentos dos estadunidenses em reconhecimento aos serviços prestados posteriormente, bem como documentos atinentes as tratativas sobre a aliança ABC, durante os anos de 1914 e 1915<sup>178</sup>.

Domício da Gama foi um crítico da ação dos torradores de café americanos, que organizados, pressionaram para que os custos de importação diminuíssem, sendo desaprovado por Lauro Muller, que assumiu o Ministério das Relações Exteriores após o falecimento de Rio Branco. Conforme nos informa Moniz Bandeira, diante do interesse norte-americano em conquistar o mercado brasileiro como instrumento de sua hegemonia, Domício da Gama buscou aproximação com os países sul-americanos, enquanto Lauro Muller se manteve subserviente ao governo de Washington. Com a questão do café se arrastando no Congresso dos Estados Unidos, Domício sustentou a posição de que os privilégios que o Brasil concedeu aos Estados Unidos não se traduziram em nenhuma contrapartida, visto que o café comprado sem impostos se tornou produto de grande demanda no comércio interno norte-americano, ao passo que os produtos que receberam taxas menores não foram direcionados exclusivamente ao Brasil, beneficiando outras potências<sup>179</sup>.

---

<sup>177</sup> RICUPERO, Op cit., p.

<sup>178</sup> Para um índice mais completo de expedientes exarados de Domício da Gama, sugerimos a leitura de VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *Domício da Gama em Washington: Ofícios expedidos por Domício da Gama, embaixador do Brasil em Washington, ao Ministério das Relações Exteriores (1911-1918)*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática: Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

<sup>179</sup> BANDEIRA, Op cit., pp. 270-272.

Para vencer a atitude combativa dos norte-americanos na questão comercial do café, Lauro Muller negociou diretamente com o Departamento de Estado norte-americano a solução para a questão do Truste do Café, alcançando sucesso. No contexto sul-americano, retomou os esforços na questão do Pacto ABC, realizando gestões nas negociações de Niágara Falls, entre maio e junho de 1914 e em maio de 1915<sup>180</sup>.

A gestão de Domício da Gama causou impressões de haver alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, embora fosse algo não declarado, notadamente nas gestões que objetivaram prolongar a estada de Huerta no poder. Isso se deveu, em parte, por uma proposta de mediação, originada do Plenipotenciário Brasileiro em Washington, de uma junta provisória para governar o México, composta por um constitucionalista, um Huertista, e dois elementos neutros, proposta classificada pelo autor como delírio de ingenuidade do plenipotenciário brasileiro<sup>181</sup>.

Com os incidentes de Vera Cruz, Domício da Gama entabulou um tratado pacifista com os Estados Unidos, para a resolução de eventuais conflitos futuros. Também são marcas de sua atuação nos Estados Unidos tratativas visando a expansão de estradas de ferro no Brasil por meio de empresas norte-americanas<sup>182</sup>.

### 3.1.2. Cardoso de Oliveira e as “missões” Mexicanas

A partir de agosto de 1912, José Manuel Cardoso de Oliveira assumiu os interesses brasileiros na condição de Ministro Plenipotenciário no México. A avaliação de Palacios sobre Cardoso de Oliveira leva em consideração a imediata simpatia demonstrada pelo regime de Victoriano Huerta à atuação do representante brasileiro. Para o autor, Cardoso de Oliveira demonstrou muitas habilidades em negociação e mediação, além da diplomacia convencional esperada dos representantes diplomáticos. Nesse sentido, Cardoso de Oliveira obteve destacada atuação no episódio da Dezena Trágica, intercedendo pela vida de Madero, acompanhado dos ministros de Alemanha, Chile, Cuba, Grã-Bretanha e Japão, recebendo de Huerta garantias de que nenhuma medida violenta seria tomada contra Madero. O autor afirma ainda que Cardoso de Oliveira

---

<sup>180</sup> Circular 49 de 04/11/1907. AHI 317/02/02. Relatório MRE 1914-1915, pp. 54-54;81-87

<sup>181</sup> PALACIOS, Op cit., p.

<sup>182</sup> Telegramas trocados nr. 67 de 05 de novembro; 95 de 06 de novembro e 68 de 07 de novembro de 1913. VINHOSA, Op. Cit.

manteve conversas reservadas com Henry Lane Wilson, Embaixador dos Estados Unidos no México, em que o representante norte-americano lhe deu garantias que os Estados Unidos reconheceriam o governo de Huerta.<sup>183</sup>

Cardoso de Oliveira buscou junto ao Itamaraty formas de antecipar o reconhecimento brasileiro do governo de Huerta. Particularmente, o representante brasileiro desfrutou naquele momento de privilegiada situação de respeito no México. Lauro Muller, sucessor de Rio Branco e Ministro das Relações Exteriores do Brasil, reenviou a petição de Cardoso de Oliveira a Domício da Gama, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, visto que o governo brasileiro não efetuaría o reconhecimento do regime de Huerta sem antes entrar em acordo com Chile, Argentina, Estados Unidos e outros países americanos, o que de fato, não se concretizou.

A demora dos Estados Unidos em reconhecerem o regime de Huerta levou o representante brasileiro a insistir nas gestões junto ao Itamaraty para que o Brasil não concordasse em nenhum alinhamento com os Estados Unidos, conforme Palacios relata. Em suas tentativas, Cardoso de Oliveira enumerou nações que haviam reconhecido a Huerta, tais quais, França, Alemanha, Áustria-Hungria e Japão. Em suas exposições, buscou demonstrar a temeridade em uma decisão demorada da parte do Brasil acarretar algum ressentimento surgido no lado mexicano. Cardoso de Oliveira defendeu que o movimento do Brasil se antecipando a um acordo comum de outras nações seria uma demonstração de uma posição verdadeiramente interamericana, em contraponto aos interesses materiais e vantagens que os Estados Unidos buscavam como condições para o reconhecimento de Huerta<sup>184</sup>.

A delicada situação de Cardoso de Oliveira no México se tornou a cada dia mais complexa. Sua atuação política em uma função diplomática, não possuía autorização, nem reconhecimentos formais, visto que o Brasil não havia reconhecido o governo de turno. Huerta por sua vez enfrentava resistência em alguns pontos do país, principalmente nas frentes abertas por Venustiano Carranza, Pancho Villa e Emiliano Zapata, com seus respectivos exércitos e forças. Por ocasião do aniversário da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1913, Cardoso de Oliveira concedeu uma recepção para 200 personalidades da vida política e diplomática mexicana. A recepção foi bem-sucedida, embora no dia seguinte o periódico *El País*, da capital mexicana, tenha estampado manchete informando que o governo brasileiro reconheceria ao General Huerta e que Cardoso de Oliveira

---

<sup>183</sup> PALACIOS, Op cit., pp. 112-132

<sup>184</sup> Idem. Circular 49 de 04/11/1907. AHI 317/02/02. Relatório MRE 1914-1915, pp. 54-54;81-87.

tinha autonomia da chancelaria brasileira para definir esse impasse, sendo esse reconhecimento, embora tardio, uma questão de solidariedade latino-americana. O artigo trouxe informações que indicavam que entendimentos se arquitetaram no Rio de Janeiro para a resolução do impasse diplomático. Tal matéria jornalística produziu ecos na cena política, a ponto de ser anunciada para o dia 16 de setembro, data de início das sessões do Congresso mexicano uma declaração do próprio Huerta, visando explicar a atitude do governo brasileiro<sup>185</sup>.

Cardoso de Oliveira atribuiu a essa notícia o caráter de "nota falsa", responsabilizando ao médico J. de Oliveira Botelho, residente a Cidade do México, antigo amigo e colaborador, a iniciativa equivocada de passar ao *El País* uma notícia falsa, por atitude de perseguição a ele. Palacios salienta que outro periódico, o *El Diálogo*, produziu matéria semelhante, baseado em declarações ambíguas de Cardoso de Oliveira sobre um eminente reconhecimento brasileiro, acrescentando que instruções do Itamaraty manifestavam o desejo de o Brasil reconhecer rapidamente o governo de Huerta<sup>186</sup>.

Em 16 de setembro, Huerta ao falar no Congresso Mexicano sobre o não reconhecimento de seu governo, isentou o Brasil nominalmente, tecendo comentários sobre outras nações que também encontravam dificuldades para estabelecer vínculos formais com o seu governo, atribuindo a essas dificuldades elementos de sangue, de língua e de costumes, sendo citados como vínculos que estavam sendo maculados, argumento que na visão de Cardoso de Oliveira, retirava o Brasil dessa lista de países<sup>187</sup>. Tal pronunciamento trouxe certo alívio para as pressões que Cardoso de Oliveira suportava. O autor afirma ainda que a imprensa mexicana, todavia, não se prendia a esses vínculos, acusando de forma direta o governo brasileiro de se subordinar aos Estados Unidos, a despeito de nota do Itamaraty, posterior a 16 de setembro afirmar que o governo brasileiro desejava atuar "cautelosa e oportunamente" na questão<sup>188</sup>. Em sentido contrário, Palacios demonstra que em 10 de setembro de 1913, o jornal *El País* noticiou que três repúblicas irmãs, grandes povos latinos,

---

<sup>185</sup> Ofício 25 de fevereiro de 1913. AHI 221/01/05.

<sup>186</sup> Ofício 09 de setembro de 1913 AHI 221/01/06.

<sup>187</sup> Huerta demonstrou intenções de retirar do México representantes diplomáticos de países que não reconhecessem o seu regime. A única exceção foi o representante brasileiro; Ofício de 13 de agosto de 1913. AHI 221/01/06.

<sup>188</sup> Ofício nr. 19 de 27 de agosto de 1913. AHI 221/01/06.

rompiam antigas tradições de sangue e cultura. Citando nominalmente Brasil, Argentina e Chile como formadores de entente vergonhosa com os Estados Unidos<sup>189</sup>.

A defesa de Cardoso de Oliveira naquele momento foi necessária em função das íntimas relações pessoais construídas com a família de Huerta e seus colaboradores. Nesse sentido, os problemas que Huerta enfrentava para legitimar seu governo dentro e fora do México levaram Cardoso de Oliveira a tratar a salvação do governo de Huerta como se fosse a salvação da própria nação mexicana. Embora tenha esse entendimento sobre o pensamento e ação de Cardoso de Oliveira, Palacios reitera que o Brasil foi uma peça importante no tabuleiro do jogo político norte-americano, para pressionar o México a atender suas demandas e interesses. Com a retirada de Lane Wilson da condição de embaixador norte-americano no México, Cardoso de Oliveira ficou como o único representante de um governo que não reconhecia a Huerta e seu regime. O diplomata reitera que não apenas o Brasil, mas também Argentina e Chile receberam instruções de seus respectivos Ministros de Relações Exteriores originadas no Departamento de Estado estadunidense para pressionarem Huerta. Outras orientações idênticas foram enviadas para vinte e uma nações que estavam representadas e acreditadas no México<sup>190</sup>.

Diante da pressão da opinião pública mexicana, que entendia que o Brasil estava subordinado diplomaticamente ao México, Cardoso de Oliveira passou a sustentar a tese de que o não reconhecimento se dava por conta da forma pela qual se deu a renúncia do presidente Madero, e sobre as investigações sobre sua morte não terem chegado a nenhuma conclusão.

O alinhamento tácito que a diplomacia brasileira manteve com os Estados Unidos durante esse período foi se esvaindo à medida que os norte-americanos impetraram ações mais incisivas em território mexicano, restando algum alinhamento essencialmente quando se trataram de assuntos de matéria de Relações Internacionais. Na prática, o Brasil apoiou o regime de Huerta, sem reconhecê-lo formalmente, e se negou a cooperar com as iniciativas norte-americanas que foram gestadas no intuito de convencer Huerta a abandonar de forma voluntária o governo. A situação dos representantes diplomáticos mexicanos nos países em que não houve o

---

<sup>189</sup> PALACIOS, Op. Cit.; Relato contido em Cadernos do CHDD, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano XIII, Número 25. – 2.ed rev. e ampl. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2015. Pp. 377;478.

<sup>190</sup> Ofício nr. 19 de 27 de agosto de 1913. AHI 221/01/06.

reconhecimento formal foi a de serem colocados de licença, a partir de instruções da Secretaria de Relações Exteriores, até que esses países fizessem o reconhecimento formal<sup>191</sup>.

O ressentimento de Huerta diante do não reconhecimento dos países do cone Sul foi determinante para sua resistência em aceitar uma possível mediação do ABC no conflito que se desdobrou diante da invasão dos Estados Unidos em Vera Cruz. Com a crise entre Estados Unidos e México, por ocasião da prisão dos marinheiros norte-americanos em Tampico, Cardoso de Oliveira aceitou representar os interesses norte-americanos, após tratativas entre o Itamaraty e o Departamento de Estado, em 27 de abril de 1913, um dia após a retirada do último representante da diplomacia estadunidense na Cidade do México<sup>192</sup>.

Imediatamente foram efetuadas negociações para que o pacto ABC fosse um instrumento da pacificação dos ânimos alterados entre México e Estados Unidos, tendo sido feita a assinatura do acordo em junho, em Niagara Falls. No entanto, efetivamente a retirada das tropas norte-americanas se deu ao final de novembro, em parte por conta de alguma sobrevida que o regime de Huerta angariou com parte de forças políticas e populares do México terem entendido as ações norte-americanas como intervencionistas em questões internas do México. Palacios afirma que as forças que alcançaram destaque durante as hostilidades de Vera Cruz e as tratativas de Niágara Falls foram, pelo lado mexicano, os constitucionalistas, liderados por Venustiano Carranza. O governo brasileiro exerceu o papel de porta-voz dos mediadores do ABC, por intermédio de Cardoso de Oliveira e de Domício da Gama<sup>193</sup>.

Durante o imbróglio em Vera Cruz, Huerta perdeu territórios em face do avanço dos exércitos do Sul, liderados por Zapata; do Norte, lideradas por Pancho Villa e de regiões centrais com o avanço do Exército Constitucionalista, liderado por Carranza. Embora os mediadores do ABC tivessem buscado interlocuções com Carranza e com Huerta, não deixaram de sofrer severas críticas sob o argumento da interferência em negócios internos do México. No entanto, a oposição a Huerta entendeu que a mediação do ABC foi uma força útil a ser instrumentalizada para minar o poder de Huerta. Para os mediadores, a renúncia de Huerta foi uma forma de negociar não apenas a paz interna no México, bem como a resolução do conflito em Vera Cruz. Para os opositoristas, foi a única saída viável, seguida da ascensão de um governo legítimo. Palacios afirma que a

---

<sup>191</sup> PALACIOS, Op. Cit.; Ofício nr. 19 de 27 de agosto de 1913. AHI 221/01/06.

<sup>192</sup> PALACIOS, Op. Cit.; Ofício 22 abr. 1914 AHI 221/01/07.

<sup>193</sup> PALACIOS, Op. Cit.; Circular 49 de 04/11/1907. AHI 317/02/02. Relatório MRE 1914-1915, pp. 54-54;81-87.

resistência de Carranza em admitir as interferências dos mediadores do ABC em negócios internos do México, levou os mediadores a concluírem que mediar o conflito entre Huerta e os Estados Unidos não necessariamente levaria a impedir que a Revolução Constitucionalista tendesse a sua marcha "inevitável"<sup>194</sup>.

Embora não seja consenso de que a gestão conjunta de Argentina, Brasil e Chile na questão da intervenção norte-americana em Vera Cruz em 1914 e as tratativas em Niágara Falls para a solução do conflito tenham logrado êxito, podemos afirmar que o afrouxamento das tensões que eventualmente conduziriam México e Estados Unidos a um conflito armado e, por conseguinte, a deflagração de uma Guerra que ocorreria paralelamente a um conflito europeu que já vinha ganhando proporções de Guerra Mundial, foi uma grande contribuição diplomática e política. Cabe aqui a análise contrafactual dos fatos para chegar a essa afirmação.

Huerta renunciou ao poder em 15 de julho de 1914, assumindo como Presidente provisório Francisco Carbajal, Secretário de Relações Exteriores, que houvera sido representante diplomático do Porfiriato nos países do Cone Sul. Cardoso de Oliveira permaneceu exercendo funções junto a esse governo provisório na defesa de interesses norte-americanos. Palacios afirma que as gestões exercidas por Cardoso de Oliveira não obtiveram êxitos, devido ao posicionamento incontestado de Carranza, que exigiu a formulação de um novo governo com novos representantes diplomáticos. O autor relata que em 13 de agosto de 1914, Cardoso de Oliveira enviou telegrama cifrado ao Rio de Janeiro antecipando que diante de uma impossível aliança ou entendimento entre Carranza e Carbajal, seria necessário encontrar uma fórmula intermediária, qual seja, a dissolução do governo. A fórmula foi levada a cabo, tendo Carbajal, à noite do dia 13 de agosto, deixado o governo nas mãos de Eduardo Iturbide, Governador do Distrito Federal e Chefe de Polícia, sendo novamente entregue, no outro dia pela manhã, às mãos de Carranza<sup>195</sup>.

Uma das primeiras ações tomadas por Carranza foi desacreditar as legações e representações diplomáticas que haviam reconhecido o regime de Huerta. Os representantes diplomáticos de Espanha, Alemanha, Guatemala, Rússia, Áustria, Bélgica, Itália, Japão e El Salvador foram destituídos de suas credenciais. Cardoso de Oliveira foi aceito como decano do corpo diplomático

---

<sup>194</sup> PALACIOS, Op. Cit.; Relato contido em Cadernos do CHDD, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano XIII, Número 25. – 2.ed rev. e ampl. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2015. pp. 478-479.

<sup>195</sup> PALACIOS, Op. Cit.; Ofício 32 17 ago. 1914 AHI 221/01/07.

no México, passando a exercer ações para pacificar a questão de Vera Cruz que ainda se arrastava, restando ainda a retirada das tropas norte-americanas do porto mexicano. Em outubro de 1914, o Itamaraty concedeu férias de seis meses em local de livre escolha de Cardoso de Oliveira, que por sua vez decidiu permanecer no México para administrar os interesses dos Estados Unidos<sup>196</sup>.

A partir da chegada de Carranza ao poder, foram buscadas tentativas de conciliar os interesses das forças e exércitos revolucionários que se alinharam para a retirada de Huerta. No entanto as tratativas não obtiveram sucesso, devido aos interesses não serem convertidos em objetivos concorrentes. Nesse tempo, Cardoso de Oliveira teve seu prestígio abalado e sua presença desgastada, em face da insatisfação que os Estados Unidos possuíam no México naquele momento. Entre janeiro e julho de 1915, conflitos entre as forças revolucionárias chegaram à Cidade do México, fazendo com que a capital fosse deslocada junto ao Exército Constitucionalista de Carranza para Vera Cruz. A Cidade do México foi ocupada por Zapatistas e Villistas, restando a Cardoso de Oliveira, mesmo desprestigiado, atuar como mediador diante dessas forças na Convenção de Aguascalientes. Para Palacios, aquela efervescência de eventos levou Cardoso de Oliveira a repensar sua posição de representante dos interesses norte-americanos<sup>197</sup>.

Em julho de 1915, houve uma nova tentativa de intervenção por parte dos Estados Unidos, que convocaram novamente os países do ABC, com o acréscimo de Bolívia, Guatemala e Uruguai. Essa tentativa de mediação, foi rechaçada por Carranza, que enviou carta em agosto de 1915 para Hermes da Fonseca, Presidente do Brasil. O teor da carta denunciava interesses norte-americanos em intervir em negócios internos, em clara violação da soberania mexicana. A carta declarava a posição de Domício da Gama subserviente aos interesses dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que trazia severas críticas à atuação de Cardoso de Oliveira, alinhado aos norte-americanos e classificado como “uma das pessoas que maiores males estava causando a República Mexicana”. Em resposta à essa carta, em 15 de outubro de 1913, Cardoso de Oliveira recebeu do Itamaraty autorização para fechar a Legação Brasileira e sair do país. A partir de então os interesses do Brasil junto ao México foram deixados sobre responsabilidade do Vice-Consul dos Estados Unidos no México, Wilhelm Matthiesen<sup>198</sup>.

---

<sup>196</sup> Relato contido em Cadernos do CHDD, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano XIII, Número 25. – 2. ed rev. e ampl., Brasília, DF, A Fundação, 2015. pp. 489-490.

<sup>197</sup> PALACIOS, Op cit., pp. 130-132.

<sup>198</sup> Idem, pp. 133-142.



A despeito dos esforços de Cardoso de Oliveira pelo reconhecimento do governo mexicano, Palacios assinala como fato irônico o reconhecimento ter acontecido efetivamente poucos dias após sua saída do México, visto que em 19 de outubro de 1915, os Estados Unidos reabriram a sua representação diplomática no México, reconhecendo formalmente o governo de Carranza, movimento seguido em cascata por todos os demais países cujos representantes diplomáticos haviam sido retirados, inclusive os mediadores do pacto ABC, com a exceção do Brasil. As relações diplomáticas foram efetivamente restabelecidas entre México e Brasil em setembro de 1916, com o reestabelecimento da Missão Mexicana na América do Sul, notadamente voltada para os países do Cone Sul, com Isidro Fabela à frente, antigo funcionário com passagem na representação anterior, reenviado na condição de Representante, demonstrando as intenções do México em evidenciar o nível de cortesia que se buscava naquela retomada das Relações Internacionais<sup>199</sup>.

A partir deste momento e até março de 1919 os contatos diplomáticos se tornaram rotineiros, com o destaque para as informações em matéria da crescente beligerância entre Brasil e Alemanha, notadamente em face dos ataques de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros. A intensa campanha da imprensa brasileira contra a Alemanha foi notificada pelos agentes diplomáticos mexicanos acreditados no Brasil. No mesmo período as notícias sobre os decretos de Carranza aumentando impostos sobre produtos petrolíferos geraram acompanhamento da imprensa brasileira, que noticiou como favorecimento mexicano à Alemanha, na busca de vantagens financeiras por meio dos bancos alemães. Outra observação foi o esforço alemão em se aproximar do México, acompanhado pela diplomacia mexicana como parte de uma intriga em procurar provocar agitação mexicana sobre a questão do petróleo<sup>200</sup>.

### 3.2. A revolução institucionalizada e a preparação de uma base legal para a atuação de uma nova classe dirigente

Com o reconhecimento de Carranza como Primeiro Chefe Constitucionalista, foi celebrada uma Magna Convenção para convergir todas as forças revolucionárias e estabelecer um projeto de reconstituição do Estado Mexicano. Essa convenção ocorreu em Aguascalientes e as facções revolucionárias assumiram o papel de partidos políticos. No entanto, as forças de Pancho Villa

---

<sup>199</sup> Idem, pp. 136-138.

<sup>200</sup> Idem, pp. 138-140.

detinham o controle de Aguascalientes e contavam com o apoio do exército de Emiliano Zapata. O reconhecimento de Carranza como Chefe Constitucionalista não consistiu no exercício de uma autoridade total diante das demais correntes de pensamento e ações revolucionárias. Podemos inferir que a partir desse reconhecimento aumentaram as discussões sobre questões da posse da terra e impostos, sendo a Convenção uma oportunidade para ajustar o rumo da Revolução. Os Estados Unidos mantiveram seus observadores atentos ao desenvolver dos trabalhos da Convenção para terem elementos que definissem para qual corrente seu apoio tenderia a ser direcionado. O próprio presidente Woodrow Wilson manifestou preferência por Francisco Villa, por acreditar que sua força política e militar possuía maiores condições de garantir a ordem no México, sem esquecer a atitude a favor dos Estados Unidos nos acontecimentos de Chihuahua<sup>201</sup>, quando se aliou a mineiros estadunidenses. Apesar dessa visão de Wilson, Villa sinalizou que não possuía interesse em ocupar a presidência do México. Houve o conhecido episódio em que Villa e Zapata entraram triunfalmente no Palácio Presidencial, sentaram-se na cadeira presidencial, tiraram fotos e foram embora, frustrando expectativas de que se tornariam, ele ou Zapata, presidentes do México.

O conflito entre as facções em Aguascalientes foi inevitável, a ponto de irromper combates entre elas. Álvaro Obregon derrotou a Villa em Bajío e Zapata se refugiou em seus territórios no sul. Woodrow Wilson declarou em junho de 1915 que, diante do quadro anárquico das coisas no México, estaria disposto a novamente intervir militarmente, reconhecendo posteriormente um governo que superasse aquela situação de crise. Carranza, ainda exercendo o poder de Primeiro Chefe Revolucionário, rechaçou a posição norte-americana, emitindo um manifesto em que reiterou seus objetivos de restauração da ordem e da paz mexicanas, bem como o objetivo de conceder garantias e indenizações aos estrangeiros até ter a vitória de seu governo e o controle sobre a maior parte do território mexicano, e que até a consecução deste intento, não convocaria eleições para a Presidência do México. Wilson insistiu por meios diplomáticos para intervir na situação e novamente convocou aos países do ABC, tendo o acréscimo da Bolívia, Guatemala e

---

<sup>201</sup> Com o triunfo de Carranza e reconhecimento de seu governo pelos Estados Unidos, Villa passou a considerar o país vizinho como inimigo. Em Chihuahua, em janeiro de 1916, chefiando a seu exército, assassinou trabalhadores de uma empresa norte-americana de mineração e em março invadiu o território dos Estados Unidos, onde perpetrou perseguições e assassinatos. Uma onda de indignação levou aos Estados Unidos cobrarem medidas do México e uma nova intervenção militar foi cogitada. No entanto, foi organizado um contingente militar que perseguiu a Villa e seu exército, em uma ação denominada Expedição Punitiva. A expedição exerceu buscas dentro do território mexicano até o início de 1917, sem conseguir capturar Villa, às vésperas da entrada norte-americana no conflito europeu, já denominado como Grande Guerra. Para maior detalhamento, HERRERA; SANTA CRUZ, Op. Cit.

Uruguai para mediar a situação de crise. De forma análoga a Vera Cruz, o que se observou de imediato foi um alento para forças que estavam em desvantagem, desta vez as forças de Villa e Zapata, quase derrotadas pelos constitucionalistas. Por sua vez, Carranza manteve sua posição de inflexibilidade não aceitando a mediação estrangeira e avançou com seu Exército Constitucionalista em busca do controle do território mexicano, o que conseguiu de fato. Diante da vitória de Carranza e com preocupações cada vez maiores com relação ao novo posicionamento da Alemanha na geopolítica do conflito europeu, os Estados Unidos finalmente reconheceram o governo de Carranza, em outubro de 1915, sendo seguido nesse sentido pelos países do ABC e aqueles que se juntaram após a convocação norte-americana. A Alemanha estava interessada na permanência dos conflitos no México, que por sua vez manteriam aos Estados Unidos em permanente estado de preocupação com seu vizinho<sup>202</sup>.

Carranza ao consolidar sua hegemonia na maior parte do território nacional, em meados de 1916, convocou uma Assembleia Constituinte, reunida em Querétaro. As questões a serem debatidas se chocaram com os interesses estrangeiros observados nas ações de seus representantes de turno. Para a Constituinte em curso, as regras de funcionamento da estrutura do país seriam modificadas, bem como a posse da terra e questões de exploração de recursos naturais. Esses temas foram trabalhados por meio de revisões nos artigos da nova Carta Magna, sob a postulação de Carranza<sup>203</sup>.

A nova Constituição foi o amálgama dos debates protagonizados por dois grupos principais: um grupo com ideias mais conservadoras, posicionados como aliados de Carranza; e outro grupo com ideias mais reformistas e inovadoras, lideradas pelo General Álvaro Obregón<sup>204</sup>. Este último foi o responsável pelas principais demandas revolucionárias da nova Carta Magna. Após a promulgação da Constituição, em fevereiro de 1917, novas eleições levaram Carranza à vitória, cumprindo seu mandato até 1920<sup>205</sup> e conservando a paz interna do país.

---

<sup>202</sup> HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit.,p. 202.

<sup>203</sup> Idem, p. 206.

<sup>204</sup> Idem, pp. 202-203.

<sup>205</sup> Podemos inferir que Zapata entendeu que a chegada de Madero ao poder se resumiu a uma simples mudança de pessoas no governo, e que a revolução não teve a troca de pessoas como meta. Palacios considera em sua análise as ações dos agentes diplomáticos, notadamente as gestões de Lane Wilson que culminaram no assassinato de Madero e Pino Suarez. O autor diferencia a organização levada a cabo por Zapata no Sul de Morelos com a reforma agrária proposta por Carranza. Afirma que Zapata buscou destruir o injusto monopólio da terra e construir um Estado Social que fosse garantidor da extensão de terra necessária à subsistência do homem e da família. Em seu entendimento, as propriedades dos latifundiários foram designadas para o povo, havendo abertura de escolas de técnicos, bem como fábricas de ferramentas e de bancos de crédito rural. Que houve em Morelos a organização da terra na forma comunal,

A Constituição foi a pedra fundamental na reconstrução do Estado e na organização de suas instituições. Por meio de um artigo, foi possível reverter a lógica da propriedade de terra. Esse artigo determinou que a nação mexicana fosse a única com direito a transmitir o domínio da terra a particulares para formação da propriedade privada, incluindo-se águas e reservas minerais em subsolo. É importante salientar que a matéria de propriedade e exploração de petróleo foi totalmente modificada com a Constituição. Havia desde 1915, maior taxação sobre a produção e extração de minerais, fato que gerou protestos dos Estados Unidos, sob a ameaça de ser essa política o prenúncio de uma atitude confiscatória do México. Essa tensão de forças levou o México a exercer pressões em nome de sua soberania para fazer frente aos interesses capitalistas das poderosas empresas estrangeiras, algo que se tornou prática em matéria de matéria sobre o petróleo. No entanto, na questão da reforma agrária, Carranza retirou terras que foram ocupadas por revolucionários a partir do irromper dos conflitos em 1910 e fez uma limitada cessão de terras para grupos em pequenas regiões, o que pareceu certa intenção de fazer distinções entre as classes proprietárias de terras e as subordinadas, a despeito da previsão constitucional ser mais ampla<sup>206</sup>.

A Constituição de 1917 foi o marco legal que permitiu a superação de um tipo de sistema político em que o Caudilho era o sustentáculo daquela sociedade. Os antigos caudilhos foram eliminados ou se adaptaram às novas estruturas de poder, diminuindo a força dos regionalismos na direção das políticas.

O período que se seguiu imediatamente a promulgação da Constituição foi o fim da fase armada da Revolução. Para o balanceamento das forças durante o processo constituinte, foram feitos arranjos nas eleições para a Assembleia Constituinte, de forma a possibilitar um maior número de deputados carrancistas. Essa maioria de deputados carrancistas se dividiu em subgrupos como conservadores e radicais ou reformistas<sup>207</sup>.

---

conforme definiram as comunidades, sendo possível também o fracionamento da terra, sendo os Chefes Militares submetidos à vontade das populações civis organizadas, e que a organização se deu de acordo com costume e uso de cada lugar, cabendo aos municípios o papel de unidades nucleares de governo, com autonomia para eleger suas autoridades, seus tribunais e suas polícias. A reforma agrária de Carranza, ao contrário, foi apropriada por seus aliados, que se apossaram das terras e dos benefícios concedidos em sua administração.

<sup>206</sup> Durante a presidência de Manuel González (1880-1884), entrou em vigor o “Código Minero”, que foi a base para a extensa política de outorgar concessões de minas de petróleo às inversões estrangeiras, a fim de gerar progresso ao México. Com a promulgação da Constituição em 5 de fevereiro de 1917 teve início a nacionalização do petróleo no México, em sentido amplo. HERRERA; SANTA CRUZ, Op cit., p. 208.

<sup>207</sup> PRADO; PELLEGRINO, Op cit.

Prado e Pellegrino viram um contraponto entre Carranza e Obregón, ao observar que este fora um anticrético assumido enquanto aquele defendeu a posições nacionalista e intentava um poder executivo forte.

A partir de 1917 a elite intelectual do país, os científicos, foi substituída por outros grupos que buscaram hegemonia. Frisamos que esse grupo de científicos sustentou o poder de Porfírio Díaz, e que suas ações se basearam em uma forma de política que já não possuía espaço político para atuação, dadas as novas estruturas de Poder que a nova Constituição estabeleceu. Uma nova classe dirigente, um novo grupo de pensadores revolucionários trabalhou para o fortalecimento e a valorização do projeto revolucionário, pensadores que se consolidariam na estrutura do Partido Revolucionário Mexicano.

### 3.3. A consolidação da política exterior mexicana e a pacificação da Revolução

A promulgação da Constituição de 1917 proporcionou o confronto de ideias em uma arena política, em substituição aos campos de batalha. Restabelecida a ordem legal naquela sociedade, foi possível o amadurecimento da ideia de um partido político como condutor da revolução em lugar de um personalíssimo Primeiro Chefe Revolucionário ou mesmo do Presidente Constitucional. Houve um período de transição, exercido por Chefes Máximos, ou o Maximato, sendo essa transição compreendida como o período suficiente para o fortalecimento das estruturas internas do Partido Mexicano Revolucionário precursor do Partido Revolucionário Mexicano que se tornou anos adiante no Partido Revolucionário Institucional.

Os períodos de mandato presidencial de seis anos contribuíram para que o Chefe do Poder Executivo exercesse as suas ações pautadas pelo aparato de uma instituição política, que foi o Partido Revolucionário. Nesse jogo de forças, o partido passou a ter grande influência e força nas ações desempenhadas ao longo do mandato presidencial.

O fortalecimento de uma estrutura central levou ao enfraquecimento das estruturas regionais dos caudilhistas locais. Líderes e exércitos que buscaram o domínio regional foram eliminados ou se submeteram ao comando central da Revolução. Outras estruturas que foram fortalecidas ou organizadas a partir do partido político foram os Sindicatos Centrais Dependentes e as Organizações de Campesinos. Salientamos que o Exército passou a ter representatividade limitada em questão de duração de sua atuação, pois foi logo extinta. Passou a existir maior representação

popular, com grande peso nas questões de voto e também um setor que passou a representar as aspirações do empresariado.

A Constituição Mexicana permanece como a segunda mais longeva do mundo, em se tratando de constituições de repúblicas, sendo a primeira a dos Estados Unidos e não enumerando as constituições monárquicas em vigor. A Constituição Mexicana foi redigida em dois meses após a convocação de seus Constituintes, que inicialmente buscaram reformar a Constituição de 1857, que fora inovadora em questões de garantias individuais, que por seu turno foram mantidas na Constituição de 1917. Foi a primeira constituição no mundo a estabelecer o Constitucionalismo Social, ou seja, a incorporação de Direitos Sociais ao próprio texto constitucional. Se a Constituição de 1857 foi avançada em matérias de direitos individuais, a de 1917 consagrou os chamados Direitos Sociais, traduzidos nos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade. Outras que reconheceram posteriormente esse tipo de direitos foram a Constituição Russa de 1918, todavia em outra forma e regime de governo (a Ditadura do Proletariado) e a Constituição da República de Weimar, na Alemanha em 1919. A Constituição Mexicana, diante do complexo quadro em que se encontrava o país, engrandeceu a geração de Constituintes que a elaborou. Houve ao menos cinco movimentos armados ao largo de todo território. Villistas no Norte, Zapatistas no Sul, Félix Díaz em Vera Cruz, Soberanistas em Guajanato, que haviam se separado da república e o movimento armado sustentado pelas companhias petrolíferas estrangeiras<sup>208</sup>.

Acrescente-se a isso a Expedição Punitiva de dez mil homens do Exército Americano à Francisco Villa, por seu ataque a Columbus e outras interferências norte-americanas em território mexicano, tal qual a citada Vera Cruz. O cenário mundial que se avizinhava era o de uma guerra europeia que se transformaria na Primeira Guerra Mundial, levando o México a ser disputado como um possível aliado tanto pela Alemanha quanto pelos Estados Unidos. Venustiano Carranza nesse entendimento, demonstrou possuir uma visão da reconstrução de um Estado, ao privilegiar o restabelecimento da ordem constitucional em detrimento de outras possibilidades.

Após a derrota do Exército Federal de Huerta em 1914, o Exército Constitucionalista sob a liderança de Carranza fez uma proposta para uma Convenção na cidade de Aguascalientes, em que

---

<sup>208</sup> Ofício de 01/12/1914 da Legação Brasileira versa sobre os esforços de Carranza durante a Convenção de Aguascalientes para a pacificação nacional. AHI 221/01/07.

o objetivo foi o de buscar a convergência de ideias que apontassem uma solução que viabilizasse a estabilidade política necessária para se governar a nação. Os grupos Zapatistas e Villistas se juntaram aos Constitucionalistas e grupos de representatividade menor. Com o surgimento de controvérsias e acaloramento das discussões, a Convenção foi dissolvida ao final de 1915. Carranza já havia tentado firmar a posição de unificar os caudilhos, buscando formar um Congresso Constituinte, cuja eleição de uma Assembleia foi convocada para 19 de setembro de 1916. As eleições foram celebradas em 22 de outubro do mesmo ano, sendo a posse dos Deputados eleitos em 1º de dezembro.

A Assembleia Constituinte se reuniu em Querétaro para o início dos trabalhos, com a presença de Carranza na abertura da primeira seção, ocasião em que anunciou as reformas que, a seu juízo, deveriam ser parte do novo documento. Carranza apontou que a divisão entre poderes deveria ser tripartite (Executivo, Legislativo e Judiciário), e que seria suprimida o cargo de Vice-presidente, para permitir dessa forma fortalecer a Presidência e proibir a reeleição, sendo esses pontos serem preceituados na nova Constituição.

Outras sinalizações de Carranza se materializaram em artigos que se tornaram consagrados no texto constitucional. Em matéria de educação, o artigo 3º trouxe os princípios da educação, quais sejam, laica e nacionalista. O artigo 130 determinou a separação entre Estado e Igreja. O artigo 27 assegurou a soberania nacional sobre todo o território, sendo a nação a dona das terras e das águas. O artigo 123 consagrou os direitos e demandas dos trabalhadores.

Logo que foi promulgada a Constituição em 1917, Carranza convocou novas eleições presidenciais, participando como candidato e sendo eleito Presidente Constitucional, deixando sua condição transitória de Primeiro Chefe Constitucionalista. Em sua administração como Presidente legalmente eleito, dois problemas fundamentais receberam maior atenção de suas ações: restabelecer a paz interna e reestruturar a economia nacional. Para alcançar este último objetivo, imediatamente, Carranza passou a sufocar as ações dos diversos grupos rebeldes que continuaram em luta em vários estados do país. Emiliano Zapata foi perseguido e assassinado em Morelos em 1919. Nesse mesmo ano, o General villista Felipe Angeles, outro líder rebelde foi preso, julgado e sentenciado a morte.

Apesar de sua gestão ter iniciado sob o princípio constitucional da não reeleição, Carranza tentou se reeleger. Seus antigos aliados Álvaro Obregón e Plutarco Elias Calles se rebelaram diante

de sua intenção e lançaram o Plano de Água Preta. Carranza fugiu, todavia foi perseguido e assassinado próximo ao povoado de Tlaxcalatongo em 21 de maio de 1920.

A Constituição de 1917 permitiu dar os passos necessários rumo à institucionalização e a organização de diferentes setores da sociedade que necessitavam de ajustes, após um conturbado período de insegurança jurídica, concedendo a base legal para as decisões de governo, sendo um marco de legalidade e respeito às tradições e costumes do povo do México.

Pelegrino e Prado nos demonstram que o texto final da constituição foi composto de uma perspectiva ao mesmo tempo nacionalista e anticlerical, consagrando em seu texto Direitos Sociais e Econômicos dos Trabalhadores, uma novidade à época, sendo esses avanços sociais resultados diretos dos esforços de 50 mil homens armados que ainda não haviam se subordinado ao Exército Constitucionalista de Carranza e que compuseram forças do ideal revolucionário<sup>209</sup>.

Outras inovações daquela constituição se consagraram em direitos trabalhistas tais como jornada de trabalho de 8 horas, descanso obrigatório aos domingos, direito de associação em sindicatos, organização de greves, limitação do trabalho feminino infantil e a necessidade de um salário mínimo que garantisse os itens mínimos de sobrevivência do trabalhador. Também em direitos sociais como a educação obrigatória e laica, esvaziando o poder que a igreja detinha nesse seguimento. O estabelecimento do artigo 27, conferindo ao país o pleno controle sobre as riquezas do subsolo, sob a primazia do interesse público, instrumentalizou expropriações de latifúndios e abriu a possibilidade da reforma agrária tão almejada.

Alguns novos termos foram cunhados ou ressignificados a partir da Constituição de 1917: um deles é *ejidatários*. O termo regido já existia desde o período colonial e se referia apenas uma parte dos pueblos que pertenciam as comunidades indígenas. A partir da constituição de 1917, um novo sentido foi acrescentado ao termo, colocando-o no centro da discussão sobre reforma agrária, passando o ejido a ser a propriedade da nação, cedida em usufruto perpétuo hereditário aos camponeses ejidatários. Esse processo de dotação de terras de pequenas dimensões onde não seria possível a compra ou a venda foi possível em virtude da expropriação de latifúndios e da distribuição de terras do Estado, feita entre 1934 e 1940, em proporções maiores que a observada nos anos iniciais da revolução.

---

<sup>209</sup> PRADO; PELLEGRINO, Op cit., p. 111.



A Doutrina Carranza surgiu no México em decorrência da resistência observada da visão que os capitalistas estrangeiros com inversões no México receberam aquele novo estado de coisas que a Constituição de 1917 outorgou, especialmente nos protestos dos Estados Unidos, concomitante às ações de Woodrow Wilson em implantar na Liga das Nações a Doutrina Monroe, sob o verniz de ter um lastro e legalidade para a consecução dos interesses norte-americanos, segundo o lema “A América para os americanos”. Estando o México reorganizando seu Estado e suas instituições, Carranza observara que aquela iniciativa traria ameaças ao projeto nacional mexicano. A Doutrina Carranza foi a tentativa de chamar à uma solidariedade latino-americana ante a hegemonia estadunidense, negando-lhes a preeminência sobre assuntos de interesse nacional no continente, ressaltando o princípio da não-intervenção e o controle dos recursos naturais próprios como assunto essencial para a plena independência dos países, bem como a busca por uma aliança entre os países de passado e língua comuns. Embora não alcançado adesão imediatamente, a doutrina foi elemento importante para a formação do nacionalismo mexicano, sendo trabalhada por sua diplomacia em momento posterior da história mexicana. Pode-se inferir que o governo Carranza fixou os pilares para a construção de um nacionalismo mexicano vinculado à sua revolução, sendo esse nacionalismo também um instrumento de defesa frente aos interesses internacionais<sup>210</sup>.

No pós-constituição, observou-se que o governo mexicano incluiu em seu programa educacional educação laica aos povos indígenas mais afastados da região central, ministrando aulas de grego, latim, leitura, higiene, patriotismo, história do esporte moderno e várias outras matérias de cunho integrador para as populações indígenas afastadas. Com o fortalecimento das instituições e novos entendimentos sobre propriedade de terras e recursos naturais, as estradas de ferro foram nacionalizadas em 1937 e as companhias de petróleo norte-americanas, inglesas e holandesas em 1938. O Estado Mexicano se aproveitou de um litígio entre os trabalhadores que reivindicavam maiores salários as companhias estrangeiras e a negativa das companhias em atender a essas exigências, pagando indenização aos estrangeiros em um prazo máximo de 10 anos<sup>211</sup>.

---

<sup>210</sup> PALACIOS, Op cit., p. 166.

<sup>211</sup> Prado e Pellegrino consideram que uma não intervenção norte-americana teve como fator preponderante o prenúncio da Primeira Guerra Mundial. PRADO; PELLEGRINO, Op cit., p. 114.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçando comparativos entre as revoluções, Skocpol (1986) encontrou similaridades nos processos francês e chinês, com as classes mais abastadas se levantando em luta contra seus respectivos monarcas. A diferença inicial para o processo mexicano se encontra no sentido de ser uma classe média em ascensão a se rebelar contra Porfírio Díaz. Especificamente sobre o caso mexicano, a autora afirma que a Revolução concedeu ao país a força política necessária para se tornar uma pós-colônia industrializada e o país da América Latina menos propenso a sofrer golpes militares a partir do momento da consolidação do processo revolucionário.

Leopoldo Collor na qualidade de agente enviado ao México entre 1957-1959, observou que os problemas do México se fundamentavam no passado. Ao analisar seus relatos diplomáticos, a historiadora Regina Crespo observou as diferenças entre as concepções de estado e nação na própria ideia de identidade do povo, o que em parte permite explicar o nacionalismo exacerbado na negação sobre aquilo que vem do estrangeiro e incrementando a afirmação de valores nacionais a partir dos movimentos de 1910, notadamente pelo histórico de sucessão de conflitos e perdas significativas de território. Para Collor, o que começou como um movimento de caráter nativista, foi se transformando em um sentimento anti-estrangeiro, à medida que a revolução se voltou para o passado, valorizando a tradição indígena e construindo uma nacionalidade autenticamente mexicana. No entanto, Collor identificou que o antigo indígena deveria ser incorporado ao elemento mestiço, maior representante da sociedade naquele momento histórico, por representar a síntese da multiplicidade étnica do país, sendo colocado como agente ativo da revolução. Collor reconheceu que a antiga ordem que governava no período do Porfiriato havia sido substituída por outra, e que o partido político passou a ter a precedência das ações e do pensamento<sup>212</sup>. Em matéria da posse de terra, cabe ressaltar que diante de um consenso mínimo, o modelo que saiu consagrado da revolução foi o modelo ejidal, que trouxe algum fôlego às aspirações das várias correntes revolucionárias, embora Barbosa e Lopes afirmem que alguns grupos revolucionários não possuíram muita clareza em relação ao objetivos ideológicos atinentes à questão agrária<sup>213</sup>.

---

<sup>212</sup> CRESPO, Regina. *Entusiasmo, temores, indiferença: o México na correspondência diplomática brasileira (1919-1959)*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 14, 2013, p. 43-61.

<sup>213</sup> O sistema ejidal consistia na posse da terra pelo Estado, mas de uso coletivo concedido às comunidades. Apesar desse sistema ter sido abolido na Constituição de 1917, voltou a ser reconhecido em 1934, durante o governo de Lázaro Cárdenas. Para o incentivo à produção agrícola, o governo financiava o maquinário e o que mais se demonstrasse necessário para a manutenção da terra. Outro ponto a salientar é que a política dos ejidos retardou o êxodo dos

Carr comentando sobre a legitimidade da rebelião em mudar uma situação de injustiça, comenta que

Todos concordarão, contudo, que guerra e rebelião são, por si mesmas, indesejáveis. O problema da "mudança pacífica" é, em política nacional, o de como efetuar as alterações necessárias e desejáveis sem revolução e, em política internacional, o de como efetuar tais alterações sem guerra (CARR, 2001, p. 268)

Existiram aproximações, tensões e afastamentos ao longo das relações entre Brasil e México. Existiram também similaridades nas conjunturas internas desses dois países no período pesquisado. A presença de grupos hegemônicos que influenciaram a economia e a política, definindo os rumos das políticas interna e externa é marca dessas similaridades. No entanto, ao enumerarmos as rebeliões e conflitos armados acontecidos no Brasil ao longo de seu processo histórico, podemos considerar que o Estado Brasileiro, independentemente de imperial ou republicano, foi eficaz em manter sua organização, malogrando ou sufocando conflitos. O México, ao contrário, teve a ordem institucional fraturada diversas vezes, resultando em um elevado número de deposições de presidentes e golpes de estado. Nesse sentido, o Brasil demonstrou maior estabilidade política e institucional, mesmo com a mudança para a forma de estado republicana.

À imagem do que aconteceu no México, o Brasil também sofreu com uma lista considerável de convulsões internas. Intervenção em Pernambuco, bombardeio na Bahia, invasão de Fortaleza por jagunços sobre as ordens de Floro Bartolomeu e a Guerra Santa do Contestado, podem ser citados como movimentos que trouxeram elementos para o Brasil daqueles dias buscar uma solução que possibilitasse simular algum tipo de paz interna.

O amálgama dos fatos e conjunturas demonstra a amplitude de fatos, que resultam em certa complexidade para compreendermos as oportunidades de aproximação entre México e Brasil ao longo do tempo, ainda que a documentação diplomática sinalize direções que por vezes pareçam demonstrar o contrário. Em parte, essas incompreensões se sustentaram por terem ambos os países entendimentos divergentes quanto a seus projetos internos e intenções de política externa. Em outro sentido, permaneceram ao longo do tempo desconfianças de caráter hegemônico que se

---

camponeses às cidades, durante o processo de industrialização observado na administração de Cárdenas. Isso se demonstrou benéfico à sociedade mexicana, ao mesmo tempo que fortaleceu a lealdade dos camponeses ao governo, visto que se tornaram beneficiados pela reforma agrária e aumentou a identificação do homem da terra com o tipo nacional ideal buscado por aquele estado revolucionário. (BARBOSA; LOPES, Op cit., p. 191)

demonstraram acentuadas nesses momentos de aproximação. Entretanto, do Império à República podemos observar direcionamentos em matéria de relações bilaterais a partir da capital brasileira aos agentes diplomáticos acreditados no México. Em cartas de apresentação ou em telegramas e informes, podemos sugerir que a atuação brasileira foi mediada pela análise das conjunturas históricas e políticas, *pari passu* às observações de interesses econômicos.

A Revolução Mexicana irrompeu em um momento importante da história do capitalismo mundial, muito próxima à mudança da hegemonia se deslocando da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, sendo influenciada pela Primeira Grande Guerra. Em números, Prado e Pellegrino ressaltam que 10 anos de conflitos deixaram saldo de quase um milhão de pessoas desaparecidas. Em uma população que em 1910 contava com 15.160.000 de habitantes, as mortes foram provocadas pelo somatório da revolução e doenças, como tifo, febre amarela e a gripe espanhola de 1918.<sup>214</sup>

Podemos inferir dos dados e informações mencionadas que a economia mexicana estava integrada à economia dos Estados Unidos. O volume de inversões, as exportações de matérias-primas, as importações de produtos manufaturados, as concessões na exploração de recursos minerais demonstraram que os interesses foram mútuos, a despeito da desigualdade de forças nas negociações. Desde os dias de Porfírio Díaz, as relações diplomáticas, as políticas e suas pertinências passaram pelas considerações sobre questões dessa integração econômica.

Grande parte das Revoluções se pretendeu única, genuína. É legítimo que se identifiquem assim, em um primeiro momento, todavia podemos inferir que as características que emolduraram a Revolução Mexicana a tornaram diferente das demais. A mítica própria de seus líderes e suas mobilizações, a diversidade populacional mexicana de índios, campesinos, pueblos, obreros e a forte religiosidade dão cores à Revolução Mexicana que lhe trazem independência, quando comparada com as revoluções mais próximas, em sentido temporal. Da Revolução Russa, posterior, não existiu a atração tácita dos movimentos socialista e comunista. Existiu o elemento diferenciador na figura das lideranças, que podemos sinalizar como fator determinante para o malogro da revolução iniciada anteriormente na Rússia, em 1905. Por sua vez no caso mexicano, o excesso de lideranças e disputas por poder prejudicou o devir revolucionário. Nesse sentido, Crespo salienta que com o fortalecimento do partido político oficial, urgiu a presença de um

---

<sup>214</sup> PRADO; PELLEGRINO. Op cit., p. 113.

nacionalismo coeso e definidor da própria “fé nacional” do México. Assim, foram hipertrofiados os elementos constituintes da identidade e da política mexicana, em oposição à desconfiança tácita de elementos advindos do estrangeiro, tirando a atração e o interesse pelo “comunismo estrangeiro”. Crespo aponta ainda que para os diplomatas brasileiros que antecederam Collor na missão do México, esse posicionamento foi denominado no espectro político como “esquerdismo mexicano<sup>215</sup>”, um “comunismo próprio, nacional”<sup>216</sup>. Para Carr existem padrões que se relacionam com a realidade existente, que não devem ser confundidos com princípios supostamente gerais que são tomados como padrão absoluto, tais quais “autodeterminação nacional” e “comércio livre”<sup>217</sup>, e que tais expressões são concretas de condições e interesses particulares. As teorias do bem público que, à luz da análise, provam ser um disfarce elegante para algum interesse particular, são tão comuns nas questões nacionais quanto nas internacionais<sup>218</sup>.

Até 1930, as sucessivas revisões e tarifas dos Estados Unidos foram quase invariavelmente no sentido da majoração e os economistas americanos, fiéis adeptos do *laissez-faire* em outros assuntos, quase sempre trataram as tarifas como legítimas e elogiáveis. Entretanto, a mudança de posição dos Estados Unidos, de potência devedora à credora, combinada com a inversão da política econômica britânica, alterou esse quadro e a redução das barreiras tarifárias passou a ser normalmente identificada, pelos porta-vozes americanos, com a causa da moralidade internacional (CARR, 2001, p. 99).

A expansão do mercado externo aparentemente foi a principal tarefa da diplomacia, por isso houve tamanho esforço em elevar o prestígio do Brasil no exterior, inclusive na intenção frustrada de participar na condição de membro efetivo do Conselho Executivo da Liga das Nações<sup>219</sup>.

Entre o início e o fim da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos quebraram o monopólio da Inglaterra sobre as comunicações telegráficas do Brasil, recebendo autorização para instalação de uma linha atlântica até o Brasil, fora da censura inglesa de sua linha anterior. Também quebraram o monopólio da Inglaterra e da França sobre as jazidas de ferro brasileiras e entraram

---

<sup>215</sup> CRESPO, Op. Cit.

<sup>216</sup> O nacionalismo mexicano não derivou para o socialismo, bem como não realizou seus objetivos de independência econômica e justiça social, por condições impostas em função da subordinação ao imperialismo, bem como por seu próprio desenvolvimento capitalista, em uma classificação de profunda contradição sistêmica. GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Trad. de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

<sup>217</sup> CARR, Op cit., p. 21.

<sup>218</sup> Idem, p. 99.

<sup>219</sup> Em 1923 o Brasil fez gestões junto ao México, para que este participasse na Liga das Nações, a despeito do não reconhecimento de seu governo revolucionário por parte dos aliados, somado ao não reconhecimento da Doutrina Monroe, cara aos ideais de Woodrow Wilson e em parte pela postura de neutralidade, devido às desavenças com os norte-americanos. Apesar de certo entusiasmo, a iniciativa brasileira não frutificou naquele momento. Diante da insistência brasileira em formar um bloco regional, o México mencionou os óbices que os Estados Unidos lhes oportunizaram, por ocasião das Conferências de Santiago. PALACIOS, Op cit., 175-176.

na seara das estradas de ferro, antes explorada por Bélgica, Inglaterra, Alemanha e França. Inversões também foram no entanto, efetivadas na indústria cinematográfica, em bancos comerciais e em empresas de aparelhos e materiais elétricos<sup>220</sup>. A penetração dos Estados Unidos no Brasil, diferente do que sucedeu no México, priorizou a substituição das posições europeias, principalmente das britânicas. A desproporcionalidade no volume de inversões e investimentos denotou essa tendência norte-americana. A Guerra de 1914-1919 foi determinante para que essa tendência de ocupação de posições se tornasse o padrão de atuação estadunidense no Brasil. Quando em 1917, o Brasil declinou de sua neutralidade, os Estados Unidos se aproveitaram para fazer o bloqueio que impediu a transferência de capitais alemães para o Brasil<sup>221</sup>.

Ricupero considera que o dinamismo do comércio exterior estadunidense tem a ver com a pressão da explosão demográfica, no sentido de abertura de comércios externos. No entanto, esse é o fator impulsionador e elemento central do pensamento americano de prosperidade, revelado em sua crença e na agressividade de suas políticas comerciais<sup>222</sup>.

No México, as maiores participações estrangeiras em exploração de petróleo estavam em mãos de companhias dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, no entanto, grande parte da produção se encontrava nas mãos de companhias mexicanas, o que pareceu à Alemanha envolta em guerra, uma oportunidade interessante de maior aproximação. Durante o período de luta entre Huerta e as forças de Carranza, a Alemanha provocou problemas na extensa zona de fronteira comum entre México e Estados Unidos, demonstrando interesse na permanência de Huerta. Com o triunfo de Carranza, a estratégia alemã passou a buscar algum movimento anti-norteamericano em Carranza, ao mesmo tempo em que ofereceu apoio material e anunciou intenções diplomáticas de estabelecer aliança<sup>223</sup>.

Quando a Alemanha decidiu empreender uma guerra submarina no Atlântico, um dos maiores objetivos, senão o principal, foi cortar a linha de abastecimento que ligava a Grã-Bretanha aos Estados Unidos, que em algum momento segundo o cálculo alemão, entrariam no conflito. Isso

---

<sup>220</sup> BANDEIRA, Op cit., p. 275-282.

<sup>221</sup> Os Estados Unidos não saciaram a sua cobiça unicamente por meio da conquista material de territórios ou da expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades mais fracas. O capital financeiro criara novas formas de exploração e de domínio. A Doutrina Monroe e o Pan-americanismo servira, inicialmente, como cobertura ideológica para a reserva, e depois, construção do seu sistema de exploração. Os Estados Unidos, entretanto, não mais se contentariam com apenas um continente. BANDEIRA, Op cit., p. 289.

<sup>222</sup> RICUPERO, Op. Cit.

<sup>223</sup> HERRERA; SANTA CRUZ *apud* James A. Sandos, 1970 p. 144

eventualmente levaria o México a tomar parte na Guerra. Em janeiro de 1917, Arthur Zimmerman, ministro de Assuntos Exteriores da Alemanha, entendendo que as antigas questões de fronteira e perda de importantes territórios, principalmente Texas e parte de Nevada, associadas a um latente sentimento anti-norteamericano, poderiam ser úteis às intenções de estarem mais próximos, enviou um telegrama cifrado a seu embaixador no México, Heirich Von Eckard, com instruções para que a mensagem chegasse à Carranza. A mensagem do telegrama convidava o México a se juntar aos Impérios Centrais e Japão, para uma “cruzada comum”. Os britânicos conseguiram interceptar e decifrar tal telegrama e logo levaram o conteúdo de sua mensagem ao conhecimento de Washington<sup>224</sup>.

No que tange a participação diplomática brasileira, é possível depreender que, dados os argumentos expostos, a forma pragmática à qual se portou a diplomacia do Brasil ao longo de sua história e durante o período analisado, possibilitou construir uma imagem de coerência e equilíbrio frente às nações listadas em nossas observações, sendo essa imagem determinante para que o Brasil fosse eleito árbitro na disputa México-Guatemala ou parte interessada na Conferência de Niágara Falls, bem como ter atuação destacada por ocasião da expulsão dos representantes estrangeiros durante a administração de Victoriano Huerta. As posições históricas de respeitar a autodeterminação dos povos e a da não-intervenção em assuntos de natureza estrangeira foram fiadoras da confiança depositada no Brasil, de sorte que efetivamente se demonstraram mantidas nesta pesquisa, garantindo as estabilidades de negociação entre os atores envolvidos nos acontecimentos retratados aqui, mesmo que em condições de negociação abaixo das consideradas ideais. Mesmo nos momentos de crise, a participação brasileira buscou o caminho do equilíbrio e o da solução pacífica dos conflitos.

Podemos sugerir que, diante dos elementos analisados e considerando a amplitude de objetos que esta pesquisa observou, a diplomacia brasileira orientou a atuação de seus agentes no período, buscando equilibrar as pressões que agentes externos aos processos exerceram nos atores envolvidos, sejam políticos ou econômicos. Consideramos ainda que a extensão temporal não se consubstanciou em alguma limitação para o entendimento dessa sugestão, visto que podemos apontar uma linearidade da atuação brasileira que, independente da forma de governo imperial ou

---

<sup>224</sup> BETHEL, Leslie. *Historia de América Latina, vol. 9, México, América Central y el Caribe, 1870-1930*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992, pp. 122-127.

republicana, se assentou em premissas que se mantiveram presentes, a saber a não-intervenção e a autodeterminação dos povos.

A análise que Palacios faz da atuação de Cardoso de Oliveira é positiva, apesar do perfil egocêntrico e parcial do diplomata brasileiro, seja durante a administração de Huerta em um primeiro momento, ou estritamente na defesa dos interesses norte-americanos. O autor sustenta que sempre as ações do diplomata brasileiro foram no sentido de incrementar a influência do Brasil no México. Sobre os demais agentes brasileiros que representaram o Brasil durante o período da Revolução Mexicana, o autor salienta que todos foram formados na aristocrática e conservadora Escola do Itamaraty, não estando acostumados com as dinâmicas mexicanas e com o colapso que sofreu a antiga ordem do edifício social mexicano, construído pelos científicos<sup>225</sup>.

Embora as aproximações entre Brasil e México fossem para além da coincidência do lema “ordem e progresso”, o diplomata mexicano assegura que até 1910, o México foi conduzido por elites bem parecidas com as brasileiras. O representante diplomático mexicano no Rio de Janeiro à época da revolução, possuía visão muito parecida acerca da realidade observada no Brasil, comparada à do México, mencionando como a nova república do Brasil mantinha elementos do antigo regime derrotado, em que a disparidade do enriquecimento assombroso contrastava com a inescrupulosa exploração de muitos, e que os lucros excessivos eram objetivos de um pequeno grupo privilegiado, agravante da enorme desigualdade observada na população, em uma exploração patrocinada pelos próprios governantes do país. Palacios infere que os regimes anteriores à época da Revolução no México e a República no Brasil, quais sejam, Porfiriato e Império respectivamente, ainda eram modelos comparativos válidos. Sendo assim, a situação daqueles dias entre 1911 e 1917 foram ainda muito duras para as classes mais humildes, que haviam acreditado firmemente no sentido do progresso e da modernização conservadora, que foi a intenção dos grupos dominantes no Brasil daqueles dias, resumido para o autor como uma “versão tropical do Porfiriato”<sup>226</sup>.

No tocante às aspirações brasileiras de maior participação na cena política internacional, a não consecução de seus intentos se fez em decorrência da conjunção de diversos fatores: desde as desconfianças dos vizinhos sobre o Brasil possuir intenções hegemônicas no subcontinente, até as ações dos Estados Unidos em favor de seu entendimento peculiar da Doutrina Monroe. As

---

<sup>225</sup> PALACIOS, Op. Cit.

<sup>226</sup> PALACIOS, Op cit., p. 139.



participações brasileiras nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Conferências Pan-americanas ficaram circunscritas à discursos e temas subjacentes aos interesses norte-americanos, em que pese haver protagonismo em iniciativas brasileiras de contraponto às intenções de um imperialismo não declarado por parte dos estadunidenses e suas políticas voltadas para o continente americano. Por certo, os Estados Unidos se utilizaram dos préstimos diplomáticos do Brasil nos momentos retratados neste trabalho e isso explica seu contentamento com a participação brasileira. No entanto, a participação e as aspirações brasileiras foram fustigadas pela ação estadunidense na Conferência de Haia e pontualmente em algumas Conferências Pan-Americanas. Pode-se inferir que as aspirações brasileiras de participação como membro permanente na Liga das Nações foram frustradas em decorrências do amálgama das gestões do presidente brasileiro, desejoso de uma aceitação quase que tácita do posicionamento brasileiro, muito em razão da supervalorização da participação da diplomacia brasileira. Cabe aqui ressaltar que para nós, o Brasil desempenhou papel de relevância na maior parte dos eventos listados neste trabalho, porém com alcance circunscrito ao continente americano, sem reverberar, para o Velho Mundo, suas boas práticas e gestões. As intercorrências observadas durante a ação de alguns representantes diplomáticos brasileiros não possibilitaram a ruptura do modelo consagrado das relações diplomáticas do Brasil.

No tocante aos Estados Unidos, consideramos que as relações entre Brasil e México foram estruturadas, em parte, sob a influência da integração entre as economias mexicana e estadunidense. Nesse sentido, sugerimos que houve intenção norte-americana em exercer sua influência na região, mantendo o Brasil como um parceiro comercial e diplomático, todavia esvaziando projeções brasileiras de maior participação internacional, como observado nas gestões do Congresso do Panamá.

Assim, podemos inferir que os levantamentos efetuados nas fontes e bibliografia nos permitem compreender os eventos em tela sobre três aspectos distintos: a partir da insatisfação mexicana, reiterada por protestos de subserviência e subalternidade da posição brasileira, que se explica de suas próprias aspirações de que o Brasil pudesse antagonizar os estadunidenses nas intervenções de Vera Cruz e Tampico; a partir da visão estadunidense, que conseguiu manter o Brasil em posição de aparente neutralidade, ao mesmo tempo em que ampliava ou redirecionava seus interesses dentro do subcontinente, em franca posição de cooperação, mesmo diante de eventuais críticas brasileiras; e uma visão brasileira, que entende ter sido elemento aglutinador de um ideal Pan-Americano, demonstrando que para além da doutrina de Monroe foi possível efetuar

gestões menos invasivas, embora nem sempre o resultado fosse de plena satisfação para as partes envolvidas, bem como efetivou a iniciativa ABC como contraponto às aspirações norte-americanas de arbitragem no subcontinente. No entanto, para a definição de nosso posicionamento, consideramos que os esforços brasileiros alcançaram excelentes resultados, mas em menor destaque, se compararmos as normas programáticas e decisões emanadas das Conferências e Organismos Multilaterais com os resultados efetivamente alcançados. Em síntese, certos de que o assunto requer maior pesquisa e estudos, reiteramos que em nosso entendimento, a diplomacia brasileira agiu pragmaticamente, dentro de seu perfil histórico e coerente com suas políticas em vigor, alcançando resultados positivos nas relações bilaterais com o México e incrementando sua projeção no concerto internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1 – Fontes

- Arquivo Histórico do Itamarati - Despacho de 31/01/1824. AHI 267/03/04.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Despacho de 27/04/1831. AHI 317/04/17.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Circular de 03/08/1867. AHI 317/01/05.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Circular de 05/05/1890. AHI 317/01/06.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Circular 13/03/1906. AHI 410/03/30.
- Arquivo Histórico do Itamarati – Circular nº 49 de 04/11/1907. AHI 317/02/02.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 29/06/1911. AHI 234/01/02.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 24/09/1912. AHI 221/01/05.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 24/12/1912. AHI 221/01/05.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 21/01/1913. AHI 221/01/05.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 30/01/1913. AHI 221/01/05.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 25/02/1913. AHI 221/01/05.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 11/03/1913. AHI 221/01/05.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 06/05/1913. AHI 221/01/06.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 17/05/1913. AHI 221/01/06.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 13/08/1913. AHI 221/01/06.
- Arquivo Histórico do Itamarati – Ofício nº 17 de 26/08/1913. AHI 221/01/06.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício nº 19 de 27/08/1913. AHI 221/01/06.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 09/09/1913. AHI 221/01/06.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 12/09/1913. AHI 221/01/06.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 22/05/1914. AHI 221/01/07.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 32 17/08/1914. AHI 221/01/07.
- Arquivo Histórico do Itamarati - Ofício de 01/12/1914. AHI 221/01/07.
- Relatório do Ministério das Relações Exteriores dos anos de 1912 e 1913.
- Relatório do Ministério das Relações Exteriores dos anos 1914 e 1915.
- Relatório do Ministério das Relações Exteriores do ano 1916.
- Relatório do Ministério das Relações Exteriores do ano de 1917.

## 2 - Livros

ARENDR, Hannah. **Sobre a Revolução**, trad. Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ASTIÉ-BURGOS, Walter. **Encuentros y desencuentros entre México y Estados Unidos en El siglo XX: Del Porfiriato a La pos Guerra Fría**. México, D.F: Miguel Ángel Porrúa, 2007.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Unesp, 2002.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BETHEL, Leslie. **Historia de América Latina, vol. 9, México, América Central y el Caribe, 1870-1930**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2001

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política. vol. 1**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Nova ed., Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2004.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **México profundo: Uma civilização negada**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

BUENO, Clodoaldo. **Rio Branco e a política internacional de sua época**. In: Barão do Rio Branco, v. 100, FUNAG, 2012.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais**. Ed. Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª ed. rev. e ampliada, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado. **Introdução à Política Externa e às concepções diplomáticas do período imperial**. In: Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950) / José Vicente de Sá Pimentel (org.). – Brasília: FUNAG, 2013.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. 3ª ed. rev. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª ed., 2 reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

GALEANNA, Patricia. Lucas Alamán y Escalada. **Cancilleres de México. 1. 1821-1911**, v. 2, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GERSTLE, Gary. **Raça e nação nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940**. In: Nacionalismo no Novo Mundo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

GUERRA, François-Xavier. **México: Del antiguo régimen a La revolución**. Fondo de Cultura Económica, 1988.

HERRERA, Octavio; SANTA CRUZ, Arturo. **Historia de Las Relaciones Internacionales de México: 1821-2010. América Del Norte. Volumen 1**. México, D.F: Secretaría de Relaciones Exteriores, Direccion General del Acervo Historico Diplomático, 2011.

HERZOG, J. **Breve historia de La Revolución Mexicana, los antecedentes y la etapa maderista Tomo I**. México DF, México. Ed: Fondo de Cultura Económica, 1995.

HOOK, Sidney. **Towards the understanding of Karl Marx: A revolutionary interpretation**. Victor Gollancz, London, 1933.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Barcelona: Ediciones B, S.A, 1996.

KNIGHT, Alan. **La Revolución Mexicana: Del Porfiriato al nuevo régimen constitucional**. México. D.F: Fondo de cultura economica, 2012.

LINS, Alvaro. **Rio-Branco (o Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. Brasiliense, 1965.

MARX, Karl. **O capital: edição condensada**. Trad. de Albano de Moraes, São Paulo: Edipro, 2019.

PALACIOS, Guillermo. **Intimididades, conflictos y reconciliaciones: México y Brasil 1822-1993**. México, D.F: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2001.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. **Nação e nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

REYES, Antonio de La Peña. **Arquivo Historico Diplomatico Mexicano. La Diplomacia Mexicana. Pequena Revista História.** Numero 1. Mexico. Secretaria de Relaciones Exteriores. Mexico, 1923.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016.** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SKOCPOL, Theda. **Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China.** Lisboa: Editorial Presença, 1985.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo. rev. e atual.** São Paulo: Malheiros, 2005.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Aspectos da história econômica do café.** Separata da Revista do Arquivo, São Paulo, n. 65, 1940.

SOBRINHO, Alves Mota. **A civilização do café (1820–1920)** - São Paulo: Ed.Brasiliense, 2ªed, 1968.

TANNENBAUM, Frank. **The Mexican Agrarian Revolution.** New York: Archon Books, 1968.

TANNENBAUM, Frank. **The Mexican Agrarian Revolution, 1929.** In: Reformando la Reforma Agraria Mexicana, Ed. L Randall. Ciudad de México: UAM/EI, Atajo Ediciones, 1997.

TAUNAY, Afonso d'Escragno. **Pequena história do café no Brasil.** Brasília: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O Antigo Regime e a Revolução,1856.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VILLANUEVA, Cecilia. Manuel Calero y Sierra. **Cancilleres de México. 2. 1910-1988,** v. 2, 2009.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **Domício da Gama em Washington: Ofícios expedidos por Domício da Gama, embaixador do Brasil em Washington, ao Ministério das Relações Exteriores (1911-1918).** Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática: Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

WOLDENBERG, José. **La concepcion sobre la democracia em el Congreso Constituyente de 1916-1917 com relación al de 1856-1857,** Ciudad de México: Secretaria de Cultura, Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México. 2016.

## 3 - Teses e Artigos

ASCENSO, João Gabriel da Silva. **A redenção cósmica do mestiço: inversão semântica do conceito de raça na Raza cósmica de José Vasconcelos**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) 26 (2013): 294-315.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. **A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas**. História, v. 20, p. 163-198, 2001.

COSÍO, Francisco Javier Meyer. **La Revolución Mexicana. Del Porfiriato al Nuevo Régimen Constitucional**. Caleidoscopio - Revista Semestral de Ciencias Sociales y Humanidades, n. 2, p. 187-189, 1997.

CRESPO, Regina. **Entusiasmo, temores, indiferença: o México na correspondência diplomática brasileira (1919-1959)**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 14, p. 43-61, 2013.

FLORES, F. **Brasil e México frente aos Estados Unidos: Crises bilaterais assimétricas e coalizões domésticas de política externa**. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GONÇALVES, Mauricio. **Skocpol, Theda. Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China**. Lisboa: Editorial Presença, 1985. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 18, 2014.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola**. Revista Estudos Históricos, v. 10, n. 20, p. 275-294, 1997.

KNIGHT, Alan. **La revolución mexicana: ¿burguesa, nacionalista o simplemente una gran rebelión?** Cuadernos Políticos, v. 48, p. 5-44, 1986.

\_\_\_\_\_. **Interpretaciones recientes de La Revolución Mexicana**. Secuencia, n. 13, p. 023, 1989.

REIS, Thiago Reis Oliveira da Cruz; DUARTE, Renata Garcia Campos. **O Brasil no Tratado de Versalhes, 1919: A participação do Brasil no Tratado de Versalhes e a repercussão no Jornal Correio da Manhã (Rio de Janeiro)**. Igualitária: Revista do Curso de História da Estácio BH, v. 2, n. 14, 2019.

SAIANI, Renato Cesar Santejo. **O publicista oculto: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912)**. Assis: Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, 2018.

SANDOS, James A. **German Involvement in Northern Mexico, 1915-1916: A New Look at the Columbus Raid**. *Hispanic American Historical Review*, v. 50, n. 1, p. 70-88, 1970.



ANEXO A – EXTRATO DO RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES DO ANO DE 1912

**Decreto n. 5.192, de 16 de Abril de 1904**

Concede redução nos direitos de importação de alguns artigos de procedencia norte-americana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no intuito de promover o desenvolvimento das relações commerciaes do Brasil com os Estados Unidos da America do Norte:

Considerando que esse paiz é o maior importador de café, que nos seus mercados tem entrada livre de direitos; que o art. 6º da lei n. 1.144, de 30 de Dezembro de 1903, autoriza o Governo a adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de producção estrangeira, compensadora de concessões feitas a generos de producção brasileira, decreta:

Art. 1º. Dentro do vigente exercicio, a partir de 20 do corrente mez até 31 de Dezembro, gosarão de uma redução de 20 % nos direitos de importação para consumo, os seguintes artigos de producção dos Estados Unidos da America do Norte que tiverem entrada no Brasil:

Farinha de trigo;

Leite condensado;

Manufacturas de borracha, do art. 1.033 da Tarifa;

Relogios;

Tintas, do art. 173 da Tarifa, excepto tintas para escrever;

Vernizes.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

*Leopoldo de Bulhões.*

ANEXO B – EXTRATO DE RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES DO ANO DE 1915

**SUCCESSOS POLITICOS NA AMERICA**

**Perturbações da ordem publica no Mexico e consequente conflicto com os Estados Unidos da America. — Bons officios do Brasil, da Republica Argentina e do Chile, acceitos pelos dois paizes interessados. — Exito feliz da Mediação do A B C**

Do referente a esse assumpto, até a data de 3 de Maio do anno passado, já se tratou no ultimo Relatorio deste Ministerio, na respectiva *Exposição* (pp. 13-14).

Cumpre accrescentar que a Mediação do Brasil, da Republica Argentina e do Chile, bem acceita pelos Governos dos-Estados Unidos da America e dos Estados Unidos Mexicanos, teve exito feliz, sendo assignado, em Niagara-Falls, a 24 de Junho de 1914, um Protocollo que poz termo áquelle deploravel conflicto.

Na fórma do estylo, em taes casos, não são publicados os documentos, nem os incidentes da negociação. O Ministerio limita-se a reproduzir aqui as considerações já feitas por S. Ex. o Sr. Presidente da Republica e dirigidas ao Congresso Nacional, em sua primeira Mensagem annual, de 3 de Maio do anno corrente, nas quaes são dados os resultados finaes da negociação e explicados os intuitos do Governo Brasileiro, quando propoz aos dois Governos divergentes a idéa da mediação amistosa no conflicto, de completo accôrdo com os Governos Argentino e Chileno.

« Durante as lutas civis que, de certo tempo a esta parte, têm perturbado o normal desenvolvimento e a prosperidade dos Estados-Unidos Mexicanos, com geral sentimento de pezar por parte de todos os Paizes Americanos, foram, infelizmente, surgindo tambem sérias divergencias entre os Estados Unidos da America e aquelles Estados, as quaes se aggravaram, no começo do anno passado, com o incidente de Tampico, que chegou a resvalar para o terreno da luta armada entre as duas Nações.

« Nesse momento difficil e angustioso, em que perigava a paz internacional americana e a confraternidade continental, os Governos Brasileiro, Argentino e Chileno offereceram os seus bons officios, e, com satisfação, os viram bem acceitos pelos

outros dous Governos interessados, ficando desde logo suspensos os primeiros movimentos de hostilidades.

«Tenho immenso prazer em communicar ao Congresso que essa mediação produziu os mais completos e auspiciosos resultados, sendo de justiça reconhecer que os beneficos effeitos alcançados foram principalmente devidos ao bem entendido patriotismo e alto criterio, de que então deram elevada prova os dois Governos divergentes.

«Na Conferencia de Niagara Falls, conseguiu-se pôr termo a tão deploravel incidente, sendo, a contento de todos, assignado o Protocollo de 24 de Junho, subscripto pelos Delegados dos tres Governos da mediação e pelos das duas Republicas interessadas, com applausos das outras Nações Americanas, e certamente de todas as Potencias.

«Esse Protocollo resolveu sómente os pontos internacionaes do conflicto, deixando aos Mexicanos o direito exclusivo de discutir e accordar sobre assumptos de ordem interna, como a organização do Governo Provisorio e seu programma politico, amnistia, convocação de eleições, reformas liberaes e progressivas e outras medidas indispensaveis para o livre exercicio da soberania nacional.

«Os intuitos do Governo Brasileiro, naquella emergencia, não foram outros sinão, ainda uma vez mais, seguir a sua tradicional politica pacifista e confirmar os seus inalteraveis sentimentos de confraternidade continental; e, por tal motivo, experimentou, como tambem ha de ter succedido aos da Argentina e do Chile, indizivel satisfação de haver merecido o applauso e adhesão das Republicas Americanas, por ter procurado estreitar, cada vez mais, os laços de amizade e de concordia, que as devem unir, para o bem estar e engrandecimento moral do nosso Continente.»

Em 6 de Julho de 1914, o Sr. Edwin Vernon Morgan, Embaixador dos Estados Unidos da America no Brasil, passou a seguinte Nota ao Ministerio das Relações Exteriores:

«O Presidente dos Estados Unidos encartega-me de exprimir a S. Ex. o Sr. Presidente do Brasil, pelo valioso intermedio de V. Ex., o profundo reconhecimento do Governo dos Estados Unidos pelos amistosos serviços prestados pelo Governo do

Brasil, ao Governo e Povo dos Estados Unidos por ter offerecido os seus bons officios para resolver a pendencia que, infelizmente, surgia entre o Governo dos Estados Unidos e as autoridades de facto na cidade do Mexico; sua admiração pela habillidade, perseverança e feliz exito com que o illustre representante do Brasil, conjunctamente com os outros mediadores, conduziu a Conferencia em *Niagara Falls*, com uma grande satisfação pelo muito que já se obteve pela mediação no interesse da paz na America.

« Tenho a honra de renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta e mais distincta consideração. »

A essa Nota respondeu o Ministerio das Relações Exteriores, em 15 do mesmo mez, com a do teor seguinte:

« O Sr. Presidente da Republica recebeu, com sincero e vivo jubilo, as expressões de reconhecimento que o Sr. Presidente dos Estados Unidos da America, por intermedio do V. Ex., em Nota de 6 do corrente, lhe manifestou pelo serviço que o Governo Brasileiro acaba de prestar ao Governo e Povo americanos, offerecendo seus bons officios, conjunctamente com os da Republica Argentina e Chile, para dirimir as sérias divergencias que, infelizmente, haviam surgido entre os Estados Unidos da America e os Estados Unidos Mexicanos.

« Os intuitos do Governo Brasileiro, ao offerecer os seus bons officios em momento difficil para as duas Republicas amigas, não foram outros, senão, ainda uma vez mais, seguir a sua tradicional politica pacifista e confirmar os seus inalteraveis sentimentos de confraternidade continental.

« Felizmente, esses intuitos e sentimentos encontraram inteira correspondencia nos Estados Unidos da America e no Mexico e os benefices effeitos alcançados foram principalmente devidos ao bom entendido patriotismo e alto criterio de que ambos deram elevada prova em tão deploravel emergencia.

« Ao Governo Brasileiro, como ha de succeder aos da Republica Argentina e do Chile, fica tambem a indizível satisfação de haver merecido o applauso e a adhesão das Republicas americanas, por ter proenado estruturar cada vez mais os laços de amizade e concordia que as devem unir entre si para o bem estar e engrandecimento moral do nosso Continente.

« Tenho a honra de reiterar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração. »

Por sua vez, o General Huerta, em 16 do mesmo mez de Julho, dirigiu este telegramma ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil no Mexico:

« Hontem 15 renunciei a Presidencia da Republica, deixando no meu lugar o licenciado Francisco Garbajal. Tendo a honra de o avisar, peço a V. Ex. da maneira mais respeitosa se sirva de distinguir com sua amizade e apoio o novo Governo da Republica. Sou com todo o respeito de V. Ex. attento servidor. — V. Huerta. »

No acto da assignatura do Protocollo Final da Conferencia de *Niagara Falls*, os Delegados dos Estados Unidos da America declararam que o seu Governo não reclamaria do Mexico indemnização de guerra, nem satisfação internacional.

Essa declaração foi recebida como uma prova dos sentimentos de solidariedade pan-americana, que animam ao Governo daquela Nação.

**Missão do Ministro Brasileiro, tambem encarregado dos interesses dos Estados Unidos da America, no Mexico**

O Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil no Mexico, Sr. José Manoel Cardoso de Oliveira, alli está exercendo, ininterruptamente, desde 26 de Agosto de 1912, com exito e a contento do seu Governo, a sua Missão ordinaria, que, pelo estado geral do paiz e pela força de circumstancias supervenientes, se tem tornado summamente trabalhosa e difficil.

A pedido do Governo de Washington, o Governo Brasileiro accedeu a que o nosso Ministro aceitasse a incumbencia de ficar tambem encarregado dos interesses dos Estados Unidos da America naquelle paiz. Desde 27 de Abril de 1913 até a presente data, tem o Sr. Cardoso de Oliveira desempenhado essa nova Missão, ainda com exito completo e a contento geral dos Governos dos Estados Unidos da America, do Mexico e do Brasil, não obstante as difficuldades e divergencias existentes entre os dois primeiros Governos e a anormalidade da situação politica interna do Mexico.

Dão testemunho de sua conducta, em tão delicada Missão, os elogios e agradecimentos que recebeu, simultanea e indistinctamente, do Governo dos Estados Unidos da America e da respectiva Colônia no Mexico, do Governo e do Povo Mexicanos, e ainda de varios Chefes das facções politicas que alli se disputam o poder supremo.

O Ministro do Brasil, em sua dupla representação diplomatica, seguiu sempre e á risca a orientação do seu Governo, do mais escrupuloso respeito pela soberania de todos os paizes americanos, e dos mais sinceros sentimentos de harmonia e

confraternidade continental, e isso sem abandonar nem descurar as graves responsabilidades e os deveres de Representante de outro Governo estrangeiro.

Os serviços leaes do Sr. Cardoso de Oliveira deram logar a que, por este Ministerio, lhe fosse expedido, em 24 de Setembro de 1914, o seguinte telegramma:

«O Sr. Presidente da Republica autorizou-me a louvar e agradecer, em seu nome, a V. Ex. a maneira por que procedeu junto desse Governo, no interesse do bom exito da missão confiada ao A B C; e, bem assim, a felicitá-lo pelos agradecimentos do Governo dos Estados Unidos pela attitude que V. Ex. assumiu em favor dos interesses da paz no Continente e no Mexico. Transmittindo a expressão dos sentimentos do Sr. Presidente da Republica, faço-o com o mais vivo prazer de ver realizados e reconhecidos os bons serviços por V. Ex. igualmente prestados á diplomacia do Brasil.»

Em 18 de Agosto de 1914, o Sr. W. J. Bryan, Secretario de Estado dos Estados Unidos da America, dirigiu uma Carta ao Embaixador do Brasil em Washington, na qual se referiu, officialmente, aos serviços prestados áquelle paiz pelo Ministro Cardoso de Oliveira, transmittindo tambem, por cópia, um documento relativo a esses serviços.

A seguinte Carta do nosso Embaixador, de 10 de Setembro immediato, escripta em resposta á do Sr. Bryan, faz um resumo dos documentos supra-citados:

Tive a honra de receber a muito attenta Carta de Vossa Excellencia, datada de 18 de Agosto ultimo, acompanhando cópia de um telegramma expedido de Monterey a 15 do mesmo mez pelo Consul Geral Hanna e transmittindo otreo em que o Consul Silliman declara que «o Ministro do Brasil exclusivamente foi devida a preparação do documento que foi assignado esta tarde e que termina a guerra civil no Mexico». A essa informação ajuntou o Consul Geral Hanna o seu testemunho de «auxilio e força que deu o mesmo Ministro aos Consules dos Estados Unidos no Mexico». Satisfazendo com muito prazer o desejo de Vossa Excellencia, dei-me praza em transmittir ao meu Governo pelo telegrapho esta honrosa apreciação da maneira pela qual o Ministro Cardoso de Oliveira se desempenhou das suas funções de representante dos interesses dos Estados Unidos em tão difficeis momentos e tambem os agradecimentos de Vossa Excellencia pela excellente obra realizada pelo Ministro Brasileiro na cidade do Mexico em favor dos cidadãos americanos e suas propriedades durante os penosos tempos em que os interesses americanos no Mexico estiveram entre suas habéis mãos». Contento por ver reconhecidos officialmente pelo Governo dos Estados Unidos o zelo e a habilidade com que o nosso Ministro no Mexico cumpria a sua tão honrosa quanto ardua missão, aproveito a occasião para reiterar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração.

O mesmo Sr. Bryan, ao deixar o seu cargo no Departamento de Estado, ainda dirigiu, em 16 de Junho de 1915, esta Carta ao Ministro Cardoso de Oliveira :

« ... tenho prazer em aproveitar esta oportunidade para vos testemunhar o meu alto apreço aos esplendidos serviços que vindeis prestando desde que assumistes a nossa representação no Mexico. Vossa posição foi de uma verdadeira provação e qualquer erro que tivesséis commetido poderia acarretar os mais lamentaveis resultados. Vosso sentimento de justiça, vosso tacto e vossa infatigavel actividade nos tornaram grandes devedores vosso e de vosso país. Aceitae as expressões do meu alto respeito e cordiaes sentimentos. Vosso muito sinceramente — *W. J. Bryan.* »

Por parte do Mexico, não foram menos expressivas as manifestações de agradecimento ao nosso Ministro.

Dentre outras, são aqui transcriptas as seguintes:

— Nota do Sr. R. Esteva Ruiz, Sub-Secretario do Governo do General Huerta, de 3 de Julho de 1914:

« En nombre del señor Presidente Constitucional Interino, y en mio propio, tengo la honra de transmitir a Vuestra Excelencia los agradecimientos del Gobierno y Pueblo Mexicanos, por la valiosa y eficaz cooperación que prestó Vuestra Excelencia en el arreglo pacifico del conflicto surgido entre los Estados Unidos Mexicanos y los Estados Unidos de América.

« Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi muy distinguida consideración. »

— Carta do Senador Sr. S. Camacho, de 3 de Julho de 1914:

« El que suscribe tiene la honra complacido de felicitar a Ud. ardiente y sinceramente, dándole las más expresivas gracias a Ud. como representante de la República del Brasil y a las Repúblicas de Argentina y Chile por su generosa iniciativa, ofreciendo su respetable y bendita mediación para poner término a las diferencias existentes por desgracia entre México y los Estados Unidos del Norte, diferencias orilladas ya a una guerra que parecia inevitable y que afortunadamente debido a la buena voluntad, alta inteligencia y a la justificación y lealtad de las tres Repúblicas, ha tenido un término altamente satisfactorio, restableciendo el acuerdo y la concordia entre los dos pueblos disidentes, el día primero del presente mes con aplauso no solamente de los dos pueblos disidentes, sino de todos los países civilizados de la tierra.

« Reciba Ud., pues, Excelentísimo Señor Ministro, el testimonio más ardiente de mi reconocimiento como mexicano y como admirador de la fraternal ayuda de las tres Repúblicas mencionadas que han prestado un gran servicio no solamente a las dos Repúblicas de América, sino quizá a todas las naciones de la tierra para lo futuro en casos semejantes al que tan felizmente acaban de coronar con su sabiduría y sus esfuerzos tan generosos como admirables.

« Como el mayor respeto y merecida estimación, tengo la honra, Excelentísimo señor, de protestar a Ud. mi atenta estimación personal. — *S. Camacho.* — Senador

del Congreso de la Unión por cerca de treinta años y sin interrupción y decano de la Cámara en todo el tiempo corrido del presente siglo.»

— Trecho da Exposição official do Sub-Secretario, Sr. Esteva Ruiz, feita ás Camaras, sobre a solução do alludido conflicto internacional pela Mediação:

« Os Estados Unidos encarregaram de seus archivos e da protecção de seus nacionaes, primeiramente a S. M. Britannica, mais tarde ao Governo dos Estados Unidos do Brasil, que designou para o desempenho da missão respectiva ao Exm. Sr. J. M. Cardoso de Oliveira, que tem observado uma attitude prudente e conciliadora em todos os assumptos de que tem tratado.»

— Telegramma do General Huerta, depois de sua renuncia e já em caminho do exilio, dirigido ao Ministro Cardoso de Oliveira, em 16 de Julho de 1914:

« Dejeando deixar em completa liberdade o novo Governo da Republica, sahi dessa Capital sem ter tido a hora de ir offerer a V. Ex. meus respeito. Hoje o saúdo e supplico que, como bom amigo que é do paiz, sirva-se outorgar toda sua confiança ao novo Governo.— Respeitosamente — V. Huerta.»

Mais tarde, quando, em 23 de Novembro de 1914, pelas forças dos Estados Unidos da America foi desoccupado o porto de Vera-Cruz, o nosso Ministro recebeu Nota do Sr. Isidro Fabela, Sub-Secretario, encarregado das Relações Exteriores, do Governo do General Venustiano Carranza, declarando o seguinte:

« O cidadão primeiro chefe Sr. Carranza encarrega-me de apresentar a sua Excelleucia nossos sinceros agradecimentos pela participação amistaosa que tomou neste assumpto, que tanto interessa ao Governo e ao Povo Mexicano.»

Antes dessa época, em 23 de Agosto do referido anno, o General Emiliano Zapata, da Revolução do Sul, escrevendo ao mesmo Ministro, do seu Quartel-General em Yautepec, Morelos, já lhe havia agradecido outros serviços, prestados em prol da pacificação do paiz, dizendo:

« Esta benévola mediação de usted obliga profundamente a los que luchamos por la realización de esos altos ideales de progreso y de reforma, pues bien comprendemos y apreciamos los móviles de simpatía y afecto a la nación mexicana, que esa labor conierra.»

« En nombre de mis compañeros de lucha y en el mio propio, hago a usted presente nuestro efusivo agradecimiento, y a la vez que tengo el honor de ofrecerme a las órdenes de usted como su muy alto servidor.»